

SALETE BEATRIZ BRAGA XAVIER FERREIRA

A EXPANSÃO ESCOLAR CAMPINEIRA E A GRANDE LAVOURA  
NO FIM DO IMPÉRIO (1860-89)

Dissertação de Mestrado  
apresentada à Faculdade  
de Educação da Universi  
dade Estadual de Campi  
nas.

ORIENTADOR : Prof. Dr. CASEMIRO DOS  
REIS FILHO

CAMPINAS

1982

COMISSÃO JULGADORA

---

---

---

Com gratidão dedico

A meus pais, que me deram a  
oportunidade de estudar

A meu esposo, pelo apoio, com  
preensão e incentivo

e

A memória do meu sogro

## AGRADECIMENTOS

- A Casemiro dos Reis Filho, pela orientação, apoio, conselhos e amizade.
- A Lafayette de Moraes, pelo apoio e orientação, pela cooperação prestada, pelas sugestões fornecidas e, também, pela sua amizade.
- A Maria Luiza Pinto de Moura Ribeiro, do "Centro de Ciências Letras de Artes" de Campinas, que com delicadeza e atenção forneceu valioso material para que este trabalho fosse realizado.
- A Cataldo Bove, pelo material fornecido e, também, pela sua preocupação e amizade.
- A Maria Tereza Carvalho e Silva Martim, pela atenção e dedicação em fornecer fontes e material.
- A Benedito Barbosa Pupo, pelo desprendimento em fornecer artigos e trabalhos.
- A Joaquim Fontes Brasil, pelo trabalho de revisão.
- A Therezinha de Fatima Freitas Braga, pelo dedicado serviço de datilografia.

## I N D I C E

<u>Introdução</u>	Pg.
1. Origem do Problema .....	1
2. Proposição do Problema .....	9
3. Delimitação do Problema .....	12
4. Metodologia .....	14
5. Procedimento .....	14

### Capítulo I: A influência da grande lavoura e a economia Imperial.

1. Introdução: A expansão econômica a partir de 1860 .....	17
2. A expansão econômica no Império: O surto da grande lavoura e suas conseqüências para o quadro nacional.	
2.1. O desenvolvimento agrícola e a importância do café .....	21
2.2. A expansão da grande lavoura e o seu processo de comercialização .....	28
2.3. Os tipos de mão de obra na sociedade escravocrata da grande lavoura: a mão de obra africana e européia.	
2.3.1. A mão de obra africana .....	43
2.3.2. A mão de obra européia .....	52

Capítulo II: Reflexos da expansão da grande lavoura na economia da sociedade cam-  
píneira. Pg.

1. Introdução: A expansão cafeeira pa  
o oeste paulista a par  
tir de 1860..... 61
  
2. A expansão da produção cafeeira na  
região de Campinas: Campinas como o  
centro propulsor da grande lavoura  
para o oeste da Província de São  
Paulo.
  - 2.1. O desenvolvimento agrícola a  
çucareiro e o surgimento do  
café em Campinas..... 64
  - 2.2. A expansão da produção cafeei  
ra em Campinas e o seu proces  
so de comercialização..... 72
  - 2.3. Os tipos de mão de obra na so  
ciedade escravocrata campínei  
ra da grande lavoura..... 81
    - 2.3.1. A mão de obra africana..... 81
    - 2.3.2. A mão de obra europeia..... 86

Capítulo III: Aspectos sócio-políticos da sociedade campineira decorrente da expansão da grande lavoura.

1. Introdução: O desenvolvimento sócio-político campineiro decorrente da expansão cafeeira campineira..... 96
2. Retrospecto do desenvolvimento social campineiro: A estrutura social numa sociedade agrária de exportação fundada na grande lavoura.
  - 2.1. A evolução demográfica e a composição populacional campineira..... 99
  - 2.2. As transformações sociais e o desenvolvimento urbano campineiro..... 111
3. Retrospecto do desenvolvimento político campineiro: A estrutura política numa sociedade agrária de exportação fundada na grande lavoura.
  - 3.1. A evolução política da região e as aspirações progressistas de seu povo..... 128
  - 3.2. A configuração dos partidos políticos e o seu desenvolvimento no âmbito da sociedade..... 140

Capítulo IV: As transformações sócio-político-econômicas da região de Campinas e seus reflexos na educação.

1. Introdução: O desenvolvimento sócio-político-econômico e sua influência na expansão escolar campineira..... 150
2. A instrução pública em Campinas.
  - 2.1. As primeiras instituições escolares campineiras e a situação do ensino público no município até o sexto decênio do século XIX..... 153
3. O início do período denominado "Ilustração Brasileira" e sua configuração na sociedade campineira.
  - 3.1. O surgimento dos primeiros internatos na década de 60 em decorrência do deficiente atendimento da instrução pública campineira..... 166
  - 3.2. Os anos 70: os grandes colégios campineiros e a proliferação da instrução por instituições filantrópicas..... 178
  - 3.3. A fecunda década de 80: As escolas gratuitas consagradas ao povo..... 192
4. A influência sócio-político-econômica e cultural campineira refletida em uma instituição educacional particular: o Colégio Culto à Ciência..... 198

	Pg.
<u>CONCLUSÃO</u> .....	207
<u>BIBLIOGRAFIA</u> .....	211
<u>LEIS CITADAS NA INTRODUÇÃO DO TRABALHO</u> .....	225
<u>QUADRO ILUSTRATIVO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DO SÉCULO XIX ( dados econômicos, sociais, políti cos e educacionais) .....</u>	230
<u>QUADRO ILUSTRATIVO DA SOCIEDADE CAMPINEIRA DO SÉCULO XIX ( dados econômicos, estatísticos , sociais, políticos e educacionais).....</u>	233

## I N T R O D U Ç Ã O

### 1. Origem do Problema.

A idéia básica que orienta este trabalho surgiu de um problema abordado na disciplina História da Educação Brasileira, ministrada no primeiro semestre de 1976 pelo Prof. Dr. Casemiro dos Reis Filho no setor de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Constatamos que a expansão e o prestígio que os estabelecimentos de ensino particular granjearam no período de 1860 a 1890, decorreram da insuficiente ou inexistente iniciativa oficial no campo da educação. A disparidade de expansão que constatamos ao cotejar as iniciativas oficiais e particulares evidenciou que o insuficiente desenvolvimento do ensino oficial decorreu, segundo Geraldo Bastos, da ausência de assessoria econômica governamental e da falta de compreensão e entusiasmo reinantes no meio brasilei

ro no tocante a qualquer esforço mais sério no sentido da difusão do ensino (1).

Para caracterização do insuficiente desenvolvimento do ensino oficial no Império, tomamos como ponto de partida o Ato Adicional de 1834 que, ao introduzir mudança na Constituição de 1824, estabelece um compromisso político entre as tendências radicais e as dos ideais conservadores. Esse compromisso introduz, no campo educacional, uma dualidade de competências que possibilita, nas províncias, duas esferas de influência na criação e manutenção do ensino: a provincial e a central ou geral(2).

A dualidade de competência estabelecida pelo Ato Adicional caracteriza-se, no plano teórico, pelo fato de tanto a Assembléia Geral como a Provincial adquirirem, em igualdade de condições, o poder de legislar sobre a "*instrucção publica e estabelecimentos proprios a promove-la*"(3). O Ato Adicional, segundo a interpretação do Visconde do Uruguai, "*não excetua dessa generalidade*

---

(1) Geraldo Bastos Silva: Educação Secundária. São Paulo. Companhia Editora Nacional, vol 94, 1969, pp.196 e 197.

(2) Maria de Lourdes M. Haider. Ensino Secundário no Império Brasileiro. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo Editorial Grijalbo Ltda., 1972, p. 17.

(3) Milton Barcellos. Evolução Constitucional do Brasil. Lei de 12 de agosto de 1834, art. 10º §2º da Reforma Constitucional. Rio de Janeiro. Empresa Nacional, Oficina do Calabouço. 1933, p. 274.

êste ou aquêles grau de instrução, êste ou aquêles ramo de conhecimentos humanos" (4), apenas exclui da alçada das Assemblêias Legislativas Provinciais "as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias actualmente existentes, e outros estabelecimentos que para o futuro forem creados por lei geral" (5). Conseqüentemente, as Assemblêias Legislativas Provinciais adquirem autonomia para criar e legislar sobre toda espécie de instrução pública, excluindo de sua atribuição apenas, os estabelecimentos criados ou que vierem a ser criados por lei geral emanada do Poder Central.

Se, teoricamente, assim se apresentava a partilha de competência que o Ato Adicional estabelecia entre as Assemblêias Geral e Provincial, na prática, a situação em matéria de educação revelou-se bem diversa. De fato, após a Reforma Constitucional de 1834, a atuação dos poderes gerais no que concerne ao ensino primário e secundário, limitou-se ao Município da Corte. As províncias, por sua vez, abstiveram-se de criar estabelecimentos de ensino superior, deixando ao Poder Central o monopólio da criação de estabelecimentos desse nível de ensino (6).

---

(4) Haider. Ob. cit., p. 18.

(5) Barcellos. Ob. cit., p. 274.

(6) Haider. Ob. cit., p. 19.

A atuação do Governo Imperial no campo da instrução pública restringe-se, desde a Independência, à Lei de 15 de outubro de 1827, que estabelece as condições para a criação de escolas masculinas e femininas para o ensino da leitura e escrita nas províncias. Assim era constituído o art. 1º da lei citada: "*em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas (sic) de primeiras letras que forem necessárias*" e, no art. 11º "*haverão escolas de meninas nas cidades e villas mais populosas*" (sic)(7). Sete anos após, em 1834, os resultados desta atuação revelaram-se extremamente negativos, uma vez que uma sociedade de caráter agrário com base no trabalho escravo, somente apresentava laivos de preocupação com o setor educacional(8).

O Ato Adicional, ao transferir para as províncias o encargo de criar e manter a instrução pública (9) encontra-as em péssimo estado financeiro. A si

---

(7) Lauro de Oliveira Lima. Estórias da Educação no Brasil de Pombal a Passarinho. Rio de Janeiro. Editora Brasília, s/d, pp. 105 e 106.

(8) Bastos Silva. Ob. cit., p. 194.

(9) "A competência atribuída às Assembléias Provinciais tinha a finalidade de lhes dar iniciativa num assunto que seria de seu particular interesse, de permitir que essa iniciativa atendesse às condições e necessidades locais. Isto se coadunava perfeitamente com o espírito liberal e descentralizador do Ato". Bastos Silva. Ob. cit., p. 194.

tuação agravou-se pela completa insensibilidade no trato dos problemas educacionais por parte do Governo Central, fato este explicado pela total ausência de ressonância que os problemas educacionais encontravam na época. Apenas a região da capital constituía uma exceção. Em suma, o Poder Central não usou jamais o direito de criar estabelecimentos de ensino primário e secundário, quer antes, quer após o Ato Adicional pois nas províncias havia a "mesquinhaz dos meios financeiros postos a serviço deste desiderato"(10).

A auto-suficiência econômica das províncias existia apenas na letra da lei (11), já que na prática lutavam com grande dificuldade financeira. Na realidade, a recusa de investimentos por parte do Governo Central no setor educacional das províncias, ao lado do não reconhecimento de títulos por elas fornecidos para ingresso

---

(10) Bastos Silva. Ob. cit., p. 197.

(11) A lei de 31 de outubro de 1835, caracterizada como partilha provisória, muito pouco reservou às províncias do total arrecadado nas fontes. Esta lei, desvantajosa para as províncias, explica-se em função das graves dificuldades financeiras que afligiam o Estado. No período de Reação o caráter provisório da lei tornou-se permanente, prevalecendo como gerais certas verbas que a rigor deveriam reverter às províncias. Cf. Haider. Ob. cit., p. 41, nota 26.

nas escolas superiores do Império, levou a instrução pública provincial a ministrar ensino de má qualidade com apenas um objetivo: preparar candidatos para as Academias (12). Conseqüentemente, não devemos estranhar o estado lastimável em que se encontrava o ensino no âmbito provincial por volta de 1870. Nada fazia crer que a situação pudesse experimentar alguma melhora em termos de ensino público. Em meio a todo esse emaranhado de problemas, surgiria, como veremos a seguir, um novo surto de preocupações em favor do desenvolvimento da educação. Isto se traduziria num paulatino crescimento do ensino privado ou livre como era chamado na época, com base na lei de 20 de outubro de 1823 (13). Obviamente esse crescimento começou a ocorrer no sentido de preencher a lacuna criada pela omissão do poder público, que, deliberada e conscientemente, esquivava-se do cumprimento de sua função. A propósito, comentava o ex-

---

(12) Após o Ato Adicional as fragmentadas aulas avulsas passaram a ser aglomeradas num mesmo edifício, conservando o mesmo estilo de ensino inorgânico. O seu caráter era inteiramente de ensino preparatório para o superior, pois, o objetivo único do ensino secundário só era atingido na medida em que ele habilitava à matrícula nos cursos superiores, cuja aprovação era dada pelo Poder Central. Cf. Heidar. Ob. cit., p. 19; Bastos Silva. Ob. cit., p. 203.

(13) Dos debates e das indicações em favor da educação popular apresentadas na Assembléia Constituinte, dissolvida em 1823, não resultaram senão a lei de 20 de outubro de 1823, que aboliu os privilégios do Estado para dar instrução, inscrevendo o princípio da liberdade do ensino sem restrições. Fernando de Azevedo. A Cultura Brasileira. São Paulo. Ed. Nacional, 2a. ed, 1944, p. 328.

presidente da Província do Rio de Janeiro, Diogo Teixeira de Macedo, em relatório endereçado à Repartição dos Negócios do Império e datado de 19 de outubro de 1869: "Em 33 freguesias não há uma só escola pública e em todas as outras os meios de instrução são insuficientes: nestas circunstâncias não é lícito desprezar o auxílio que podem prestar as escolas particulares" (14). O desenvolvimento desta marca o período de 1860-90 como o apogeu do ensino secundário particular de então (15).

A partir de 1870, frente à péssima situação da instrução pública e já com o crescimento acentuado de instituições particulares, em período que Roque Spencer Maciel de Barros caracterizou como "Ilustração Brasileira" surgem argumentos e projetos exigindo dos poderes gerais o seu concurso, direto ou indireto, para o desenvolvimento do ensino em todo o país (16). Através de projetos de reforma sobre instrução pública, apresentados nas décadas de 1870 e 80, sugeriam ao Governo Central que, além de criar e custear, no todo ou em parte, estabelecimentos de

---

(14) Haider. Ob. cit., p. 30.

(15) Azevedo. Ob. cit., p. 346.

(16) Haider. Ob. cit., p. 33.

ensino nas províncias, concedesse auxílios financeiros para a iniciativa provincial ou particular. Contrapondo-se à atuação financeira do Poder Central no desenvolvimento do ensino nas províncias e apelando para o Ato Adicional, que defende a autonomia provincial no campo do ensino primário e secundário, situa-se a ala conservadora radical. Subjacente a tal atitude, encontrava-se o receio de ver desfalcados os cofres centrais, em virtude da apreciável parcela de impostos arrecada pelo Poder Central que deveria ser empregada em prol das províncias (17).

Em virtude de tal situação, natural seria que os Liceus Provinciais não conseguissem acompanhar a evolução sofrida pelas instituições de ensino particular. Com o progresso deste último, surge o período da livre concorrência beneficiada pela igualdade de condições entre a habilitação de matrículas que as escolas particulares e provinciais forneciam para o ingresso nas Academias, cuja aprovação era dada pelo Poder Central. Esta situação gera rivalidade entre as instituições particulares e provinciais, que chegam a disputar a primazia na reputação educacional (18). Mediante todas estas considerações, as insti

---

(17) Haiczer. Ob. cit., p. 35.

(18) Azevedo. Ob. cit., p. 345.

tuições particulares, já em franca expansão, granjeiam autoridade e prestígio, inaugurando um período brilhante para essas instituições, contribuindo de modo relevante para o desenvolvimento da rede escolar até então decadente em virtude da falta de iniciativa oficial.

O tratamento que vimos dando ao problema, exige uma compreensão do papel da educação no âmbito do contexto sócio-econômico. Como essa compreensão, por sua vez, encontra-se comprometida com a realidade político-social do país, pretendemos recolocar e propor o problema, relacionando-o com as dimensões da realidade brasileira naquele momento histórico, num procedimento interpretativo contínuo dos diversos momentos da realidade.

## 2. Proposição do Problema

A partir de estudos efetuados para esclarecimentos do problema original, percebemos uma interdependência dos condicionantes estruturais sócio-econômicos, que se manifesta particularmente na expansão escolar. Tais condicionantes irão delinear uma realidade político-social, caracterizando o perfil cultural de uma sociedade, com determinantes sobre o fenômeno da expansão escolar.

Sob este ponto de vista, detivemos nossa atenção na análise de uma situação marcante na história da educação brasileira: a expansão das instituições

particulares de ensino. Esta manifestou-se sob os seguintes aspectos:

a) em decorrência da difícil situação financeira das províncias, a autonomia outorgada pelo Ato Adicional tornou-se praticamente inócua pela ausência de iniciativa oficial no setor de instrução pública;

b) conservadores, receiosos de ver desfalcados os cofres do Governo Central, defendiam firmemente a autonomia provincial no campo do ensino primário e secundário, recusando projetos apresentados nas décadas de 70 e 80, sobre uma possível reforma da instrução pública com participação do Poder Central no desenvolvimento do ensino nas províncias.

Portanto, o não atendimento à instrução pública por parte dos poderes Central e Provincial justamente em um período denominado "Ilustração Brasileira", em que as atenções se voltam com maior intensidade para os problemas educacionais, propiciariam o desenvolvimento das instituições particulares.

Como os fatos acima relacionados evidenciam que a expansão de instituições particulares é função de condicionantes sócio-econômicos, assim enfocamos o problema: a floração de instituições particulares inicia seu desenvolvimento a partir do momento em que a realidade sôcio-político-econômica brasileira sofre transformações marcantes, conduzindo o país ao início do desenvolvimento urbano-comercial em decorrência da situação denominada "ciclo da grande lavoura", de particular importância no período aqui estudado. Iniciamos, indagando até que ponto o desenvolvimento urbano-comercial repercutiu na expansão das instituições particulares de ensino. Explicamos o desenvolvimento urbano-comercial de então como um processo que cresce em função do movimento exportador da grande lavoura. Se, por um lado, a produção cafeeira "*à medida que se libera e se desenvolve, ganha a esfera da circulação e a íntegra na produção*" (19) exigindo transferência de capitais da zona rural para a urba

---

(19) Nelson Werneck Sodré, Formação Histórica do Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 1973, p. 155.

na (20), de outro, propicia uma fase de franca prosperidade para os grandes fazendeiros de café. Seus desdobramentos manifestam-se nos movimentos abolicionistas e na transição do trabalho escravo para o livre. Em suma, este trabalho pretende apresentar a expansão de instituições particulares, no período de 1860-89, como um reflexo da realidade sócio-político-econômica então vigente no país.

A delimitação do problema que damos a seguir é função das linhas mestras acima apresentadas.

### 3. Delimitação do Problema

Limitamos o presente traba

[20] O fazendeiro de café não se mantém fechado em seu mundo rural como o senhor de engenho possuidor de uma propriedade auto-suficiente e fundamentado numa economia de subsistência para a qual o açúcar vendido é apenas um excedente da produção. A posição do primeiro é acima de tudo a de um empresário comercial onde a produção para o mercado possui peso maior do que o setor de subsistência. Assim sendo, além de necessitar de crédito para investir em suas lavouras em franca expansão, transfere capitais da zona rural para a urbana, transformando a cidade em sede de uma série de serviços complementares do comércio externo da economia cafeeira. Através dos serviços de transporte, armazenamento, comercialização, embalagem, embarque e desembarque que equivale a uma economia consumida no próprio país, realizam na área urbana as fases decisivas da comercialização cafeeira. Cf. Paul Singer. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977, pp. 33 e 44.

lho a um momento de uma sociedade brasileira específica: a campineira no período de 1860-89. Ele volta-se à investigação da expansão escolar campineira. Contudo, como esta é fruto de um determinado momento social e, por sua vez, interage com ele, estabelece-se um sistema dinâmico de interações, que reflete, sob certos aspectos, a realidade sócio-político-econômica campineira da época.

Constatava-se na sociedade campineira das últimas décadas do Império (1860-89) uma expansão de instituições particulares com aspectos bem específicos. Sendo Campinas o centro propulsor da grande lavoura paulista e apresentando aspectos sócio-econômicos bem característicos, o presente trabalho visa a evidenciar a influência desse momento histórico na mencionada expansão.

Em suma, uma sociedade sofre, em princípio, a interação de três momentos que lhe imprimem um perfil cultural: o social, o político e o econômico. Sem, estabelecer hierarquia entre estes momentos e baseando-nos na história da sociedade brasileira (21) restrita a um de seus aspectos, a da sociedade campineira, tentaremos salien

---

(21) O resultado da interação desses elementos é que surge a história da sociedade. "

tar até que ponto os momentos sociais influenciaram a expansão escolar nela ocorrida.

#### 4. Metodologia

Como apoio para o nosso raciocínio visando à explicitação da relação acima, usaremos o processo conhecido como funcionalista (22) onde os fatos educacionais são estudados à luz das transformações dos momentos sócio-político-econômicos, proporcionando no nosso caso, e como é de nosso objetivo, a compreensão do fenômeno da expansão da rede escolar campineira.

#### 5. Procedimento

O capítulo I será dedicado à influência da grande lavoura na economia imperial.

---

(22) O funcionalismo visa uma compreensão dos fatos sociais vinculando-os a um momento social em oposição à preocupação com fatos isolados sem vínculos entre si e com a estrutura social ampla onde estão inseridos. Assim, o funcionalismo confere "vida" aos fatos relacionando-os com o seu momento social, interpretando-os, dando origem ao que Malinowski denomina processo de reprodução culturalmente definido. Bronislaw Malinowski. Uma teoria Científica da Cultura. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970, pp. 137 a 146.

O capítulo II evidencia os reflexos da expansão da grande lavoura na economia da sociedade campineira.

Se no capítulo I pretendemos evidenciar a influência da grande lavoura na economia imperial, no capítulo II pretendemos salientar, primeiramente, a economia da sociedade campineira à luz daquela influência, para no capítulo III, analisarmos os seus aspectos sócio-políticos enquanto reflexo de suas transformações econômicas. Finalmente, no capítulo IV, tema central do presente trabalho, desejamos caracterizar a expansão escolar campineira como reflexo das transformações sócio-político-econômicas experimentadas pela região, ou seja, os reflexos destas transformações sobre a educação.

CAPÍTULO I

A INFLUÊNCIA DA GRANDE LAVOURA E A ECONOMIA IMPERIAL

## 1. Introdução:

### A expansão econômica a partir de 1860

A crise econômica, financeira, política e social que se desencadeia sobre o Brasil a partir da transferência da Corte e, sobretudo, com a emancipação política, perdura até meados do século XIX (23) com o surgimento da expansão econômica no Império. Esta expansão, além de conferir ao país uma base infra-estrutural até então inexistente, viria promover uma grande transformação nas estruturas culminando por caracterizar o final do século XIX como um período de equilíbrio econômico não experimentado pelo país desde a transferência da Corte.

O considerável desenvolvimento da lavoura cafeeira, alicerce da expansão econômica imperial, na segunda metade do século XIX, teve como cenário as culturas cafeeiras do Vale do Paraíba e adjacências, mormente

---

(23) Heitor Ferreira Lima. História Política Econômica e Industrial do Brasil. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1978, pp. 215 e 216.

as plantações do oeste da Província de São Paulo onde encontrou grandes facilidades que estas terras ofereciam para a produção da rubiãcea, bem como a importância comercial que esta adquiriu nos mercados mundiais. A par destes fatores, várias outras circunstâncias também acompanharam o desenvolvimento da lavoura cafeeira, contribuindo para o progresso econômico do país, propiciando um equilíbrio financeiro tão desejado desde o início do século XIX (24).

Inaugura-se no país uma nova fase econômica até então por ele desconhecida (25). O Brasil adquire novas e modernas características pela remodelação dos aspectos sociais derivados da nova situação. Um processo capitalista, embora em fase ainda incipiente, ensaia então sua

---

(24) As circunstâncias que, a par do progresso da lavoura cafeeira, acompanharam e contribuíram para o reajustamento e expansão da vida econômica brasileira foram: a política tarifária de 1844 (Alves Branco) que possibilitou o crescimento das rendas públicas; os capitais antes invertidos no tráfico africano e que a partir de 1850 passaram a constituir fontes para muitos empreendimentos realizados no país; afluxo considerável de capitais sobretudo ingleses, que voltam a atuar em grande intensidade sobre a economia brasileira, depois da questão do tráfico. Cf. Caio Prado Junior. História Econômica do Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 1977, pp. 168 e 171.

(25) Grandes somas de capitais, anteriormente destinadas à manutenção do tráfico negreiro tornaram-se disponíveis para outros tipos de operações. A tarifa "Alves Branco de 1844" criada com a finalidade de derivar para os produtores locais as máquinas e operações até então importadas a partir de lá, possibilitou um crescimento na arrecadação por parte do Poder Central contribuindo assim para o incremento na vida econômica do país. Cf. Prado Junior, *Idem*, p. 184.

evolução no sentido de concentração e acumulação de capitais de certo vulto em alguns segmentos sociais. Assim, a lavoura cafeeira constituiu-se na mola propulsora de um modelo capitalista de sociedade, tendo por base as atividades financeiras e de crédito bem como todo o aparato comercial estabelecido para lhe proporcionar considerável expansão (26).

Como conseqüência do processo desenvolvimentista proporcionado pela grande lavoura (27) houve no Brasil transferência de capital das áreas rural e agrícola para a urbana e industrial exigindo, como conseqüência, um aumento de mão-de-obra suprido pela imigração europeia (28). De fato, a imigração europeia veio complementar a mão de obra escrava que, no momento, era escassa em virtude da tremenda demanda nos decênios de 1870 e 80. Desta forma, todas estas transformações processadas na vida imperial impulsionam o início do desenvolvimento urbano-comercial bra

---

(26) As tropas, ou melhor, os transportes primitivos e arcaicos são substituídos por estradas de ferro que além de intensificar aceleram o comércio cafeeiro.

(27) Werneck Sodré. Ob. cit., p. 226.

(28) A área urbana desenvolve-se porque a estrutura interna da fazenda se modifica passando de baronia para empresa. A rede urbana foi então se formando para a estocagem, transporte e mesmo comercialização do café. O capital aplicado nas indústrias existentes serviu como contribuição para o primeiro surto industrial no início da República e gerou condições para o nosso progresso manufatureiro que veio no período republicano. Cf. Raymundo Faoro. Os Donos do Poder. Porto Alēgre. Editora Globo, 1977, p. 456; Ferreira Lima. Ob. cit. pp. 269 e 270.

sileiro, levando o Brasil aos primeiros contactos com um moderno modelo de sociedade ( 29).

Para que possamos compreender as implicações que podem ser extraídas da expansão econômica imperial, torna-se indispensável uma análise evolutiva da produção agrícola, voltada para sua expansão e conseqüências dentro do quadro nacional. É o que faremos no que se segue.

---

[29] Com o crescimento da imigração européia amplia-se a área de trabalho livre e com isso o mercado interno . Cf. Ferreira Lima. Ob. cit., p. 248.

## 2. A expansão econômica no Império: O surto da grande lavoura e suas conseqüências para o quadro nacional

### 2.1. O desenvolvimento agrícola e a importância do café

A produção agrícola brasileira, que havia sido negligenciada durante a primeira metade em virtude de as atenções da Colônia estarem centradas para a atividade extrativa mineradora, volta a ocupar o cenário econômico brasileiro na segunda metade do século XVIII (30).

Na ocasião em que ocorria a abertura dos portos houve, em virtude desta, a aliança entre a classe dominante brasileira e a burguesia européia. Neste instante, o panorama internacional apresentava, em conseqüência do bloqueio napoleônico, condições excepcionais para o mercado de produtos tropicais brasileiros, gerando o surto agrícola em fins do século XVIII(31). Estes

---

(30) Prado Junior. Ob. cit., p. 157; Virgílio Noya Pinto. "Balanço das Transformações Econômicas no Século XIX" in Carlos Guilherme Mota. Brasil em Perspectiva. São Paulo. Editora Difel, 1968, p. 126.

(31) Em virtude das guerras de independência e napoleônicas, o mercado mundial revaloriza os produtos tropicais brasileiros em conseqüência da desarticulação das regiões produtoras concorrentes da Colônia. O colapso da produção açucareira no Haiti, a dificuldade da produção algodoeira e do arroz nos Estados Unidos e a desarticulação do mercado do couro no Prata, favoreceram os produtos tropicais brasileiros no início do século XIX. Cf. Artigo citado in Carlos Guilherme Mota. Ob. cit., p.126.

produtos tropicais oriundos de um sistema monocultural e escravocrata e, até então dependentes de flutuações aleatórias do mercado externo, viram-se substancialmente revalorizados no mercado internacional em virtude da liberdade comercial ocorrida em 1808. Este fenômeno, além de recuperar o valor das terras do início da colonização, contribuiu também para atenuar os efeitos da crise sobrevinda com o declínio da mineração, superada somente com a ascensão do mercado do café a partir de 1840.

Estas condições externas atuaram positivamente sobre os produtos tropicais brasileiros agora livres de taxas e impostos de intermediação metropolitana o que beneficiou a classe dominante favorecendo o destaque das regiões do norte do país atenuando sua crise econômica. Esta situação, contudo, não teve longa vida em virtude da total dependência das flutuações do mercado internacional. Na transição do período colonial para o imperial, realizada sob os auspícios de uma elite, a classe dominante, o Brasil já não encontra perspectivas tão favoráveis para os seus produtos (32) pois, a *"independência política se faz em plena fase de recessão econômica mundial e de retração da economia brasileira"*(33). Esta no

---

(32) Werneck Sodré. Ob. cit., p. 132.

(33) Artigo citado in Carlos Guilherme Mota. Ob. cit., p. 126.

va situação é explicada, por um lado, pela cessação das guerras napoleônicas, com o restabelecimento das atividades dos mercados agora não mais atingidos pelo bloqueio, e, por outro, pela falta de habilidade da região nordestina para encontrar sucedâneos de seus produtos no mercado internacional (34).

Em função dos aspectos que acabamos de apresentar, o mercado dos produtos tropicais do norte do país, que proporcionaram o surto econômico iniciado no fim do século XVIII, sofreu um decréscimo. Ele sofre os efeitos de uma concorrência externa e também não pode contar com o mercado da Metrôpole Portuguesa por se encontrar o Brasil em fase em que os produtores não mantêm vínculos ultramarinos. Esta situação gera grande dificuldade econômica e o Brasil passa a depender apenas de seus próprios recursos. A influência das regiões norte e nordeste declina paulatinamente proporcionando uma ascensão progressiva das atividades econômicas da região centro-sul, culminando na metade do século XIX com o desvio do eixo econômico para o sul do país.

---

(34) Os produtos que, na fase da abertura dos portos, apresentavam grande solicitação do mercado internacional passam por ocasião da autonomia brasileira por uma depressão generalizada, em virtude do surgimento de mercados concorrentes. O açúcar passa a sofrer concorrência de Cuba devido ao desenvolvimento do açúcar de beterraba, o algodão declina sua exportação em virtude da produção dos Estados Unidos, o arroz e o couro também sofrerem concorrência e o tabaco, pressionado pelas exigências da Inglaterra quanto ao tráfico, perde seu mercado na África. Cf. Artigo citado in Carlos Guilherme Mota. Ob. cit., p. 133.

A região norte do país, em fins do século XVIII, experimenta um reflorescimento do surto agrícola. O mesmo ocorre com o centro-sul, porém, com uma peculiaridade: o surgimento da cultura cafeeira. Esta, como as demais, favorecida pela conjuntura internacional do início do século XIX apresenta uma grande expansão(35). Apesar de suas origens no norte do país (36), o café encontra na região centro-sul o seu habitat em decorrência das condições geológicas e climáticas. De fato, embora a cultura cafeeira tenha sido introduzida no Brasil em 1727 no Vale Amazônico, nada digno de menção ocorre nos primeiros anos do século XIX (37). Isto é explicado "pelo fato de ter sido o século XVIII absorvido pela mineração e a agricultura não despertar grande interesse e, ainda mais, por ser uma cultura nova em solo brasileiro"(38). En

---

(35) "Favorecido, como as demais culturas tropicais, pela conjuntura do início do século, sofreu o café alta de preço, incentivo para a expansão da sua cultura". Artigo citado in Carlos Guilherme Mota. Ob. cit., p. 134.

(36) A cultura cafeeira teve seu início no norte do país. Contudo só na região sul encontrou condições propícias para seu desenvolvimento. Assim mesmo houve sempre pequena produção de café no Pará, Ceará, Pernambuco e no extremo da região sul da Bahia (Ilhéus e Porto Seguro), porém, pouco significativa. Cf. Prado Junior. Ob. cit., p. 161.

(37) Arthur Rios. "O café e a mão de obra agrícola" in Ensaio sobre Café e Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro do Café/Ministério da Indústria e do Comércio, 1973, p. 3.

(38) Prado Junior. Ob. cit., p. 158.

quanto o açúcar e o algodão comercialmente chegavam a seu apogeu, o valor do café na esfera comercial era quase nulo, ocupando modesta posição em princípios do século XIX (39).

Nesta incômoda posição, o café permaneceria por pouco tempo. No centro-sul do país, a cultura do café surge simultaneamente nos vales fluminenses e paulista ao longo do Rio Paraíba, logo após o declínio do ciclo da mineração por volta de 1770. Sob o incentivo do monarca português D. João VI, viriam desde 1817, da colônia portuguesa Moçambique da África, sementes de café, que eram distribuídas entre os proprietários de terras (40). Com o declínio da cotação comercial dos produtos tropicais da região norte e nordeste (41), a par das peculiaridades que

(39) A cultura do café, nesta época, destina-se "mais ao consumo doméstico das fazendas e propriedades em que se encontra, e quando muito local. Comercialmente seu valor é quase nulo", pois, em 1779 não exportou "mais que a insignificância de 79 arrobas que se embarcaram para Lisboa e Porto. Em 1796 a exportação já era de 8.485 arrobas, para atingir em 1806, 82.245". Prado Junior. Ob. cit., pp. 159 e 160.

(40) Afonso Escragnolle Teunay. Pequena História do Café. Rio de Janeiro. Edição do Departamento Nacional do Café 1945, p. 200.

(41) O açúcar e o algodão em princípios do século XIX, encontravam bem cotados comercialmente. Já em meados do século o Brasil era o quinto colocado entre os produtos mundiais da cena de açúcar e destacava-se entre os grandes fornecedores de algodão quando foi deslocado do comércio internacional pela produção norte-americana, que se intensificou a partir da cessação do bloqueio napoleônico. Cf. Prado Junior. Ob. cit., p. 158.

vigoravam no período de autonomia (42), sō restava para a agricultura apoiar-se num produto cujo cultivo expraiava-se em fins do século XVIII, por extensa área da região centro sul e ganhava, pouco a pouco, cotação no mercado internacional (43). Com total aprovação, a experiência continuou repetindo-se apesar das resistências encontradas nas primeiras décadas do século XIX em regiões onde vicejavam os velhos canaviais. Este fato determinou a coexistência entre cafezaís e canaviais, e a predominância do primeiro a partir de 1830 (44).

Como todo produto tropical brasileiro, o café será cultivado segundo os moldes clássicos vigentes na agricultura do país. Estruturada segundo o sistema monocultural e escravocrata dependente da flutuação do mercado externo a produção cafeeira não sō marca o nascimento de um novo ciclo produtor para o país como provoca, como dissemos acima, a mudança do eixo econômico brasileiro.

Tendo o Rio de Janeiro como centro propulsor, a cultura cafeeira estende-se pela serra do Mar e

[42] Na fase da autonomia política brasileira, não havia no Brasil o mínimo de condições para impulsionar a indústria devido a inexistência do mercado interno e a concorrência de produtos ingleses importados. A única alternativa era dar prosseguimento à expansão das exportações brasileiras que sō poderia voltar a fundamentar-se numa atividade agrícola. Cf. Werneck Sodré. Ob.cit. p. 138.

[43] Prado Junior. Ob. cit., p. 160.

[44] Alves Motta Sobrinho. A Civilização do Café. São Paulo Editora Brasiliense, 1978, p. 21.

planalto fluminense, paulista e mineiro, dando origem no sul a uma aristocracia territorial que iria se contrapor à velha aristocracia dos senhores de engenho. Comum a elas, havia apenas o espírito que regeria os seus princípios: os de um regime escravocrata(45). Em princípios do século XIX, já se salienta como uma importante área de produção cafeeira, centralizando-se numa faixa costeira que impulsionará a formação do primeiro cenário da lavoura cafeeira no Brasil (46).

[45] Taunay, Ob.cit., p. 200.

[46] O ponto de partida da cultura cafeeira "será na vizinhança próxima do litoral. As montanhas que circundam a cidade do Rio de Janeiro e em cujos vales ela se estende, é onde se fizeram as primeiras plantações. Para o sul do Rio de Janeiro onde a serra que aqui acompanha o litoral se aproxima do mar até mergulhar diretamente nele, os cafezais lhe vão revestindo a "costa". Mas tudo isto é apenas o começo; o primeiro grande cenário da lavoura cafeeira no Brasil é o Vale do Rio Paraíba, no seu médio e depois alto-curso. "Em meados do século XIX reúne-se aí a maior parcela da riqueza brasileira. Subindo pelo rio, os cafezais invadem e ocupam largamente a parte oriental da província de São Paulo, e a região fronteira de Minas Gerais". Prado Junior. Ob. cit., p. 162.

## 2.2. A expansão da grande lavoura e o seu processo de comercialização.

Nos primórdios do século XIX, a lavoura cafeeira, a par de outras mais tradicionais (47), inicia sua jornada a partir de um mercado praticamente inexistente, rumo ao importante papel histórico que lhe caberia desempenhar (48).

A cultura cafeeira encontra-se largamente disseminada no país, do Pará a Santa Catarina, do litoral até o alto interior (Goiás) no início do século XIX. Contudo o núcleo cafeeiro vai concentrar-se na região que partindo do Rio de Janeiro, dirige-se para o litoral revestindo toda a encosta na altura de Angra-dos-Reis e Parati, estendendo-se na primeira metade do século XIX pela parte oriental da Província de São Paulo (Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião) e região fronteira de Minas Gerais (Zona da Mata e Sul de Minas Gerais) (49). Assim delimitada, esta re

(47) As lavouras tradicionais (açúcar, algodão e tabaco), como vimos em 2.1., desempenham papel de destaque na economia brasileira no início do século XIX.

(48) Nos primórdios do século XIX a cultura cafeeira encontra um mercado ainda incipiente em comparação com as lavouras tradicionais brasileiras. Tal situação leva o café a não contribuir de maneira apreciável no balanço da economia brasileira. Seu valor comercial era praticamente nulo.

(49) Prado Junior, Ob. cit. p. 162.

gião com seu desenvolvimento, vai se projetar como o primeiro cenário da grande lavoura no Brasil e mais especificamente caracterizando o Vale do Paraíba e regiões adjacentes como o centro por excelência da cultura cafeeira até o terceiro quartel do século XIX (50).

Ao assumir esta hegemonia, torna-se o Vale do Paraíba (51) o centro possuidor da maior parcela da riqueza cafeeira, apesar de esta ter sido cultivada desde fins do século XVIII. Naturalmente, a cultura desta região, foi conquistando uma posição de predominância na escala de exportação com início na segunda década do século XIX. Em 1827, o café já surgia como o segundo produto de exportação

[50] Prado Junior. Ob.cit., p. 162.

[51] Mapa da expansão do café no Vale do Paraíba e adjacências (vale fluminense, norte de São Paulo e região fronteira de Minas Gerais). Cf. Prado Junior. Ob.cit. p. 163.



precedido pelo açúcar e seguido pelo algodão para, nas décadas seguintes, assumir o primeiro posto indo progressivamente ocupar uma posição ímpar na balança econômica brasileira (52).

Assim, a produção cafeeira, de acordo com os moldes clássicos da agricultura do país, rapidamente alcança os primeiros postos na escala de exportação, tornando-se, no período regencial, o grande artigo de exportação brasileira (53). Em caminho de ascensão, acena com perspectivas de alívio para a situação econômica tão abalada desde o declínio dos produtos tradicionais o que levou o Primeiro Império a enfrentar uma situação econômica caótica e, à primeira vista, sem condição de recuperação (54). O principal

(52) Percentagem dos principais produtos na exportação brasileira (contribuição quanto ao valor das exportações).

1821-30	1831-40	1841-50
açúcar - 30,1%	café - 43,8%	café - 41,5%
algodão - 20,6%	açúcar - 24,0%	açúcar - 26,7%
café - 18,4%	algodão - 10,8%	couros e peles - 8,5%
couros e peles - 13,6%	couros e peles - 7,9%	algodão - 7,5%

Artigo citado in Carlos Guilherme Mota. Ob. cit., p. 135; Celso Furtado, Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Companhia Editora Nacional, s/d, p. 113.

(53) O Brasil independente herda da economia colonial a estrutura econômica alicerçada no sistema monocultural e escravocrata voltada aos interesses e objetivos da classe dominante brasileira.

(54) Estas dificuldades econômicas são provocadas pela situação internacional (cessação das guerras napoleônicas e restabelecimento da paz mundial) que afetara o surto econômico da fins do século XVIII. Em virtude disso e em "face às despesas, já que os impostos não eram suficientes devido a pobreza do mercado interno, vê-se obrigado a contrair dívidas no exterior, através de empréstimos da Inglaterra, a juros extorsivos". Artigo citado in Carlos Guilherme Mota. Ob. cit., p. 133.

fator que contribuiu para a ascensão e desenvolvimento da cultura cafeeira, que se tornará o alicerce econômico de exportação no decorrer de todo o império, foi a contínua solicitação do produto pelos mercados internacionais e, sobretudo, os Estados Unidos que, procurando fugir às condições do mercado impostas pelas políticas coloniais inglesa e holandesa, passaram a ser os maiores importadores do café brasileiro. Em meados do século XIX já absorviam mais de 50% desse produto (55) sendo o Rio de Janeiro e suas cercanias, o fulcro que contribuía, por volta de 1860, no dizer de Visconde do Rio Branco, com mais de 88% da produção total brasileira (56).

Apesar de a produção cafeeira do Brasil já ter alcançado o primeiro posto na pauta de exportação da primeira metade do século XIX (57), somente na segunda parte deste século assume volume de exportação apreciá

---

[55] "As colônias da América do Norte, separando-se em 1786 da sua Metrópole, inauguram então uma política econômica própria e independente dos interesses ingleses e europeus em geral". Voltam-se assim para o comércio cafeeiro do Brasil, mais livres da dominação britânica, com tal intensidade que em meados do século XIX já absorviam mais de 50% do produto, tendendo tal percentagem a crescer mais com o tempo. Cf. Prado Junior. Ob.cit., p.160.

[56] Tauney. Ob. cit., pp. 85 e 86.

[57] O Café embora apresentando preços cadentes, encontra enorme aceitação no mercado conquistando assim amplas fronteiras. Ferreira Lima. Ob.cit., p.217.

vel contribuindo assim para completa modificação da fisionomia sócio-econômica do país (58). Este fato é bem compreensível se tivermos em mente que no "quinquênio de 1875-80 para uma produção mundial de 8.500.000 sacas o Brasil já contribuía com 50% cabendo 20% ao restante da América e 30% à Ásia e África juntas" (59). Isto explica a estabilidade da política do Império centrada nos interesses da classe dominante e, que de acordo com esses mesmos interesses, reestabiliza a estrutura econômica do país (60).

As condições acima permitiram uma sensível elevação no padrão de vida da população e um aparelhamento técnico do país até então dependente de tecnologia importada (61). Neste instante, dá-se uma grande transforma

[58] No começo da segunda metade do século XIX a cifra exportável do café brasileiro aproxima-se de três milhões de sacas ao ano. A partir da década de 70 e sobretudo na de 80, "quando a produção média anual ultrapassa os 5 milhões de sacas por ano, o café torna-se o centro motor do desenvolvimento do capitalismo no Brasil". Sergio Silva. Expansão cafeeira e origem da Indústria no Brasil. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976, p. 49.

[59] Ferreira Lima. Ob. cit., p. 229.

[60] Assim procedendo, o Brasil vincula sua economia às necessidades mundiais, condiciona-a ao mercado externo, caracterizando-a como dependente.

[61] Apesar da acumulação de capital que a agricultura cafeeira proporcionava, do capital anteriormente empregado no tráfico e agora mantido no país, e da tarifa de 1844 que proporcionava maior arrecadação alfandegária os recursos existentes não eram suficientes para empreendimentos de grande vulto como estrada de ferro, outros meios de comunicação e transportes, mecanização da indústria rural, etc. Após a questão do tráfico negreiro a Inglaterra volta a aplicar aqui seus recursos proporcionando um equilíbrio de contas e finanças públicas, sem o qual o país não poderia se manter. Cf. Prado Junior. Ob. cit., pp. 195 a 200.

ção na vida econômica nacional: a produção cafeeira, favorecendo o desenvolvimento urbano-comercial, torna-se o centro motor da expansão do capitalismo ainda em seus primeiros passos favorecendo o surgimento das plantações na província de São Paulo (62). Estas, progressivamente, avançam para o oeste paulista, região que viria destacar-se como o segundo centro geográfico das plantações de café.

O primeiro cenário cafeeiro, Vale do Paraíba e adjacências, era possuidor de topografia irregular. A duras penas, conseguiu algumas vias férreas de custo operacional bastante elevado e sua economia era estruturada no braço escravo (63). Contudo, manteve sua hegemonia até o terceiro quartel do século XIX, quando um período conturbado viria, a partir de 1888, instalar uma fase de acentuado declínio na produção cafeeira em terras fluminenses(64). Despontando então no panorama brasileiro, a economia da região oeste paulista que, progressivamente, irá suplantar o pólo

---

(62) O capital, nesta época, torna-se circulante e voltado para dentro do próprio país, possibilitando o desenvolvimento de um capitalismo que embora incipiente, não deixa de salientar o germe para a sua futura expansão.

(63) Apesar da cessação do tráfico, o primeiro cenário cafeeiro, do Vale do Paraíba, vai utilizar largamente a mão de obra escrava que emigra da região norte do país.

(64) Taunay, Ob. cit., p. 198.

cafeeiro fluminense. Porém, apesar dessa paulatina substituição, o primeiro cenário de produção cafeeira, que abrange além do Vale do Paraíba, o norte paulista, ainda mantém a sua importância por algum tempo. Isto reside no fato de que apesar do norte paulista ser grande núcleo produtor de café, o grande centro de comercialização ainda é o Rio de Janeiro, ponto natural para escoamento do produto. São Paulo, nesta altura, ainda *"era um entreposto comercial, com ligação bastante precária com Santos"*(65) enquanto o Rio de Janeiro se destacava como o *"centro financeiro e controlador deste produto"*(66). O declínio virá com o abandono progressivo da cultura na região do Vale do Paraíba provocado pelo esgotamento das reservas naturais em virtude do inadequado sistema de exploração (67).

O declínio da cultura na região do Paraíba não viria abalar a situação econômica do país, pois, era compensado pela expansão da cafeicultura no oeste paulista a partir de 1850. Progressivamente esta vem substituir, em termos econômicos, aquela área tão próspera que fora o berço de nossa grande riqueza.

---

(65) Singer, Ob. cit., p. 28.

(66) Singer. Idem, p. 29.

(67) Prado Junior. Ob. cit., p. 162.

A cultura cafeeira paulista que, progressivamente, vai-se expandindo, transfere paulatinamente o cenário cafeeiro do litoral para o interior do país. Partindo de Campinas, que em 1854 já era um dos pontos de maior concentração cafeeira do oeste paulista (68), continua a estender-se para o norte ao longo das zonas central, mogiana paulista (69), "para mais tarde atingir a extraordinária terra roxa de Ribeirão Preto e outros municípios dos arredores" (70).

Com o deslocamento paulatino da fronteira

[68] Sergio Milliet. Roteiro do Café e outros ensaios. São Paulo, Coleção do Departamento de Cultura, 1941, volume XXV, p. 44; Ferreira Lima. Ob.cit., p. 230.

[69] Partindo de Campinas para o norte até Ribeirão Preto a marcha do café para o oeste alcança no penúltimo decênio do século XIX a região do rio Mogi-guaçú na sua confluência com o Pardo. Cf. Milliet. Ob.cit., p.44; Prado Junior. Ob. cit., pp.163 a 165.

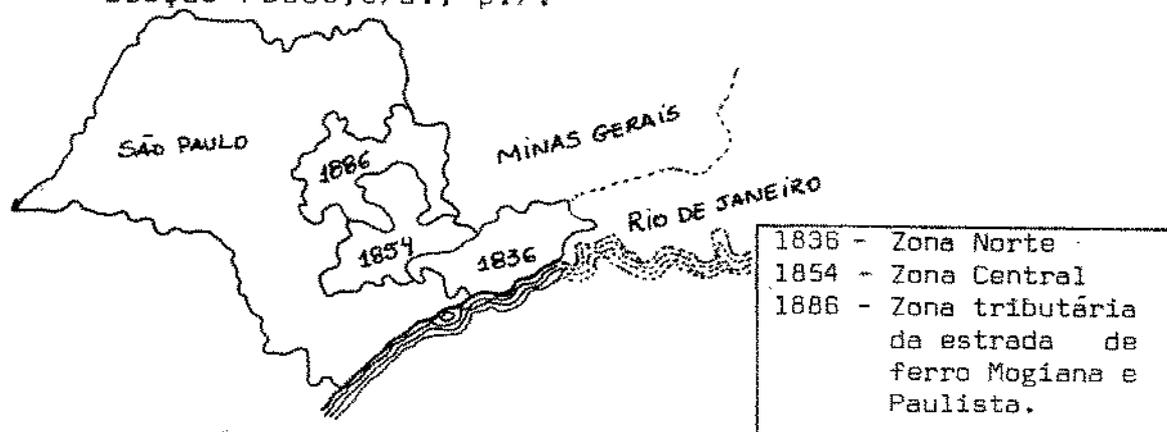


[70] Ferreira Lima. Ob. cit., p. 230.

teira econômica para o oeste(71), a produção cafeeira paulista cresceu prodigiosamente, conforme demonstram os dados sobre o incremento da produção de café em arrobas nos anos de 1836, 1854 e 1886, como se segue (72):

	Zona Norte	Zona Central	Zona Paulista	Zona Mogiana
1836	510.406	70.378	8.461	821
1854	2.737.639	491.397	223.470	81.750
1886	2.074.264	3.008.350	2.458.134	2.262.599

(71) O crescimento paulatino da fronteira econômica para o oeste dividiu a Província de São Paulo em três regiões com suas respectivas unidades estatísticas "produtoras" de café que precedem as estradas de ferro. Cf. Milliet, Ob. cit., pp. 22-25 e 42-56; Edição Histórica Sumaré. São Paulo, Edição Focus, s/d., p. 7.



Zona Norte: Areias, Bananal, Cunha, Guaratinguetã, Jacareí, Lorena, Mogi das Cruzes, Sta Izabel, Paraibuna, Pindamonhangaba, São Luiz Paraitinga, S. J. Campos, S. Sebastião, Vila Bela, Taubaté, Ubatuba.

Zona Central: Itapetininga, Tatuí, Parnaíba, S. Roque, Atibaia, Porto Feliz, Bragança, Itú, Campinas, Sorocaba, Capiveri, Jundiaí, Piracicaba.

Zona Paulista: Rio Claro, Araras, Araraquera, Jaboticabal, Descalvado, Limeira, Palmeiras, S. Carlos, Santa Rita.

Zona Mogiana: Amparo, Socorro, Mogi-Mirim, E. Sto do Pinhal, S. João da Boa Vista, Casa Branca, S. J. do Rio Pardo, Mocóca, Cajuru, Franca, S. Negra.

(72) Milliet, Ob. cit., pp. 19 e 20.

Assim, em 1870, representou 16% da produção nacional e em 1880 subiu para 20%, atingindo 40% em 1888 (73).

A invasão do oeste paulista pelo café provocando assim uma inversão progressiva do cenário cafeeiro é salientada, mais uma vez, pelas percentagens por décadas, que damos a seguir. De fato temos que de 45,6% em 1860-70, 56,6% em 1870-80, passa a alcançar 61,5% em 1880 a 90 (74).

A região oeste de São Paulo beneficia da pela expansão da grande lavoura, transforma a capital paulista em centro de comercialização do café, em virtude de a mesma necessitar de crédito para sua expansão já que a *"ampliação incessante do mercado para o café brasileiro, estimula investimentos na sua produção"*(75).

O oeste paulista, em oposição ao vale do Paraíba, caracterizado por uma topografia irregular, apresenta-se com uma certa uniformidade. Este fato e a existência de uma boa rede ferroviária propiciaram uma maior

[73] Ferreira Lima, Ob. cit., p. 230.

[74] De 1861-70 o número de sacas de café produzidas foi de 2.865.000, de 1871-80 ainda avulta passando a ser de 3.634.000 sacas, para no último decênio imperial alcançar 5.330.000 sacas. Cf. Taunay, Ob. cit., p. 233.

[75] Singer, Ob. cit., p. 337

concentração de terras cultiváveis o que condicionou a orientação geográfica do oeste a seguir "para a capital da província, São Paulo, e através dela, para o porto de Santos" (76).

Como consequência natural desse desenvolvimento para o oeste, dá-se a transferência dos pólos de exportação. Enquanto na primeira fase, toda a produção fluminense, mineira e paulista tinha, no porto do Rio de Janeiro, o seu escoadouro natural, nesta última, o porto natural de exportação foi o de Santos, no litoral paulista. A ascendente importância do porto de Santos é atestada pelo seu movimento que vai de mais de 236 milhões de quilos em 1869-74, a mais de 350 milhões em 1874-79 (77). Assim, em 1880, Santos assume a liderança como centro exportador (78).

Se o desenvolvimento da cafeicultura para o oeste paulista evidencia, por um lado, a importância do porto de Santos em relação ao do Rio de Janeiro, que até então era o principal escoadouro, por outro, exerce influência sobre a construção de várias estradas de ferro que

[76] Prado Junior. Ob. cit., p. 165.

[77] Taunay. Ob. cit., p. 146.

[78] "de 1850 a 59 a superioridade do porto carioca é manifesta; de 1860 a 68 há um certo equilíbrio entre os dois portos e de 1869 em diante o porto de Santos começa a ganhar vantagem que não perderá mais daí por diante". Ferreira Lima. Ob. cit., p. 231.

beneficiam a província de São Paulo. A criação e extensão de linhas férreas para o interior foi, ao mesmo tempo, uma consequência e um novo fator de desenvolvimento da produção cafeeira paulista, pois, à medida que estas linhas se estendiam pelo interior de São Paulo, ampliavam-se as áreas de cultivo de café e desenvolviam-se núcleos urbanos para a sua comercialização (79). Particular influência nesse sentido teve a ligação ferroviária entre Santos-Jundiaí (antiga São Paulo-Railway), com escala em São Paulo que, ao entrar em funcionamento a partir de 1868, permite que o negócio do café venha a ser feito através do sistema ferroviário ligando a capital a Santos, seu porto na província (80). Depois desta, vieram outras principais, que se bifurcavam em vários ramais à medida que se estendiam pelo interior paulista (81). Se as estradas de ferro foram motivadas pela expansão cafeeira, o mes

[79] Ferreira Lima. Ob.cit., p. 231.

[80] Singer. Ob. cit., p. 30.

[81] Em 1868, ano em que a estrada de Ferro Santos-Jundiaí ou São Paulo-Railway (a primeira estrada estabelecida em São Paulo) entra em funcionamento, surge a Companhia Paulista de Estrada de ferro para inaugurar em 1872 a extensão férrea de Jundiaí a Campinas (segunda estrada de ferro em São Paulo); em 1870 forma-se a Companhia Ituana e aparece a Companhia Sorocabana que inaugura seu primeiro trecho em São Paulo a Sorocaba em 1875; em 1872 organiza-se a Companhia Mogiana, que partindo de Campinas inaugura o seu primeiro trecho em 1875; a ainda no mesmo ano de 1872 inicia-se a construção da ligação ferroviária São Paulo-Rio de Janeiro terminada em 1875. Cf. Fernando de Azevedo. Um Trem corre para o oeste. São Paulo. Edições Melhoramentos, pp. 43 a 46; Motta Sobrinho. Ob. cit., p.68; Ferreira Lima. Ob.cit., p. 231.

mo ocorreu com a introdução do uso das máquinas na agricultura (82). Nos anos 60, quando a cafeicultura começa a expandir-se para o oeste, já se depara pela frente com o problema da mão de obra, pois a transformação que provocou, em consequência de sua própria expansão, no sistema de trabalho manifestou-se num processo prolongado e cheio de vicissitudes (83). Nesta mesma década, começou, por um lado, a sofrer a interrupção do fornecimento de trabalhadores europeus (84) e, por outro, encontrar maiores dificuldades de abastecer-se de escravos em virtude de o crescimento vegetativo da população africana não suprir a necessidade de sua expansão (85). Diante de tal panorama, a maquinaria na

- 
- (82) Para o amanho da terra começou-se a empregar o arado. Depois de 1870 começaram também a entrar em uso ventiladores, despoldadores e aparelhos de burnir e separar o café. Cf. Ferreira Lima. Ob. cit., p. 232.
- (83) Com a lei Eusébio de Queiróz cessa o tráfico negreiro no Brasil. Em virtude disso, o país passa a utilizar-se de escravos aqui existentes, para numa fase subsequente necessitar de recorrer-se à imigração europeia.
- (84) Grande campanha contra a imigração é desencadeada na Europa em virtude do "sistema de parceria" estabelecido no Brasil após a cessação do tráfico negreiro. Alarma-se a opinião pública europeia, em particular Alemanha e Portugal, de onde provinha a maior parte da imigração para o Brasil. Cf. Prado Junior. Ob. cit., p. 188.
- (85) O crescimento vegetativo da população escrava apresenta-se realmente insuficiente, pois após a abolição do tráfico a importação de escravos do norte e nordeste para o Vale do Paraíba tendeu a decrescer. Com a expansão cafeeira para o oeste paulista a situação da mão de obra escrava tornou-se mais caótica. Cf. Ferreira Lima. Ob. cit., p. 240.

agricultura veio substituir, no oeste paulista e a partir de 1870, a escassez e o encarecimento da mão de obra escrava. A divisão do trabalho daí advinda influenciou na formação de uma nova etapa do desenvolvimento econômico (86).

A partir de 1870, com a introdução de máquinas nos trabalhos da lavoura, com a modificação de trabalho nas fazendas (substituição do sistema de parceria pelo assariado) e com as linhas férreas, as condições na agricultura sofreram alterações. Estas mudanças propiciaram o incremento da "imigração subvencionada" que, sobretudo, após a década de 80, passou a integrar-se não só na economia de subsistência, mas também na economia de mercado, isto é, tornando-se, em parte, consumidora e atendendo principalmente às exigências expansionistas da grande lavoura no oeste, necessitada de mão de obra (87).

Todas as transformações materiais e técnicas que caracterizaram o enorme progresso do Segundo Império deveram-se ao panorama internacional favorável à cafeicultura, o que impulsionou o quadro econômico nacional na década de 70 e, sobretudo, na de 80. Decorreu daí

---

(86) Com o uso da maquinaria nas fazendas, necessitou-se de maquinistas, mecânicos, pedreiros, pintores, oleiros, etc., com funções específicas e diversificadas. Tal situação divergia da fase anterior à imigração, quando o trabalho repousava no escravo de forma indiscriminada, sendo ele voltado para a lavoura, atividade artesanal, serviço doméstico, como principal e única fonte de renda. Cf. Ferreira Lima. Ob.cit., pp. 232 a 235.

(87) Singer, Ob. cit., p. 43.

o interesse pela imigração "subvencionada" por parte dos proprietários poderosos do oeste paulista, que necessitavam de braços para suas lavouras (88). Com as características próprias da grande lavoura em franca prosperidade(89), impulsionada pelo braço imigrante, que ampliou a área de trabalho livre paulista, e pelos fatores expostos acima, as cidades urbanizaram-se criando condições necessárias e um mercado embora "abastecido principalmente por produtos importados"(90) propiciou o florescimento, a partir da década de 80, de pequenas e médias fábricas de transformação, como consequência do barateamento das máquinas operacionais (91).

(88) O novo regime de trabalho fundamentado no salário condicionou realmente a fixação do colono à agricultura a partir de 1870. Este com a possibilidade de cultivar gêneros alimentícios próprios, entre os cafezais, adquiriu certa poupança que lhe propôs melhorar de situação, seja como agricultor, seja em atividades urbanas. Cf. Ferreira Lima. Ob. cit., p. 246.

(89) Sendo o café uma planta comercial, a produção para o mercado possui maior peso que a atividade de subsistência dos tempos dos engenhos de açúcar. Em virtude disso o café proporciona considerável ramificação urbana devido sua expansão incrementar as economias citadinas. Cf. Ferreira Lima. Ob. cit., p. 242; Singer. Ob. cit., p. 36.

(90) Singer. Ob. cit., p. 44.

(91) Com a imigração, que começa a tomar vulto a partir de 1870 e com a difusão das estradas de ferro, os negócios internos sofrem incrementos. Na década de 80 com maior vulto das imigrações e dos centros urbanos, as vendas dos produtos agrícolas se tornam insuficientes para cobrir as aquisições das mercadorias de importação, reclamadas pelo mercado interno em elevação. Com isto criou-se em um forte elemento de emulação para a expansão industrial. Cf. Ferreira Lima. Ob. cit., p. 270.

O processo de comercialização do café nas décadas de 60-89, pode ser considerado uma atividade de infra-estrutural que ofereceu bases consideráveis de ramificações urbanas e esforços de industrialização, criando fatores que propiciam o desenvolvimento urbano - comercial e condições favoráveis para o futuro progresso urbano-industrial do Brasil (92).

### 2.3. Os tipos de mão de obra na sociedade escravocrata da grande lavoura: as mãos de obra africana e europeia.

#### 2.3.1. A mão de obra africana

Como frisamos anteriormente, as primeiras plantações de café, na região fluminense, a partir de 1770 constituem um ponto de partida da marcha histórica da grande lavoura no Brasil. Concentradas inicialmente na faixa litorânea, nosso primeiro cenário cafeeiro sedimenta-se conforme as premissas e regras do regime colô

(92) As cidades crescem em função do movimento exportador pois elas são a sede de uma série de serviços-transporte, armazenamento, comercialização, embalagem, embarque e desembarque-complementares do comércio externo. Cf. Singer. Ob. cit., pp. 43 e 44.

niai metropolitano (93). No que tange especialmente à produção do café, temos de aceitar o seu insignificante papel no setor econômico até os primórdios do século XIX(94). Contudo, o cenário da grande lavoura ainda em desenvolvimento já era de grande importância em virtude de outros produtos aí cultivados como o algodão e o açúcar. Quanto ao seu caráter, podemos afirmar que, fundamentada nos moldes coloniais e de propriedade monocultural e escravocrata, apresentava-se para a metrópole no molde de uma estrutura econômica tropical totalmente construída com vistas ao comércio internacional (95).

Com a independência proclamada pela elite dominante, o Brasil alcança o status de Nação politicamente livre das imposições metropolitanas. Contudo, carrega ainda consigo uma herança sócio-econômica em moldes tradicionais ao tipo colonial. Assim, a atividade agrícola

[93] O primeiro cenário cafeeiro brasileiro que se localiza no Vale do Paraíba e regiões adjacentes (parte oriental da Província de São Paulo e regiões fronteiriças de Minas Gerais) formou-se em consequência da expansão das primeiras plantações realizadas na região onde hoje se encontra a cidade do Rio de Janeiro. Cf. Prado Junior. Ob.cit., pp. 161 e 162.

[94] Nossa produção em arrobas passou de 79 em 1779 para 8.495 em 1796 atingindo 82.245 em 1806. Cf. Prado Junior. Ob. cit., p. 160.

[95] Prado Junior. Ob.cit., pp. 113 e 114.

cafeeira que vinha se extraindo desde fins do século XVIII pela região centro-sul, sofrerá intenso progresso no império, mantendo-se ainda submissa às flutuações dos mercados consumidores (96) e nos moldes de uma estrutura colonial de produção (97). O que afirmamos, é ilustrado pela estrutura comercial brasileira, que permanece submissa aos mercados consumidores refletindo assim os traços sócio-culturais vigentes.

O Brasil, após a proclamação da Independência, permaneceu, como vimos acima, à primeira vista no estágio sócio-econômico do período colonial. Em uma análise mais elaborada, constatamos que a situação, na realidade, foi agravada. Evidência disto está na postergação do cumprimento das imposições inglesas para que cessasse o tráfico escravo, situação que perdurou até meados do século XIX (98), permitindo anualmente a entrada de "cerca de 40.000 escravos, número superior ao que se pode atribuir a

---

[96] Artigo citado in Carlos Guilherme Mota. Ob.cit., p.145.

[97] Werneck Sodré. Ob. cit., p. 155.

[98] A imposição da Inglaterra quanto à questão do tráfico negreiro foi oficializada primeiramente ao tratado de 1810 (tratado de aliança e amizade). Esta imposição foi renovada em 1826 e acrescida de um compromisso de abolir o tráfico em 1830. Cf. Artigo citado in Carlos Guilherme Mota. Ob.cit., p. 135.

qualquer período passado" (99).

Segundo Caio Prado Junior, a inércia a apresentada pela estrutura sócio-econômica escravocrata e monocultural deveu-se à débil participação dos escravos nos movimentos da época da Independência, constituindo isto talvez "o motivo principal por que a estrutura fundamental da economia assente como estava no trabalho deles, não sofre abalos suficientes para transformá-la desde logo" (100). Por ser a escravidão - aparentemente pela inexistência de outro tipo de mão de obra - a mola propulsora da vida econômica do país nela repousando praticamente todas as atividades econômicas, o Brasil imperial permanece vinculado aos moldes coloniais de acordo com os objetivos e intentos políticos de sua classe dominante. Neste cenário, a produção cafeeira do Vale do Paraíba e adjacências estendeu-se e desenvolveu-se ao longo da primeira metade do século XIX, para se tornar a partir de 1830, a atividade agrícola dominante em toda a região. Este quadro acentua-se a partir de 1831 em consequência da abdicação de Pedro I e a ascensão ao poder regencial da classe dominante inteiramente adepta da po

---

[99] Prado Junior. Ob. cit., p. 147.

[100] Os escravos não assumiram posição definida nem sua ação teve continuidade e expressão devido ao tráfico africano. Este, trazendo continuamente novas levas de africanos de baixo nível cultural, inteiramente ignorantes em questão de língua e completamente não aculturados, neutralizava a ação daqueles já redicados no país e por isso mais capazes de atitudes políticas coerentes. Cf. Prado Junior, Ob. cit., p. 142.

sição escravista (101).

A classe dominante, a mais interessada na conservação do regime escravista, ao assumir o poder e a direção política do Novo Estado, solidificou o caráter sócio-econômico brasileiro impulsionado pela grande lavoura. Isto é justificado porque, nesta época, o café passou a se destacar como o primeiro produto exportável para "*tornar-se na década de 40, responsável pelo primeiro produto brasileiro de exportação, representando sozinho mais de 40% do valor total das exportações*"(102). Em meados do século XIX, já despontava em destaque o primeiro cenário econômico cafeeiro do Vale do Paraíba, estruturado na grande propriedade e no braço escravo, vinculado ao mercado externo e responsável pela maior parte do montante de exportação que a balança comercial apresentava. A expansão deste cenário encontrava-se intimamente ligada ao crescimento da entrada de escravos no Brasil, propiciando aumento de mão de obra para suprir o atendimento das solicitações externas de consumo (103).

---

[101] "Antes de 1831 a classe dominante brasileira não teve tanta influência perante o Imperador devido estar cercado de uma corte e uma burocracia saída diretamente da antiga administração portuguesa. Será isto que levará o Brasil à revolta de 1831". Prado Junior, Ob. cit., p. 149.

[102] Silva. Ob. cit., p. 40.

[103] Motta Sobrinho, Ob. cit., p. 23.

Ao inciar o Brasil o período regencial fundamentado na representatividade política da classe dominante e adepta da conservação escravista, a grande lavoura começou a apresentar perspectivas favoráveis à situação econômica imperial. Mostrava-se incontestável a supremacia econômica da região, onde ela se desenvolvia e cujo centro era o Rio de Janeiro. Este e sua periferia concentrava mais da metade da produção total, pois entre 1821-42 as exportações brasileiras para os Estados Unidos haviam passado de 605.126 para 5.948.814 de dólares (104).

Nesta altura, ressurgiu a Inglaterra impondo ao Brasil o respeito às normas estabelecidas referentes à abolição do tráfico, compromisso assumido e reafirmado por D. Pedro I em 1826. De acordo, com este tratado definido em linhas objetivas, o tráfico deveria ser abolido em 1830 (105). Em virtude de veemência da pressão por parte da Inglaterra, o Brasil vê-se impelido a promulgar a lei de 7 de novembro de 1831 que eliminaria o tráfico escravo, a despeito da importância da mão de obra escravista para a prosperidade experimentada na ocasião pela grande lavoura.

---

[104] Taunay. Ob. cit., pp. 85 e 86.

[105] O tratado assinado por D. Pedro I em 1826 leva o Brasil a se comprometer em extinguir o tráfico dentro de três anos, ou seja, em 1830. Depois de 1830 o comércio africano no Brasil seria considerado "pirataria" e punido como tal. Cf. Prado Junior. Ob. cit., p. 148.

Em vigor a lei de 1831, surge o problema da mão de obra. Como prosseguir a grande lavoura em desenvolvimento se deixasse de afluir para ela o braço escravo? Não existindo mão de obra branca, e com a mortalidade dos negros, como extinguir a única fonte de braços para a região do Vale do Paraíba? Diante desta realidade, a lei promulgada permanecerá como letra morta em virtude de o próprio processo sócio-econômico político não permitir a sua assimilação (106).

Com a conivência das autoridades, a lei de 1831 não passava, assim, de simples diploma legal sem qualquer efeito prático. A Inglaterra possuía o direito de visita em alto mar ratificado por acordos feitos com a antiga metrópole em 1814 e 17 passando a inspecionar os navios brasileiros suspeitos de tráfico até 1845. O uso desse direito por parte dos ingleses não chega de imediato a causar danos ao tráfico negreiro para o Brasil, permitindo à lavoura cafeeira em ascensão, alimentar-se da mão de obra escrava (107). Apesar da vigilância inglesa a partir de 1831

[106] O desenvolvimento econômico estruturado na grande lavoura que se localizava no Vale do Paraíba, era alimentado pelo trabalho escravo. O Brasil diante de tal fato não poderia fechar as portas ao alicerce do desenvolvimento econômico cafeeiro.

[107] O prejuízo ocasional dos traficantes (burguesia comercial em sua maioria portuguesa) era coberto pela grande margem de lucros que este trazia, pois, vendiam os escravos a créditos e juros altíssimos devido aos riscos da importação e a grande procura. Cf. Artigo citado in Carlos Guilherme Mota, Ob. cit. p. 137.

"o número anual de africanos " introduzidos subirá para 50.000" (108). Esta vigilância legal perdura até 1845 e a repressão inglesa, na eminência de perder o direito de visita em alto-mar, atinge o auge ao fazer aprovar no parlamento inglês, o ato denominado Bill Aberdeen que declara lícito o apresamento de qualquer embarcação empregada no tráfico, sujeitando os infratores a julgamento por pirataria, perante o parlamento inglês (109). Diante de tal determinação externa e graças à alteração das condições internas, a política brasileira cede em 1850, pois, o alto preço do escravo estava ocasionando total desequilíbrio entre a produção e o valor da mão de obra. Esta situação de desequilíbrio e descontentamento da classe proprietária facilitou a obra do governo brasileiro. As medidas tomadas por Eusebio de Queiroz em 1850, foram coroadas de êxito com a desarticulação do comércio negreiro (110). Se em 1849 entraram no território na

---

(108) Prado Juniro, Ob. cit., p. 151.

(109) Até 1845 a Inglaterra possuía direito de visita em alto mar, direito este reestabelecido no acordo de 1826 que definia o fim do tráfico brasileiro em 1830.

(110) Artigo citado in Carlos Guilherme Mota. Ob. cit. p.137.

cional 54.000 indivíduos africanos, em 1850 somente 23.000 foram introduzidos, para de 1851 em diante não chegar a 4.000 (111).

O vale do Paraíba que representou até o terceiro quartel do século XIX o setor mais rico e progressista do país fora constituído e organizado para utilização do braço escravo numa época em que este era barato, conservando esta mesma rotina de trabalho durante a segunda metade do século (112) alimentando-se do crescimento vegetativo da população escrava que se transfere do norte para o sul do país (113). Com a cessação do tráfico, os escravos tem seus preços elevados. Para os fazendeiros isto significa aumento de capital, que são deixaria de representar um valor com a abolição em 1888. Isto explica a resistência dos cafeicultores fluminenses à queda do sistema servil que tanto os beneficiava (114).

[111] Taunay. Ob. cit., p. 89.

[112] Artigo citado in Ensaio sobre Café e Desenvolvimento Económico. Ob. cit., p.9.

[113] A importação de escravos do norte e nordeste para o Vale do Paraíba foi a seguinte:

Ano	Quantidade
1852.....	4.400
1853.....	2.010
1854.....	4.418
1855.....	3.532
1856.....	5.006
1857.....	4.211
1858.....	1.993
1859.....	963

Cf. Ferreira Lima. Ob. cit., p. 240.

[114] Motta Sobrinho. Ob. cit., p. 79.

### 2.3.2. A mão de obra européia

Como vimos em 2.3.1., o trabalho escravo constitui a mola propulsora para o desenvolvimento da grande lavoura no Vale do Paraíba. Com a abolição do tráfico negreiro em 1850, surge a necessidade de uma mão de obra substitutiva que atenderia a demanda para a expansão da grande lavoura que logo após a abolição apresenta visíveis sinais de recessão. Devemos ressaltar que o fenômeno coincide com o período em que a cultura cafeeira apresentava indícios de franca expansão. Este incremento experimentado pela cafeicultura na segunda metade do sêculo XIX - portanto em plena fase de Regresso - não se restringe ao Vale do Paraíba e adjacências, mas coincide com a paulatina substituição no oeste paulista da cultura da cana pelo café. Na década de 40, inicia-se a imigração européia em virtude das condições impeditivas ao tráfico das costas da África em 1850.

A transformação sofrida nas culturas do oeste paulista fora motivada pela crescente demanda do café por parte da Europa e Estados Unidos proporcionando ótimos preços que a arroba de café passa a alcançar (115).

[115] Anais do Museu Paulista. Tomo XI, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1943, p.72.

Este quadro provoca uma necessidade crescente de mão de obra que já apresentava indícios de escassez. O crescimento vegetativo da população escrava não era suficiente para satisfazer a demanda (116), pois o mercado de trabalho, para substituí-la após a abolição do tráfico, foi obrigado a se socorrer de escravos já nascidos no país (117).

Estando a cafeicultura vinculada à economia da escravidão, sua organização social assenta-se na estrutura desta. Assim sendo, a primeira tentativa de substituir o fluxo de mão de obra interrompido com a vigência da lei Eusébio de Queiróz, foi atrair escravos da região norte e nordeste para o sul do país. Apesar desta solução imediatista, o problema da mão de obra ainda continuava não resolvido em virtude da fase de expansão para o oeste em que se encontrava a grande lavoura. Uma tentativa de solução, mais radical, seria encontrada com a imigração europeia, como meio para a solução do problema que iria se intensificar a partir de 1850 (118).

A tentativa de fixação do elemento europeu à lavoura cafeeira paulista, do tipo escravagista nos moldes de parceria, deu resultados satisfatórios. Antes mesmo da abolição, o modelo já tinha sido adotado, e com êxito

[116] Prado Junior. Ob. cit., p. 174.

[117] Manoel Cardozo. "Escravidão no Brasil tal como é descrita pelos americanos (1822-1888)" in Revista de História, Ano XI, nº 43, -1960, p. 149.

[118] Prado Junior. Ob. cit., p. 175.

por grandes latifundiários de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Porém, com a cessação do tráfico escravo em 1850 os contratos com base no sistema de parceria foram modificados (119) voltando o trabalhador livre a uma situação próxima daquela propiciada pela escravidão ainda vigente no país (120). A nova situação criada não deu bons frutos. De fato, os proprietários almejavam uma convivência de trabalhadores escravos e europeus livres. Contudo, esta aproximação de culturas tão distantes gerou atrito entre proprietários e colonos (121): "Em virtude deste fato, a Alemanha e Portugal, que forneciam a maior parte do contingente europeu que imigrava, desaconselharam a imigração para o Brasil. A Alemanha chegou a proibi-la em 1859 enquanto que a imigração portuguesa sofria um acentuado declínio de mais de 50% (122).

[119] Sistema de parceria baseava-se na repartição da colheita entre o fazendeiro e trabalhador. Um sistema de co-participação de lucros que colocava o capital e o trabalhador em posição razoável, um em relação ao outro. Porém, com a cessação do tráfico, os contratos deste sistema foram modificados, do modo mais desfavorável para os emigrados. Muito mais onerosos para os recém vindos, pois consignavam juros excessivos sobre os adiantamentos. Cf. Anais do Museu Paulista. Tomo citado, pp. 71 a 73.

[120] Silva. Ob. cit., p. 43.

[121] Se, por um lado, os fazendeiros queixavam-se de má qualidade dos colonos, de outro, atuavam com prepotência sobre os mesmos devido estarem acostumados a se fazer cegamente obedecer por escravos. Cf. Taunay, Ob. cit., p. 188.

[122] Prado Junior. Ob. cit., p. 188.

Interrompia-se; assim, o fluxo de trabalhadores europeus para as novas fazendas. Era previsível que a crise de mão de obra se acentuasse em virtude do surto de expansão para o oeste experimentado na ocasião pela grande lavoura. Contudo, esta previsão viria a se desvanecer por mera casualidade. A cultura cafeeira do Vale do Paraíba e adjacências começava, então, a dar sinais de estagnação. A solução encontrada para São Paulo na época foi o aproveitamento da mão de obra ociosa proporcionada pela fase de estabilidade seguida de próxima decadência experimentada pelas regiões adjacentes ao Vale do Paraíba(123). Reduzia-se assim a concorrência no mercado de mão de obra. Mesmo assim, estando a grande lavoura cada vez mais em expansão e o mercado de trabalho fundamentado na economia da escravidão vegetativa, surge uma diminuição em números absolutos da população escravista. Se em 1850 atingia 2.000.000 de indivíduos, em 1872, de acordo com o recensea

---

[123] Era indubitável que, sobretudo, as terras erodidas e de área não muito favorável das lavouras fluminenses e das zonas contíguas mineiras e paulistas, não pudessem manter tal produção por muito tempo. Na realidade sua hegemonia vai aproximadamente até 1875. A partir daí a população escrava afastava a presença do imigrante, ou seja, o imigrante não se dirigia a uma zona onde predominava o regime servil. Cf. Prado Junior. Ob. cit., p.188, Taunay, Ob. cit., p.146.

mento geral do Império, o número decrescera para 1.510.806 (124).

O problema da mão de obra volta a tornar-se agudo em 1870, em virtude do incremento da lavoura no decênio anterior (125), pois entre 1867-72, os ótimos preços da arroba de café provocou notável expansão da lavoura cafeeira. Esta expansão só não foi mais acentuada pela falta de trabalhadores rurais, apesar do deslocamento dos escravos dos canaviais nordestinos para os cafezais do sul (126). O surto do café teria sido imenso no Brasil se, paralelamente a ele, houvesse ocorrido a liberdade de tráfico existente até 1845. Mesmo assim, só a Província de São Paulo de 1869 a 74 exportou mais de 236 milhões de quilos de café (127). Para agravar o problema da falta de braços ainda havia a campanha de emancipação gradual culminada pela lei da liberdade dos nascituros a 28 de setembro de 1871, evidenciando os primeiros grandes golpes na escravidão, já em declínio, prenunciando sua próxima extinção. O problema torna-se agudo, provocando a admiração de Van Laerne que observou que as culturas dos cereais nas fazendas cafeeiras eram tratadas com o maior descaso e para su

[124] Taunay, Ob.cit., pp. 128 e 166.

[125] Prado Junior. Ob.cit., p. 188.

[126] Taunay. Ob. cit., p. 88.

[127] Taunay. Idem, p. 146.

prir este vácuo crescia enormemente a importação desses gêneros (128).

O problema chegou a tal ponto crítico que o governo da Província de São Paulo resolveu tomar a seu cargo todas as despesas relativas à imigração. Com este intuito, subvenciona o transporte imigratório e desenvolve intensa campanha em diversos países europeus sobretudo na Itália que apresentava uma situação internacional favorável em decorrência das perturbações políticas e sociais que aí se processaram (129).

As novas diretrizes impostas ao problema da imigração, após 1870, levam ao abandono do sistema de parceria anteriormente adotado. Os trabalhadores passam a ser fixados nas fazendas paulistas do oeste como simples assalariados, isto é, a sua remuneração deixará de ser feita com a divisão do produto, passando a realizar-se em pagamentos por salários. Este novo rumo que o problema adquire, caracteriza-se como imigração "subvencionada". Seu intuito foi satisfazer os proprietários paulistas necessitados de braços já que a grande lavoura dominava de uma forma absoluta, apresentando na década de 70 um crescimento de 37 milhões de pés de café (130). Os imigrantes que che

---

[128] Taunay. Ob, cit., p. 147.

[129] Prado Junior. Ob. cit., p. 188.

[130] Prado Junior. Ob. cit., p. 179.

gavam eram poucos para as necessidades da lavoura cafeeira, sempre em franco progresso. Contudo, a quase totalidade de les era fixada às fazendas, como simples assalariados e tratados de acordo com sua condição de homens livres. A imi gração italiana será ainda escassa para o Brasil até 1875 subindo em 1877, para mais de 13.000 imigrantes (131).

A cultura cafeeira, sobretudo a paulista, cu jo ritmo de crescimento se deveu à forte valorização do pro duto na década de 80, atingirá um nível considerável. Entre 1880-89 o número de pês de café na província passa de 106 para 220 milhões (132). Nesta mesma década, a imi gração bra sileira torna-se mais intensa, indo de pouco mais de 30.000 em 1886 para 133.000 no ano da abolição (133). Para constatação do processo imigratório ocorrido no Brasil e do número de elementos entrados em São Paulo, para atender a expansão da grande lavoura, vejamos a tabela a seguir que

---

(131) Prado Junior. Ob. cit., p. 188.

(132) Prado Junior. Ob. cit., p. 179.

(133) Prado Junior. Idem, pp. 189 a 190.

específica este processo por decênio (134).

Decê- nios	Imigrantes entra- dos no Brasil	Imigrantes entra- dos em São Paulo	% de São Paulo sobre o Brasil
1850 1859	108.045	6.310	5,8
1860 1869	106.187	1.681	1,6
1870 1879	203.961	11.730	5,7
1880 1889	453.788	183.349	40,1
Totais	871.984	203.070	

Assim, a abolição em 1888 não teve grandes efeitos sobre a lavoura paulista, que continua atraindo os trabalhadores europeus em virtude do regime de trabalho já adotado. Tal não acontece, entretanto, com a lavoura do Vale do Paraíba e adjacências, que além de permanecer com o regime de trabalho escravagista é agravada ainda mais pelo desgaste das terras devido às condições topográficas da região que levam as lavouras a envelhecerem precocemente (135).

[134] Ferreira Lima, Ob. cit., p. 241.

[135] Taunay, Ob. cit., p. 169.

C A P Í T U L O   I I

REFLEXOS DA EXPANSÃO DA GRANDE LAVOURA NA ECONOMIA

DA SOCIEDADE CAMPINEIRA

## INTRODUÇÃO:

### A expansão cafeeira para o oeste paulista a partir de 1860.

O destaque da produção cafeeira na pauta de exportação brasileira a partir da década de 30 deveu-se à grande solicitação dos mercados internacionais. Esta posição alcançada pelo café, além de salientar perspectivas favoráveis à crise econômica brasileira, desperta também, a região oeste da Província de São Paulo para o cultivo deste produto. Até então, os municípios paulistas que contribuíram para que o café surgisse como primeiro produto exportável brasileiro, localizavam-se no norte e litoral da Província paulista. Enquanto este núcleo apresentava, em 1836, uma produção de 508.637 arrobas, o oeste paulista fornecia apenas 95.919 arrobas (136). Foi, portanto, a partir da década de 30 em diante que o oeste paulista voltou-se com grande interesse para o cultivo do café.

---

[136] Em 1836 o norte paulista produzia 423.773 arrobas e o litoral 64.864. Taunay, Ob. cit., p. 54.

A expansão do café na região oeste de São Paulo, partindo de Campinas, começou a se processar a partir de meados do século XIX para, em pouco tempo, tornar-se o grande centro produtor do país. Esta expansão veio substituir progressivamente o primeiro cenário cafeeiro - Vale do Paraíba e adjacências - brasileiro que até o terceiro quartel do século foi o centro, por excelência, da produção cafeeira no Brasil. Esta fatual substituição se realizou em consequência de as reservas naturais da região do Vale do Paraíba terem-se esgotado rapidamente e o ponto sintomático de tal situação manifestou-se no enorme decréscimo que a produção passou a apresentar, *"onde, na década de 80 cai a produtividade de metade a um quarto dos melhores tempos"*(137).

Depois de 1860, a expansão cafeeira se processa visivelmente na latitude oeste da Província de São Paulo. Partindo de Campinas, estendendo-se numa faixa daí para o norte até Ribeirão Preto, configura, com o seu desenvolvimento o 2º cenário cafeeiro brasileiro possuidor da maior riqueza do país. A região de Campinas, conforme foi citada acima, sendo o ponto inicial da expansão cafeeira para o oeste, é considerada o centro propulsor da cafeicultura para o interior da província paulista. Em 1854, já se destacava em

---

(137) Faoro. Ob. cit., p. 455.

4º lugar entre os 13 municípios paulistas que produziam mais de 100.000 arrobas apresentando uma produção de 335.550(138) para em 1872 atingir uma produção de 1.300.000 arrobas com 170 propriedades agrícolas que lhe possibilitaram tornar-se o mais considerável centro agrícola da província (139).

Com este destaque, conseqüentemente o município vai alicerçar o seu processo de comercialização propiciando o desenvolvimento urbano-comercial e a transformação da mão-de-obra campineira.

---

(138) Taunay. Ob. cit., p.55.

(139) Benedicto Octavio e Vicente Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Campinas, Typografia da Casa Mascotte, 1914, p. 41.

2. A expansão da produção cafeeira na região de Campinas: Campinas como o centro propulsor da grande lavoura para o oeste da Província de São Paulo.

2.1. O desenvolvimento agrícola açucareiro e a importância do café.

Quando, nos fins do século XVIII e em consequência da solicitação dos mercados mundiais, a Província de São Paulo é impulsionada pelo surto agrícola, surge, em 1774, no oeste paulista o distrito ou freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas. Pela excelência de suas terras, dá origem a um centro de produção predominantemente açucareiro (140). Surge assim, em nosso mapa, a região que seria mais tarde conhecida como "as terras campineiras".

Pela desarticulação dos mercados concorrentes em virtude do bloqueio continental, portanto, em circunstâncias históricas favoráveis, a produção açucareira passou a encontrar excelente mercado na Europa. A partir de 1790 (141), Campinas sobressai-se no contexto paulista como o centro que propicia o florescimento da indústria açucareira. Es

(140) Afonso D'Escragnolle Taunay. Subsídios para uma História do Café no Brasil Colonial. Rio de Janeiro, 1935, Cap. XXVII, p. 371; Celso Maria de Mello Pupo. Campinas seu Berço e Juventude. Campinas. Publicação da Academia Campinense de Letras, 1969, p. 49.

~~(141) Mello Pupo. Ob. cit., p. 56.~~

te fato confere à região o "status" de núcleo produtor e exportador de uma de nossas fontes de riqueza: o açúcar. Permitiu esta ascensão econômica o aumento populacional ocorrido na freguesia após a fundação (142) que, de pequenas propriedades rurais - sítios - passou a ser constituída por grandes latifúndios agrários e escravocratas voltados para a cultura que florescia (143). Este fato permitiu, antes mesmo do final do século XVIII, a promoção política da freguesia, que de distrito sob a jurisdição de Jundiá, passou à categoria de Vila de São Carlos em 1797, conforme documentos que determinam a criação do município (144).

Instala-se, assim, de modo escravocrata e monocultural, a indústria açucareira de Campinas, que vai predominar em toda a região nos primeiros decênios do século XIX, favorecidos pelas condições do mercado internacional a que acima aludimos. Assim, além de condicionar o renas-

---

[142] De acordo com o requerimento dos fundadores de Campinas, em 1774 havia na região 357 indivíduos. Em documento do vigário da freguesia, Joaquim José Gomes, em 1797 a região possuía 2.107 pessoas. Portanto, entre 1774-97 ocorreu um aumento populacional de 1.750 pessoas. Cf. João Lourenço Rodrigues. Pro Aris et Focis. Campinas, 1939, pp. 14 e 15; Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Volume III, São Paulo, Tipografia da Companhia Industrial de São Paulo, 1894, p. 3.

[143] Mello Pupo. Ob. cit., pp. 57 e 58.

[144] Octavio e Melillo. Ob. cit., p. 29.

cimento da agricultura brasileira de fins do século XVIII, o açúcar campineiro propicia a riqueza e o desenvolvimento econômico da região. De fato, se em 1809 a região extraía uma receita de 63\$400 com uma despesa de 56\$580, em 1849 passa a alcançar uma receita de 1.595\$000 com uma despesa de 680\$000 (145). A indústria açucareira enquanto economia exportadora, gerando todo este acréscimo econômico à região, servia-se do transporte por meio de animais que conduziam carga de aluguel para a Vila de Santos (146). Com as limitações deste processo, o único possível na época e indispensável à exportação, o açúcar campineiro era conduzido ao porto da província paulista (147).

Juntamente com o florescimento da indústria açucareira, surgem "culturas cafeeiras em Campinas e suas proximidades já antes de 1800, mas coisa de pouca importância" (148). Estas culturas formam-se nos mesmos moldes tradicionais da indústria açucareira, difundindo-se inicialmente na região apenas para consumo próprio. Considerado como remédio (149), o café entra no hábito do campineiro, nas pr

---

(145) Octávio e Melillo. Ob. cit., p. 43.

(146) Mello Pupo. Ob. cit., pp. 59 e 60.

(147) Taunay. Pequena História do Café. Ob. cit., p. 237.

(148) Prado Junior. Ob. cit., p. 164.

(149) Leopoldo Amaral. A Cidade de Campinas em 1901. Campinas. Typografia da Casa do Livro Azul, 1900, p. 32.

meiras décadas do século XIX, como comprovam os recenseamentos da época. Em cada ano, registra-se crescimento nesta pequena produção, apresentando 10 arrobas no recenseamento de 1809, 30 no recenseamento de 1816, 350 no de 1822 e 546 no de 1826(150).

Como os dados demonstram, as arrobas de café produzidas em Campinas, nesta época, eram ainda incipientes e voltadas para o consumo próprio em virtude da vida econômica do município encontrar-se alicerçada na cultura da cana e obtenção do açúcar. Portanto, a produção cafeeira nas primeiras décadas do século XIX, não passou de tentativas consumidas in loco não apresentando indícios de exportação antes da década de 30 (151).

A sociedade campineira, apesar de ainda encontrar-se estruturada nos moldes do modelo açucareiro, tende a nascer para o ciclo do café a partir da década de 30 em virtude da preponderância que este produto alcança na escala de exportação em detrimento do açúcar e outros produtos tropicais - algodão, tabaco, arroz - cujo mercado é atingido pela conjuntura internacional.

Em suma, Campinas, até a década de

---

(150) Arquivo do Estado de São Paulo. Mapas da produção da Vila de São Carlos(Campinas). Lata 27, ordem nº 27; Mello Pupo. Ob. cit., p. 142.

(151) Joaquim Correia de Mello. "Café-Campinas" in Amaral. A Cidade de Campinas em 1801. Ob. cit., pp. 99 e 100.

30, não passava de um medíocre núcleo produtor de café (152): alguns senhores de engenho se dedicavam ao cultivo da rubiãcea que era consumida pelo uso doméstico. Apesar da excelência de suas terras para o cultivo e expansão da produção cafeeira, esta região encontra sérios obstáculos para o avanço da referida cultura. Se por um lado, as intensas geadas levavam as lavouras a não frutificar, por outro, as dificuldades que o transporte entre o planalto e o porto de Santos apresentava, praticamente consumia todo o lucro da produção por melhor que esta se apresentasse (153).

Até 1830, pelos motivos acima apresentados, a cultura cafeeira estava praticamente restrita às terras do município fluminense e norte paulista. A partir daí, Campinas lança-se firmemente no plantio da rubiãcea na tentativa de superar o atraso de sua agricultura até então voltada para a cultura açucareira.

Apesar de a produção cafeeira da região campineira projetar sua marcha somente a partir de 1830, o seu nascimento já se encontra evidenciado no recenseamento de 1826. Este, ao constatar uma pequena cifra de 546 arrobas de café produzidas e consumidas no local, salienta o elevado número de cafezais novos sem produção, estimados em

---

(152) Taunay. Pequena História do Café. Ob. cit., p. 236.

(153) O transporte nesta época era realizado por dezenas de milhares de muarés que dirigiam-se ao porto de Santos. Com este tipo de transporte primitivo, o frete se apresentava muito elevado. Cf. Taunay. Pequena História do Café. Ob. cit., p. 236.

35.200 pês-de-café (154). Dados que reforçam a existência desses cafezais encontram-se na própria economia campineira, pois, em 1836 evidencia uma produção de 8.801 arrobas em 9 fazendas registradas como produtoras da rubiãcea contra 158.447 arrobas de açúcar (155).

O município de Campinas, a partir de 1836, tende a intensificar seu interesse pela produção cafeeira como pode ser constatado pelos dados do ano agrícola de 1839-40, que evidenciam um acréscimo de 127.723 arrobas (156). Nesta passagem de década, há uma produção equivalente a 136.524 arrobas contra 570.776 arrobas de açúcar, representando um fator positivo na economia da região (157). Em virtude disso, verifica-se um abandono em massa das plantações de cana que paulatinamente foram substituídas pelas de café, de sorte que nos anos de 1842 e 43 obtinham-se significativas colheitas que já pronunciavam o começo da riqueza deste município voltado ao pequeno fruto oriundo da Ásia (158).

---

(154) Mapa da Produção da Vila de São Carlos. Documento citado por Mello Pupo. Ob. cit., p. 142.

(155) "Visão de Campinas ao tempo em que Carlos Gomes aqui viveu" in Correio Popular. Suplemento Especial. Campinas, 11 de julho de 1978, p. 2; Taunay. Pequena História do Café. Ob. cit., p. 55.

(156) De 8.801 arrobas em 1836 passa a alcançar 136.524 arrobas em 1839-40. Conseqüentemente obteve um acréscimo de 127.723 arrobas de café.

(157) Artigo citado in Correio Popular. 11 de julho de 1978, p.2.

(158) Correio de Mello. Artigo citado in Amarel. A Cidade de Campinas em 1981. Ob. cit., p. 103.

As condições adversas dos anos 1840-42, particularmente neste último onde uma forte geada afetou significativamente a colheita, não diminuíram o interesse dos produtores pela cafeicultura. Contribuíra para isso a baixa cotação por que passava o açúcar no mercado internacional. A produção do café continua, apesar de tudo, atingindo, em 1854, a cifra de 355.550 arrobas (159), evidenciando uma significativa preponderância de sua cultura em relação à açucareira. Em dados numéricos, constatamos, em 1851, 76 fazendas de café contra 51 engenhos (160). O quadro seguinte dá o crescimento da produção ( em arrobas ) dos anos de 1836, 39, 54 (161).

Crescimento da produção em arrobas

ANO	Produção em arrobas
1836	8.801
1839	136.524
1854	335.550

(159) Taunay. Pequena História do Café. Ob. cit., p. 55.

(160) Teodoro de Souza Campos Junior. "A Cultura do Café" in: Monografia Histórica do Município de Campinas, Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952, pp. 239 a 241.

(161) Artigo citado in Correio Popular, 11 de julho de 1978, p. 2.

Os dados anteriormente citados levam Afonso de Escragnolle Taunay a salientar em seu trabalho "Pequena História do Café", que o município, em 1854, figura em quarto lugar entre os treze paulistas que produziam mais de 100 arrobas e acrescenta que "*a transformação das lavouras, fôra, sobretudo, prodigiosa em Campinas*" (162). Um depoimento que vem reforçar esta ascensão na região é do viajante americano James Fletcher. Este, em 1852, salientou que "Campinas já era circundada por magníficos cafezais e os lucros obtidos eram muito maiores do que nos demais municípios, pois, a produção mostrava-se aí muito mais elevada (163).

A evolução cafeeira ocorrida em Campinas na primeira metade do século XIX vai estimular a expansão da grande lavoura para o oeste paulista a partir de 1850. O município campineiro torna-se o centro propulsor desta cultura para o interior, estruturando sua expansão no esteio econômico do Segundo Império e proporcionando a formação do segundo cenário cafeeiro brasileiro: o oeste paulista.

---

(162) Taunay. Pequena História do Café. Ob. cit., pp. 54 e 55.

(163) Taunay. *idem*, p. 229.

## 2.2. A expansão da produção cafeeira em Campinas e o seu processo de comercialização.

Quando a produção cafeeira oriunda do cenário do Vale do Paraíba e regiões adjacentes, assume a liderança na pauta de exportação a partir de 1830, surge no oeste da Província de São Paulo o município de Campinas com uma produção cafeeira de molde a exigir uma marcha para a conquista de um lugar no mercado de exportação(164).

A partir daí, a região de Campinas lança as bases para o seu desenvolvimento. Tornando-se em meados do século XIX o centro propulsor da cafeicultura para o interior paulista (165) marca o início da expansão deste produto que, paulatinamente, se desenvolve para o oeste da Província de São Paulo. Já em 1854, ele apresenta-se como um dos pontos de maior concentração cafeeira da região oeste salientando-se em quarto lugar entre os treze municípios paulistas que possuíam mais de 100 arrobas, com uma produção

---

(164) Taunay. Pequena História do Café. Ob. cit., 55 e 236.

(165) Campinas iniciou, na província paulista, o movimento agrícola cafeeiro, pois, os cafezais partindo daí seguem por Limeira e Rio Claro, sobem por São Carlos e Araraquara, espelhando para todos os lados como Pirassununga, Santa Rita e Jaú. Cf. Taunay. Pequena História do Café. Ob. cit., p. 326; Leopoldo Amaral. Campinas Recordações. São Paulo. Seção de Obras do "Estado de S. Paulo", 1927, pp. 36 e 39.

de 335.550 arrobas (166).

Enquanto os municípios do Vale do Paraíba e regiões adjacentes constituíam o primeiro cenário cafeeiro do país, a região de Campinas apresentando condições favoráveis - solo e clima - para o desenvolvimento dessa cultura já evidencia sua expansão econômica estruturada na grande lavoura. Centralizando sua economia na rubiãcea, o município passa de 335.550 arrobas em 1854 para uma produção de 700.000 arrobas em 1860 computadas em 189 fazendas de café contra 55 ou 60.000 arrobas de açúcar em 22 engenhos açucareiros (167).

O aumento e expansão da produção cafeeira no município de Campinas, a partir da segunda metade do século XIX, é observado pelo publicista português Emilio Zaluar que, ao passar por Campinas, ficou impressionado com o prodigioso incremento da cultura na região (168). Achava

---

(166) Dos treze municípios paulista que possuíam mais de 100 arrobas de café, destaca-se Campinas em quarto lugar. Os municípios são: Bananal, Taubaté, Pindamonhangaba, Campinas, Jacareí, Queluz, Areias, Lorena, Limeira, Paraibuna, Vila Bela, Mogi das Cruzes, Guaratinguetá. Cf. Taunay, Pequena História do Café. Ob. cit., pp. 54 e 55; Milliet, Ob. cit., vol. citado, pp. 44 e 50.

(167) Anais do Museu Paulista. Tomo citado, p. 102.

(168) Não sabemos ao certo quando Emilio Zaluar esteve em Campinas. Embora não enuncie o ano em que ali esteve sabemos que sua viagem pela Província de São Paulo foi realizada entre 1860-61. Cf. Amaral Lapa, Primeiras notas para uma Bibliografia da História de Campinas. Marília. ~~Separata da Revista Estudos Históricos n.ºs 5/6, organização do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, 1966, p. 294.~~

ele porém, que "muito mais desenvolvimento tomaria em toda a área circunvizinha, se acaso houvesse uma ferrovia ligando-a a Santos" (169). Esta observação de Emilio Zaluar fundamentava-se na estrutura primitiva de transporte que servia a região, onde o café era levado a Santos através de dezenas e milhares de muares (170).

Campinas, ao estruturar sua economia, na grande lavoura, vai apresentar-se como elemento que contribui de maneira destacada para a expansão econômica imperial. Se por um lado, salienta-se como ponto de partida da grande lavoura para a formação do segundo cenário cafeeiro brasileiro - cenário que paulatinamente substitui aquele estruturado em zonas fluminense e norte paulista - por outro, evidencia estímulos à exportação brasileira que, na segunda metade do século XIX, alcança volume considerável, como vimos no capítulo primeiro deste trabalho.

---

(169) Taunay. Pequena História do Café. Ob. cit., p.229.

(170) Nesta época ainda o transporte cafeeiro era o mesmo do açúcar. Não existia ainda a estrada de ferro São Paulo-Railway com ligação de Santos a Jundiá, pois, esta estrada fora inaugurada em 1867. Cf. Taunay. Pequena História do Café. Ob. cit., p. 237; Azevedo. Um trem corre para o oeste. Ob. cit., vol.XII, s/d., pp. 46 e 47.

Se em 1860 a produção cafeeira da região já era de 700.000 arrobas, ela tende a crescer atingindo do cerca de 1.500.000 em 1888 como mostra a tabela abaixo (171):

Tabela de crescimento em arrobas

ANO	PRODUÇÃO EM ARROBAS
1860	700.000
1870	1.000.000
1872	1.300.000
1886	1.500.000
1888	1.500.000(172)

(171) Octavio e Melillo Almanach Histórico e Estatístico de Campinas, Ob. cit., p. 41; Milliet, vol citado., p. 50.

(172) De 22.500.000 quilos transformados em arrobas corresponde a mesma produção de 1886 computadas em 1.500.000 arrobas. Segundo Taunay este dado fornecido pelo "Relatório de 1888" apresenta-se mal informado, pois, considera que a produção tenha sido mais elevada. Cf. Taunay, História do Café no Brasil Imperial, (1872-1889), Rio de Janeiro, Edição do Departamento Nacional do Café, Tomo IV, 1939, p. 346.

O extraordinário acréscimo da produção no período de 1860-88, correspondente a 800.000 arrobas, derivou das características específicas assumidas pela agricultura a partir da segunda metade do século XIX.

A atividade agrícola campineira da segunda metade do século XIX encontra-se relacionada com a atividade mercantil. Ao apropriar-se desta esfera de circulação, ela estimula investimentos em sua produção em decorrência da ampliação dos mercados para o café. Assim, à medida que desenvolve sua agricultura, encontra condições de autofinanciar seu desenvolvimento subsequente, ou seja, propicia efeitos em sua própria expansão (173).

Esta representou a primeira extensão da rede ferroviária paulista com recursos obtidos do cultivo de seu solo (174). A iniciativa estriba-se na necessidade

---

(173) Sodré. Ob. cit., pp. 140 a 151.

(174) O capital primitivo, decorrente da própria expansão cafeeira, para a realização da extensão férrea Jundiaí-Campinas era de 5.000:000\$000 dividido em 25.000 ações no valor de 200\$000 cada uma. De Campinas haviam 119 acionistas representando 2.665 ações. Amarell A Cidade de Campinas em 1901. Ob. cit., pp.242 e 243.

de de ampliação da antiga São Paulo-Raylway que servia, desde 1868, de via de acesso, a partir de Jundiaí, por onde escoava a produção cafeeira de Campinas até o porto de Santos (175). Assim, o surto da produção campineira gerava recursos que eram corajosamente aplicados visando o seu incremento (176). A extensão da estrada de ferro Railway de Jundiaí a Campinas favoreceu o escoamento da produção na região então considerada a Capital agrícola de São Paulo (177).

Esta nova situação, gerada em parte pela iniciativa do município campineiro, dá origem a uma nova era à Província de São Paulo(178), ou seja, a comunicação direta a Santos reforça o comércio de exportação paulista, prenunciando para breve a preponderância do porto de Santos sobre o fluminense (179).

---

(175) A antiga estrada de ferro São Paulo-Raylway com ligação Santos-Jundiaí foi realizada por uma companhia inglesa (capital inglês) inaugurada em 1868. Neste mesmo ano organiza-se na Capital a Companhia Paulista de Estrada de Ferro propondo ligar Jundiaí à Campinas cuja iniciativa fora muito bem acolhida no município campineiro. Cf. Amarel. Campinas Recordações. Ob. cit., p. 132.

(176) Roberto C. Simonsen. Evolução Industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1973, p. 199.

(177) Passando a ser transportado diretamente para a praça comercial santista, o café campineiro, anteriormente levado por tropas até Jundiaí, mantém agora comunicação direta com o porto da província paulista. Cf. C. Simonsen Ob. cit., p. 199.

(178) Amarel. Campinas Recordações. Ob. cit., p. 137.

(179) Taunay. Pequena História do Café. Ob. cit., p. 237.

Assim a extensão da antiga Railway até Campinas com recursos da região proporcionou uma expansão da lavoura cafeeira e o emprego dos mesmos recursos para a construção de outras vias férreas para o interior da província iria proporcionar um surto de desenvolvimento nas regiões por elas atravessadas (180).

O município de Campinas, em 1872, ao passar a ter ligação direta com Santos, lança os alicerces básicos do processo de comercialização de sua cafeicultura. Reforçando esta iniciativa, surge no mesmo ano um projeto para se fundar um banco agrícola na cidade com capital de 2.000 contos (181). Deste modo, estabelece-se em Campinas um centro de mercado de capitais onde os cafeicultores campineiros, que eram acima de tudo "empresários comerciais", impulsionados pela ampliação incessante do mercado para o café investem na sua produção. Ligados pela necessidade de comercialização da sua produção, que exige investimentos e crédito para sua expansão, os fazendeiros voltam suas atividades para os centros citadinos, propiciando o desenvolvimento urbano-comercial campineiro. Apesar de o comércio cafeeiro localizar-se

---

(180) Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. Almanak da Província de São Paulo. São Paulo. Typografia Americana, 1873, p. 121.

(181) "Retrospecto III" in Gazeta de Campinas. Campinas, etiqueta 33, nº328, 25 de janeiro de 1873, p. 1; Singer Ob. cit., p. 34.

em Santos, é na cidade de Campinas que se vão criar laços estreitos entre os negócios bancários e o café solidificando a sua expansão e o seu processo de comercialização.

A expansão econômica campineira que, num primeiro estágio, propicia a extensão da estrada de ferro de Jundiaí a Campinas e outras no interior da região viria, numa segunda fase, gerar transformação na mão-de-obra. De fato, com a cessação do tráfico negreiro em 1850 e com a abolição prenunciada pela lei de 28 de setembro de 1871 - Lei do Ventre Livre - instalou-se uma crise entre os fazendeiros campineiros que pressentiam a carência e extinção da mão-de-obra-escrava que se avizinhava (182).

Em Campinas, com a atitude do Visconde de Indaiatuba, em 1852 (183), inicia-se a admissão de camponeses europeus. Ele admite em suas fazendas imigrantes alemães como um novo tipo de mão-de-obra que viria substituir num futuro bem próximo a escrava. Porém, a partir da década de 60 quando ocorre a interrupção da corrente imigratória para o Brasil, em virtude das condições em que era praticado o sistema de parceria, os campineiros passam a suprir a excassez e o elevado preço do escravo pela introdução de mã

---

(182) Taunay. Pequena História do Café. Ob. cit., p. 236.

(183) Visconde de Indaiatuba. Memorandum: "Introdução do Trabalho Livre em Campinas" In Monografia Histórica do Município de Campinas. Ob. cit., p. 243.

quinas em suas fazendas (184).

A partir de 1870, com a introdução de maquinaria na lavoura, a imigração "subvencionada" (185) e com a intensificação das vias férreas que partem de Campinas, o município passa por profundas transformações (186). Se todos esses acontecimentos impulsionados pela produção da rubiãcea propiciam à região o seu desenvolvimento urbano-comercial, o café, enquanto mola propulsora de toda essa transformação, será o fator essencial que alicerçará sua própria expansão e o seu processo de comercialização.

---

(184) As máquinas agrícolas introduzidas nas fazendas campineiras eram fabricadas no próprio município. As oficinas que muito contribuíram nesta esfera foram Mac-Hardy, Lidergwood, Arens Irmãos. Cf. Silvino de Godói. "A Indústria em Campinas" in Monografia Histórica do Município de Campinas. Ob. cit., p. 525; Taunay. Pequena História do Café. Ob. cit., p. 242; Benedicto Octavio. Apontamentos Históricos e Estatísticos de Campinas. Campinas. Typografia da Casa Mascotte, 1907, p. 30.

(185) Este tipo de imigração, a partir de 1870, modifica o sistema de trabalho, substituindo-o por salário. Assim sendo, condiciona a imigração italiana para o Brasil que apesar de lenta até a abolição dos escravos muito contribui como mão-de-obra para as lavouras campineiras.

(186) A Companhia Paulista de Estrada de Ferro partindo de Jundiaí alcança Campinas em 1872, Rio Claro em 1876, Araras em 1877, complementando-se em 1880 o ramal de Mogi-Guaçu. A Companhia Mogiana de Estrada de Ferro partindo de Campinas, alcança Mogi-Mirim em 1875, Casa Branca em 1878, Ribeirão Preto em 1883, Batatais em 1886 e Franca em 1887. Cf. Singer. Ob. cit., pp. 38 e 39.

## 2.3. Os tipos de mão-de-obra na sociedade escravocrata Campineira da grande lavoura.

### 2.3.1. A mão-de-obra africana

Como vimos em 2.1. as primeiras plantações de café em Campinas surgiram em fins do século XVIII quando o município iniciava sua vida econômica alicerçada na indústria açucareira voltada para o estilo colonial agrário e escravocrata (187). A produção cafeeira, embora incipiente, vai alicerçar-se nos mesmos moldes reforçando o sistema colonial de produção, onde o trabalho escravo torna-se a mola mestra da economia na região.

Mesmo após a proclamação da independência política, a economia campineira permanece nos moldes do sistema colonial escravocrata, ou seja, reflete o sistema escravagista em grandes propriedades latifundiárias. Isto é justificado em virtude da emancipação do país ter sido realizada pela classe dominante, inteiramente adepta do regime da escravidão enquanto elemento fundamental pa

---

(187) Prado Junior. Ob. cit., p. 164; Mello Pupo. Ob. cit., p. 147.

ra o desenvolvimento de suas lavouras. Estando o município de Campinas estruturado numa economia de base escravocrata, resiste, conseqüentemente, às pressões inglesas quanto ao tráfico negreiro que desde a transferência da Corte para o Brasil inicia sua atuação contra o comércio escravo até então inteiramente legal no país (188). Velendo-se da imigração negra, o município campineiro prossegue na arregimentação de sua massa trabalhadora, ou seja, na ausência de outra mão-de-obra substitutiva, continua a fundamentar-se no único esteio da vida econômica do país: o escravo africano (189).

Com a abdicação de D. Pedro I, em 1830, a classe dos proprietários rurais solidária à posição escravista assume a Regência. Tornando-se poderosa, opõe-se a qualquer medida que pudesse afetar a escravidão, em virtude da lavoura cafeeira, alicerçada neste regime, propi

---

(188) A Inglaterra nos primeiros anos do século XIX ou mais precisamente em 1807, decreta a abolição do tráfico em suas colônias. Conseqüentemente encabeça o movimento de condenação ao tráfico africano tornando-se paladino internacional da luta contra ele pois, pretendia eliminar a concorrência que a agricultura escravista fazia à produção de açúcar, algodão e tabaco das Índias Ocidentais Britânicas, que já operavam com trabalho assalariado, com custos operacionais mais elevados. Cf. Prado Junior, Ob. cit., 145; Francisco Teixeira e José Dantas. Estudos de História do Brasil: Império e República. São Paulo. Editora Moderna Ltda, vol II, 1974, p. 42.

(189) Octavio e Melillo. Ob. cit., p. 77; Mello Pupo. Ob. Cit., p. 147.

ciar perspectivas de alívio à crise econômica do país. A região de Campinas, como uma parte do todo social brasileiro, encontrando-se alicerçada no cultivo do açúcar e voltando-se com grande intensidade para a produção da rubiãcea de base escravocrata, manifesta-se inteiramente a favor da continuação do regime da escravidão.

O município campineiro fundamentado em um sistema monocultural de base escravocrata, confronta-se com as imposições inglesas da década de 30, voltadas ao cumprimento do acordo brasileiro estabelecido em 1826, que assumia a responsabilidade de abolir o tráfico negreiro em 1830 (190).

Em 1831, o Brasil homologa a lei proibindo o tráfico negreiro em consequência de pressões britânicas. Esta situação deixa, à primeira vista, os senhores de engenho e fazendeiros campineiros preocupados com o problema da mão-de-obra. Porém, em virtude de ser incompatível com a realidade sócio-econômica, a mão-de-obra escrava continua a penetrar no município constituindo assim a base de sua economia açucareira e impulsionando sua evolução cafeeira.

---

(190) O acordo de 1826 resultou na lei de 1831 que tornava o tráfico negreiro ilícito no Brasil. Porém, tal lei não foi cumprida em decorrência da expansão econômica brasileira necessitar de mão-de-obra escrava.

A região de Campinas, na década de 30 ou, mais precisamente, em 1836 concentrava o elevado número de 3.917 escravos contra 2.772 habitantes livres, representando mais da metade da população (191) e apresentando neste mesmo ano, uma produção de 138.447 arrobas de açúcar e 8.801 arrobas de café alicerçadas na massa trabalhadora escrava (192). Conseqüentemente, o trabalho escravo, embora condenado por lei, continuava, de fato, protegido pelas autoridades e permitindo que o município suportasse as vicissitudes que a ausência do tráfico negreiro deveria acarretar. É na década de 30, acentuadamente no período de 1832-38, que a escravidão torna-se mais intensa em Campinas permitindo a expansão das economias açucareira e cafeeira, sendo que esta última inicia sua marcha em virtude de condições favoráveis do mercado internacional (193).

Com a promulgação da lei Eusébio de Queiroz, em 1850, proibindo definitivamente o tráfico negreiro para o Brasil em decorrência do desequilíbrio causado pelo preço do braço escravo e a produção,

---

(191) Artigo citado in Correio Popular, 11 de julho de 1978 p. 2 ; Marechal Daniel Pedro Müller. São Paulo em 1836. Reedição Litteral "Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de S. Paulo", 1838. São Paulo. Secção de Obras D'"O Estado de S. Paulo", 1923, p. 139.

(192) Taunay. Pequena História do Café. Ob. cit., p. 55; Artigo citado in Correio Popular, 11 de julho de 1978, p. 2.

(193) Octavio e Melillo. Ob. cit., p. 77.

Campinas já se salientava com sua economia cafeeira em base escravocrata concentrando, em 1854, um total de 8.190 escravos contra 6.011 habitantes livres, representando cerca de 57% de sua população (194). A partir de 1850, Campinas passa a viver da população escrava vegetativa manifestando uma paulatina substituição do braço escravo por mão-de-obra de origem européia, tema da secção seguinte.

---

(194) Como núcleo populacional de maior contingente escravo vista, Campinas sobressai neste mesmo ano como um dos maiores municípios do oeste paulista produtores de rubiáceas. Cf. J.F. de Camargo, Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. São Paulo. USP, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim 153, nº 1, vol. 1, pp. 67 e 68; Taunay, Pequena História do Café. Ob. cit., p. 55.

### 2.3.2. A mão-de-obra européia

Se o interesse campineiro pelo cultivo do café manifestou-se a partir de 1830, um acentuado desenvolvimento no cultivo irá surgir somente em meados do século XIX, embora sob os efeitos da extinção do tráfico escravo decretada em 1850 (195). Com a vigência dessa proibição, a população negra torna-se devido ao crescimento de oferta de mão-de-obra, cada dia mais valorizada (196). O agricultor campineiro, preocupado com a expansão de seu cultivo, sente, inteligentemente, necessidade de tratar o problema da mão-de-obra de modo diferente do que vinha fazendo até então (197).

---

(195) O município de Campinas, em 1854, já se destacava como centro produtor da rubiácea, tornando-se o maior núcleo agrícola da província paulista. Sua ascensão é significativa em virtude de aumentar consideravelmente sua produção nas décadas seguintes. Cf. Taunay. Pequena História do Café. Ob. cit., p. 55; Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., p. 41.

(196) Os frutos advindos da proibição do tráfico resulta na sobrevivência de uma pequena prole escrava que se torna excessivamente onerosa. Se na década de 60 o escravo já custava setecentos mil réis, entre 1876-80 vai alcançar o elevado preço de um a dois contos e quinhentos. Cf. Faoro. Ob. cit., p. 455.

(197) Compreendendo e pressentindo a crise advinda da cessação do tráfico negreiro, os fazendeiros campineiros tentam rever o problema da mão-de-obra. Cf. Leopoldo A. Merei. Campinas Recordações. Ob. cit., p. 514.

A mão-de-obra escrava, praticamente o único meio que sustentou a indústria açucareira e o desabrochar da cultura cafeeira, deixa, aos olhos dos campineiros, de ser básica para o desenvolvimento de suas lavouras cafeeiras(198). Esta nova visão surge em uma época onde muitos supunham que, sem a escravidão, a lavoura sucumbiria, já que ela era, praticamente, o único esteio em que a classe agrícola da Província de São Paulo poderia se apoiar (199). Muitos agricultores campineiros, que pressentiram a crise advinda da eliminação da mão-de-obra escrava, empregaram camponeses europeus em suas fazendas apesar de a escravidão ser ainda no âmbito geral, a base onde, na época, repousava toda a economia do país(200).

---

(198) Com a expansão cafeeira na segunda metade do século XIX, a mão de obra salienta-se como problema para o agricultor campineiro. Com a cessação do tráfico e à medida que a sociedade agrária campineira adota um modelo mercantil, a relação de tipo tradicional baseada em vínculos pessoais e substanciada no escravo vai sendo substituída por outro tipo de contrato(parceria)vinculado no trabalho livre.Cf. Rios.Artigo citado in "Ensaio sobre o café e desenvolvimento econômico, p. 11; Amarel. Campinas Recordações. Ob. cit., p. 513.

(199) Amarel. Campinas Recordações. Ob. cit., p. 514.

(200) Visconde de Indaiatuba. Memorandum citado in Monografia Histórica do Município de Campinas. Ob.cit.,p.244; Amarel. Campinas Recordações. Ob. cit., pp. 513 e 517.

O quadro abaixo do decréscimo percentual da população escrava, entre 1854-86 justifica a afirmação feita anteriormente:

ANO	HABITANTES	ESCRAVOS	PERC. DE ESCRAVOS
1854	14.201	8.190	57,0%
1860	21.000	14.000	66,6%
1874	31.397	13.685	43,6%
1886	41.253	9.986	24,2%

Por ele, verificamos que, em 1854, a percentagem de escravos era de 57% (201). Apesar deste grande contingente de escravos que caracteriza o município como o possuidor de maior número de cativos e que mantém tal prioridade até a abolição, o seu crescimento tende a não preencher a necessidade exigida pela expansão da grande lavoura na região. Já em 1886,

(201) J.F. de Camargo. *Ob.cit.*, Vol. citado, pp. 67 e 68.

este percentual apenas de 24,2% (202). Mais um indicador valioso do decréscimo da população escrava campineira depois da cessação do tráfico em relação ao ano de 1886 nos é fornecido pelo Barão de Tchudi. Segundo ele, o município de Campinas em 1860 contava com 21.000 habitantes dos quais 14.000 eram escravos (203) o que equivale a dizer que, 66,6% da população total era escrava, resultado bem superior ao de 1886. Como reforço ao decréscimo populacional de escravos em relação ao ano de 1886, tomemos os dados de Benedicto Octavio referentes ao ano de 1874 (204). Apresentando neste ano uma população de 31.397 dos quais 13.685 eram escravos representando 43,6% do total da população contra a inferior taxa de 24,2% em 1886.

Em suma, todos os dados indicam um forte decréscimo da população escrava no período de 1854-86. Concomitantemente, a grande lavoura campineira sofre uma grande expansão necessitando absorver grande contingente de

---

(202) Milliet, Ob. cit., p. 49; Taunay. História do Café no Brasil Imperial (1872-1889). Ob. cit., tomo citado, p. 338;

(203) Anais do Museu Paulista. Tomo citado, p. 103.

(204) Octavio. Apontamentos Históricos e Estatísticos de Campinas. Ob. cit., p. 10. Camargo. Ob. cit., vol. citado, p. 68.

mão-de-obra. O problema foi resolvido pela adoção da mão-de-obra importada da Europa. O panorama paulatinamente iria se modificando sendo o primitivo braço escuro substituído pelo branco ou, progressivamente, o trabalho escravo era substituído pelo livre e assalariado.

Enquanto a Casa Vergueiro (205) distribuía colônias de trabalhadores livres em várias regiões da província, o introdutor desta idéia no município de Campinas foi o lavrador e comendador Joaquim Bonifácio do Amaral, mais tarde Visconde de Indaiatuba. Este inteligente agricultor pressentiu a crise que o súbito estancamento do tráfico escravo iria acarretar. Numa tentativa de ir introduzindo na grande lavoura, que se encontrava em franca expansão, experimenta em 1852, na sua fazenda "Sete Quedas", o trabalho livre fundamentado no sistema de parceria na lavoura cafeeira(206). Fundava assim, mantendo-a apesar das sérias dificuldades que opunham uma legislação defeituosa e o próprio aviltamento de

---

(205) Anais do Museu Paulista. Tomo citado, pp. 72 a 74.

(206) Achava Visconde de Indaiatuba que o trabalho escravo era rotineiro e oneroso enquanto o trabalho livre, fundamentado no sistema de parceria, era mais produtivo, humano e inesgotável. Cf. Amaral. Campinas Recordações. Ob. cit., pp. 513 a 514; Emilia Viotti de Costa. Da Monarquia à República: Momentos Decisivos. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977, p. 160.

trabalho rural em um país de escravos, uma colônia alemã (207).

O eminente introdutor do braço livre no município de Campinas, Comendador Joaquim Bonifácio do Amaral, teve bons resultados com a experiência imigratória fundada no sistema de parceria. Com isto, procurou influir no ânimo dos agricultores conterrâneos para que lhes seguissem o exemplo. O resultado de seus esforços encontra-se no número de colônias instituídas em Campinas na década de 50 comprovando que o espírito público campineiro era adepto à substituição do braço escravo pelo colono livre (208).

Os países que maior número de braços livres forneciam ao Brasil e, conseqüentemente, à sociedade campineira eram Alemanha e Portugal. Porém, o município ainda permanecia associado ao estigma de "região de escravos", uma realidade social incompatível com as idéias esperadas pelos imigrantes que a procuravam. Submetidos ao sistema

---

(207) Amaral. Campinas Recordações. Ob. cit., p. 514.

(208) As colônias de braço europeu fundadas na década de 50 em Campinas foram: "Sete Quedas" em 1852 de propriedade de Joaquim Bonifácio do Amaral; "Dores" em 1854 de propriedade de Pedro José dos Santos Camargo; "Florence" em 1855 de propriedade de Hercules Florence; "Laranjal" em 1856 de propriedade de Luciano Teixeira Nogueira; "Boa Esperança" em 1856 de propriedade de Antonio Camargo. Cf. Alda Carneiro Vidigal. Folclore em Campinas: Artesanato. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciências e Tecnologia 1978, p. 26; Mello Pupo. Ob. cit., p. 148.

de parceria, (209) estes imigrantes eram levados a sentirem-se em condição de escravos, gerando descontentamento por parte de ambos os interessados (210). Tal situação conduz os países imigratōrios a desencadear forte campanha contra a imigraçāo para o Brasil, afetando, conseqüentemente, a vinda de colonos para a regiāo campineira (211).

Assim, a proibiçāo determinada pelos países imigratōrios em fins da dēcada de 50 vem afetar o municīpio de Campinas, que se encontrava em franca atividade agrīcola ensaiando a substituiçāo do braço escravo pelo livre. O suprimento desejado pelo fazendeiro Joaquim Bonifācio do Amaral, em 1873, para o desenvolvimento de suas culturas, nāo ē atendido revelando as conseqüências do estancamen

- 
- (209) Os primitivos contratos de parceria realizados na fazenda Ibicaba, em 1847, foram modificados a partir desta data. Apresentando-se do modo mais favorável para os emigrados, pois, consignavam juros excessivos sobre os adiantamentos. Cf. Anais do Museu Paulista. Tomo citado, p. 73.
- (210) Viotti da Costa. Ob. cit., p. 183; Prado Junior. Ob. cit., p. 188.
- (211) Visconde de Indaiatuba. Memorandum: citado in Mono-graphia Histōrica do Municīpio de Campinas. Ob. cit., p. 244.

to imigratório (212).

Apesar da interrupção da imigração alemã e portuguesa, as lavouras campineiras de café continuam em ascensão. No ano de 1860, existiam no município 189 fazendas exportando juntas anualmente 700.000 arrobas (213). Esta ascensão é justificada pelo fato de o município encontrar, graças ao não crescimento de demanda de outras regiões, facilidades para abastecer-se de escravos. Possuindo Campinas 14.000 escravos em 1860 consegue levar avante sua expansão cafeeira até a década de 70. A partir daí, a situação volta a tornar-se crítica, em virtude da população escrava vegetativa não mais atender o desenvolvimento de sua produção que, de 700.000 arrobas em 1860, passa a atingir o volume de 1.300.000 arrobas em 1872 e alcançando 1.500.000 arrobas em 1886 com uma população escrava de 9.986 (214).

---

(212) Em 1873 Joaquim Bonifácio do Amarel reclama pelo suprimento de colonos que pedira, pois, desejava dar incremento à sua lavoura com os primitivos trabalhadores alemães vindos de Holdstein. Cf. Amarel. A Cidade de Campinas em 1901. Ob. cit., pp. 67 e 68.

(213) Anais do Museu Paulista. Tomo citado, p. 102.

(214) Apesar de Campinas ser o município que possuía maior número de mão de obra escrava, as exigências da lavoura cafeeira pediam maior número de mão de obra. Cf. Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas Ob. cit., p. 41; Milliet. Ob. cit., p. 50; Taunay. História do café no Brasil Imperial (1872-1889). Ob. cit., tomo citado p. 338.

A partir de 1870, o governo toma a seu cargo o problema da imigração. Fundamentando o processo imigratório em um novo regime, o de salário, propicia a partir desta década o desenvolvimento, embora lento, da corrente imigratória italiana (215). O município de Campinas fixando imigrantes europeus italianos em suas fazendas, dá prosseguimento ao desenvolvimento econômico fundado na grande lavoura. Tal imigração vai se intensificar na região somente a partir de 1888, quando a abolição da escravatura no Brasil se torna realidade.

Em suma, as fazendas paulistas, em particular as campineiras, embora escravocratas até 1888, não se tornaram essencialmente escravistas. Este caráter advém do fato da progressiva tentativa em substituir o braço escravo pelo livre em virtude da grande lavoura, na segunda metade do século XIX, ser atingida pela proibição do tráfico negreiro, substanciada na lei Eusébio de Queiroz em 1850.

---

(215) Prado Junior. Ob. cit., p. 188.

C A P Í T U L O   I I I

ASPECTOS SÓCIO-POLÍTICOS DA SOCIEDADE CAMPINEIRA DECOR  
RENTE DA EXPANSÃO DA GRANDE LAVOURA

## INTRODUÇÃO:

### O desenvolvimento sócio-político decorrente da expansão cafeeira campineira.

A sociedade campineira, no decorrer do século XIX, vai evidenciar em seu setor econômico o desenvolvimento da indústria açucareira e, posteriormente, em meados do século, a expansão da grande lavoura.

A partir de meados do mesmo século, observa-se uma inversão no setor econômico campineiro de base agrária e escravocrata. Esta inversão em sua composição econômica é traduzida pela maior importância que a "produção para o mercado" passa a alcançar em detrimento da "lavoura de subsistência". Em outras palavras, a expansão cafeeira que se processa a partir da segunda metade do século XIX vai favorecer a associação da atividade agrícola à mercantil. Com isto, rompe-se a auto-suficiência dos latifúndios, da primeira metade do século, que se encontravam fundamentados em uma lavoura de subsistência e para os quais o produto vendido (açúcar) era apenas um excedente da produção, onde dissociavam a atividade agrícola da mer

cantil, fazendo da área urbana um seu apêndice. Conseqüentemente o rompimento da auto-suficiência latifundiária vai favorecer o desenvolvimento do mercado interno que, por sua vez, vai estimular o desenvolvimento do processo urbano campineiro, pois as fases decisivas da comercialização cafeeira encontravam-se na zona urbana.

No desenvolvimento econômico campineiro, estruturado na expansão cafeeira e possuidor de uma economia urbana - o comércio e a indústria -, observa-se a dependência da zona rural sobre a urbana, que por sua vez, vai favorecer a transformação da mentalidade tradicional, contrária a empreendimentos empresariais (216). Com uma visão mais progressista propicia a não incompatibilidade entre industriais e os representantes dos setores agrários, estimulando o desenvolvimento urbano-empresarial.

Concomitante a este desenvolvimento econômico, ocorre o desenvolvimento sócio-político campineiro, ou seja, o desenvolvimento sócio-político decorre da expansão cafeeira campineira. Tanto a composição social como a evolução política seguem passo a passo sua transformação econômica (217). No campo social temos, de um lado, o au

---

(216) Viotti da Costa. Ob. cit., p. 185.

(217) Caio Prado Junior. Evolução Política do Brasil e outros estudos. São Paulo. Editora Brasiliense, 1975, p.41.

mento da sociabilidade em detrimento da disciplina rí-gida do patriarcalismo rural da primeira metade do século XIX, que segregava no lar a mulher de classe média e alta e, de outro, com o desenvolvimento urbano, ocorre diversificação ocupacional que vai determinar uma maior diferenciação de classes. No campo político, toda a estrutura econômica campineira vai evidenciar a formação de uma mentalidade mais ativa e empreendedora. Voltada às inovações e experiências e inteiramente adepta da aceitação de novas idéias, vai contra a mentalidade conservadora-petrôgrada e anti-progressista da política imperial do Segundo Império. O município paulista campineiro, ao converter-se no centro cafeicultor mais dinâmico da Província, sente-se prejudicado em seus interesses pela excessiva centralização. Com isto, torna-se o núcleo que melhor acolhimento ofereceu às idéias republicanas antes mesmo da criação do Partido Republicano em 1870.

2. Retrospecto do desenvolvimento social campineiro: A estrutura social numa sociedade agrária de exportação fundada na grande lavoura.

2.1. A evolução demográfica e a composição populacional campineira.

Na primeira metade do século XIX a sociedade campineira sofreu um significativo crescimento econômico como vimos no item 2.1. do capítulo II. O fator decisivo que concorreu para este crescimento, fundamentado em grandes latifúndios de cana e café ainda em evolução, foi o processo demográfico ocorrido na região.

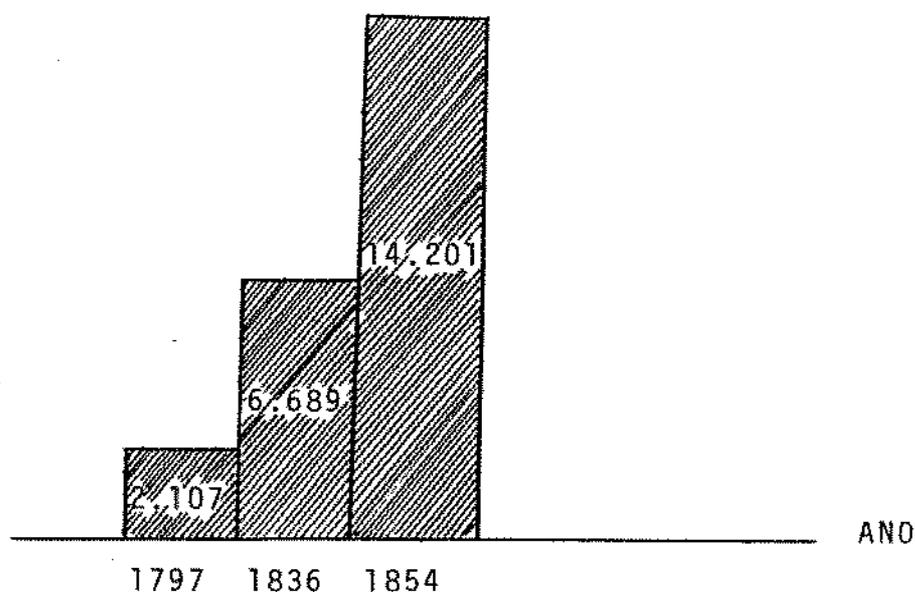
Os dados que serviram de base para a conclusão acima, abrangendo os anos de 1797, 1836 e 1854, são os seguintes:

Tabela 1 (218)

<u>ANO</u>	<u>POPULAÇÃO</u>
1797	2.107
1836	6.689
1854	14.201

(218) Octavio e Melillo, Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob.cit., 28; Artigo citado in Correio Popular. 11 de julho de 1978, p. 2; Milliet. Ob. cit. p.49.

Como ilustração à tabela 1, vejamos o gráfico do crescimento populacional:



A última coluna à direita indica significativo acréscimo ocorrido entre 1797 e 1854, proporcionando à região, na primeira metade do século XIX, um período de franco progresso acompanhado de grande desenvolvimento econômico. Uma análise dos dados da tabela 1 evidencia que o período de 1836-54, 18 anos, sofreu desenvolvimento populacional bem maior que o de 1797-1836, 39 anos, mormente se levarmos em conta o intervalo de tempo dos dois períodos. Os dados percentuais deste fenômeno estão na tabela a seguir:

Tabela 2

ANO	CRESCIMENTO POPULACIONAL	% AO ANO
1797-1836	4.582	5,6
1836-1854	7.512	6,2

Assim sendo, entre 1797 e 1854 o aumento geral demográfico fora de 12.094 habitantes entre homens livres e escravos. Traduzindo este índice populacional em taxas percentuais, em 57 anos o aumento populacional foi equivalente a uma taxa média de 10% ao ano.

O crescimento populacional, englobando homens livres e escravos, é perfeitamente delineado pelos dados estatísticos dos anos de 1836 e 54. Estes dados evidenciam um elevado número de escravos em contraposição à população livre. O censo de 1836, ao determinar uma população de 6.689 habitantes, especifica a população livre em 2.772 e cativos em 3.907, ou seja, do total da população referida, 58% eram escravos (219). Reforçando esta afirmativa, o censo de 1854 ao apresentar uma população de 14.201 habitantes, evidencia 6.011 homens livres e 8.190 escravos, ou se

(219) Artigo citado in Correio Popular. 11 de julho de 1978, p. 2.

ja, 57% da população era constituída de escravos (220).

O aumento populacional permitiu a existência de grandes proprietários e exportadores de açúcar, que possibilitaram a expansão econômica da região com base na indústria açucareira alicerçada em moldes tradicionais. A estrutura econômica daí advinda, refletirá fielmente o caráter da sociedade (221).

O crescimento populacional, com elevado percentual de escravos sobre a população livre, como ficou constatado acima, deixa transparecer que a economia campineira se encontra alicerçada no predomínio de grandes latifúndios agrários e escravocratas reforçando a continuidade do sistema de produção colonial dos três primeiros séculos de colonização. Este modelo econômico vigora em função dos altos lucros que propicia às empresas agrárias exportadoras, que voltam a se destacar em fins do século XVIII com o declínio da mineração e com o panorama favorável dos mercados internacionais.

---

(220) J. F. de Camargo. Ob. cit., Vol. citado, pp. 67 e 68.

(221) Prado Junior. Evolução Política do Brasil e outros estudos. Ob. cit., p.23.

Com a transferência da sede do governo português para o Brasil, a abertura dos portos em 1808 e, finalmente, com a independência, a região campineira encontra campo aberto para seu desenvolvimento econômico, tornando-se município de economia de exportação a partir dos fins do século XVIII, atravessando, nesse estágio, os primeiros decênios do século XIX alicerçada na produção açucareira (222).

Apesar de a economia da região campineira apresentar-se tipicamente agrária e escravocrata fundamentada na exportação do açúcar, voltou, a partir da década de 30, suas vistas para o café que na economia nacional já ocupava lugar de destaque (223). Contudo, apresentando uma produção cafeeira incipiente em comparação com a açucareira, a região possuía nove fazendas de café em 1836, número este que seria elevado para setenta e seis em 1851 e oi

---

(222) Com o rompimento do sistema de monopólios em vigor até 1808, a classe proprietária campineira encontra abertura para sua exportação. Livre de interferência da Metrópole portuguesa, os produtos tropicais voltam a ser solicitados pelos mercados internacionais em decorrência da caótica situação européia provocada pelo bloqueio continental.

(223) O café a partir da década de 30 vai salientar-se como o primeiro produto na pauta de exportação brasileira. O açúcar, por sua vez, passa a apresentar pouco lucro em virtude de seus preços estarem muito baixos e a grande distância do município de Campinas ao porto de Santos tornar-se desfavorável à exportação. Anais do Museu Paulista. Tomo citado, p. 86.

tenta e nove em 1852 (224). Fundamentada nos moldes clássicos de produção, monocultural e escravocrata, a economia cafeeira da região de Campinas reforça a continuidade da herança colonial brasileira que vai marcar a sociedade do decorrer de todo o século XIX.

Mesmo após a independência, a economia brasileira permanece amarrada ao capitalismo inglês, fato este que, refletido na sociedade campineira, traduziu-se por uma dependência desta a forças externas (225). Esta situação gerou uma desvinculação das atividades agrícolas e mercantil (226) surgindo o desenvolvimento do setor de subsistência (227). Esta situação é traduzida pela posição dos senhores de

---

(224) Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., p. 41; Teodoro de Souza Campos Junior. "A Cultura do Café" in Monografia Histórica do Município de Campinas. Ob. cit., pp. 239 a 241; Artigo citado in Correio Popular, 11 de julho de 1978, p. 2.

(225) A produção nacional da primeira metade do século XIX, além de estrangular pela produção estrangeira apresenta uma baixa tarifa alfandegária (15%) sobre os produtos importados, que lhe impede de obter uma arrecadação pública suficiente e liberdade de ação monetária gerando assim desequilíbrio no comércio e nas finanças públicas do país. Prado Junior. História Econômica do Brasil. Ob. cit., pp. 137, 139 e 170.

(226) Até a independência a atividade mercantil pertencera à Metrópole portuguesa. Após esta permanecerá na dependência de forças externas. Sodré. Ob. cit., p. 140.

(227) A economia de subsistência torna-se alheia ao mercado interno e a elementos sediados na cidade, limitando, por sua vez, o desenvolvimento urbano. Ferreira Lima. Ob. cit. p. 272; Sodré. Ob. cit., p. 140.

engenhos ou fazendeiros de café, voltados para uma economia de subsistência, sendo vendido apenas o que excede ao consumo interno (228). Esta posição traz, como consequência, a limitação de trocas internas e concorre com o comércio urbano (229).

A sociedade campineira da primeira metade do século XIX, estruturada nesse modelo econômico de subsistência, manteve-se voltada para o seu sistema rural de propriedades auto-suficientes restringindo assim as incursões citadinas (230). Esta estrutura econômica evidencia-se pela divisão da região em propriedades rurais que se abasteciam com seus próprios recursos permitindo ao sitiante uma situação análoga àquela dos tempos em que vivia integralmente de manufatura caseira (231). Em suma, o núcleo rural torna-se praticamente auto-suficiente conferindo à sociedade campineira um perfil de sociedade centrada no campo, constituindo o centro urbano em simples apêndice das atividades

---

A economia açucareira se encontrava à testa "de uma unidade fundamentada em economia de subsistência, para a qual o açúcar vendido é apenas um excedente da produção". Singer. Ob. cit., p. 36; Sergio Buarque de Holanda Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: livraria José Olympio Editora, 1978, p. 130.

Viotti da Costa. Ob. cit., p. 186.

A sede habitual da família campineira era o engenho rural, isto é, a população do núcleo continuava a viver no campo. Viotti da Costa. Ob. cit., p. 186; Mello Pupo. Ob. cit., p. 93.

Mello Pupo. Ob. cit., p. 117.

dos latifúndios rurais (232). Se, por um lado, os engenhos ou fazendas eram sedes habituais da família campineira, por outro, não existia latifundiário que não possuísse casa na cidade para festas religiosas e cumprimento de obrigações cívicas e políticas (233) Por volta de 1842, a cidade de Campinas "apresentava alguns prédios vistosos, particulares, em sua maior parte, propriedade dos fazendeiros ricos dos arredores" (234) Conseqüentemente, completando o mundo rural, o núcleo urbano campineiro torna-se centro da vida domingueira da população do campo, o que lhe confere direito a ascender à categoria de cidade em 1842 (235). Esta situação permanece até meados do século XIX, quando o progresso de urbanização ainda

---

(232) Buarque de Holanda. Ob. cit., p. 128.

(233) Viotti da Costa. Ob. cit., p. 186; Mello Pupo. Ob. cit., p. 101.

(234) Anais do Museu Paulista. Tomo citado, p. 86.

(235) O decreto número 5 de 1842 do presidente da Província de São Paulo, Barão de Monte Alegre, elevou a categoria de cidade a Vila de São Carlos, com o título de Campinas. Possuía a região nesta época, 8.000 habitantes. Amaral. A Cidade de Campinas em 1901. Ob. cit., p. 240.

meados do século XIX, quando o progresso de urbanização ainda não se fazia sentir (236).

Todo este aspecto rural, em detrimento do desenvolvimento urbano campineiro, é justificado pela ausência de elementos constitutivos da economia urbana, ou seja, a indústria e o comércio ainda não eram significativos. Se, por um lado, a idéia de empresas industriais não se desenvolveu em Campinas na primeira metade do século XIX, por não contar com a simpatia da elite do momento, que se beneficiava com a produção agrícola na sua forma tradicional, por outro, o comércio, ainda incipiente e limitado, manifestava-se sem importância suficiente para caracterizar-se como categoria distinta das grandes explorações latifundiárias (237).

A sociedade campineira, apresentando um cenário rural de grandes propriedades agrárias de caráter monocultural e escravocrata, traduz os anseios de uma pequena minoria de senhores possuidores de um elevado número de escravos a serviço de suas lavouras de cana e café. Assim sendo, será em consequência deste tipo de exploração colonial

(236) Viotti da Costa. Ob. cit., pp. 185 a 189; Henrique de Barcellos "Campinas Atual" in Leopoldo Amaral. A Cidade de Campinas em 1901. Ob.cit., p. 38; Terezinha Apareci da Del Fiorentino. O Processo de Industrialização campineira: origem e evolução(1850-1930). Trabalho mimeografado. Campinas, 1972, p.9.

(237) Viotti da Costa. Ob. cit., p. 200; Mello Pupo. Ob. cit. p. 71.

que a estrutura social campineira vai organizar-se.

De acordo com a exploração latifundiária descrita anteriormente, o senhor rural campineiro monopoliza a riqueza (238) e usufrui dos atributos conferidos ao seu "status": o prestígio e o domínio fundamentados no sistema patriarcal (239). Na propriedade rural, o domínio volta-se para o senhor contra uma massa de trabalhadores escravos e semi-livres (240).

A fortuna e prestígio do senhor proprietário evidenciava-se pelo número de escravos que possuía (241) e pelo poder exercia nas aglomerações urbanas que

---

(238) A indústria açucareira campineira impulsionada pelo renascimento da agricultura brasileira, favorece rápida prosperidade aos seus proprietários propiciando desde cedo o aparecimento de grandes fortunas.

(239) O sistema patriarcal oferece ao senhor campineiro toda sorte de poder. Confere ao chefe de família toda autoridade, submetendo sua esposa e filhas a uma severa disciplina patriarcal, limitando-as a um convívio social reduzido às mucamas. O poder do chefe de família abrangia o domínio rural com a supervisão dos trabalhos, divididos entre feitores, operários, escravos, pajens de confiança, etc. Viotti da Costa. Ob. cit., p.188; Mello Pupo. Ob. cit., p. 67.

(240) Os escravos eram o alicerce da massa trabalhadora campineira e os trabalhadores semi-livres eram aqueles que cediam praticamente toda sua liberdade prestando toda sorte de serviços em troca de sustento e proteção. Viotti da Costa. Ob.cit., p.190; Mello Pupo. Ob. cit., p. 96.

(241) Para a abastança em que viviam os senhores proprietários campineiros era necessário o esforço de grande número de trabalhadores. Campinas valeu-se da imigração negra na qual formou e alicerçou sua massa trabalhadora, pois, na época era impossível se constituir de trabalhadores livres, devido serem inexistentes no Brasil. Prado Junior. História Econômica do Brasil. Ob. cit., pp.183 a 186; Mello Pupo. Ob. cit., p.80.

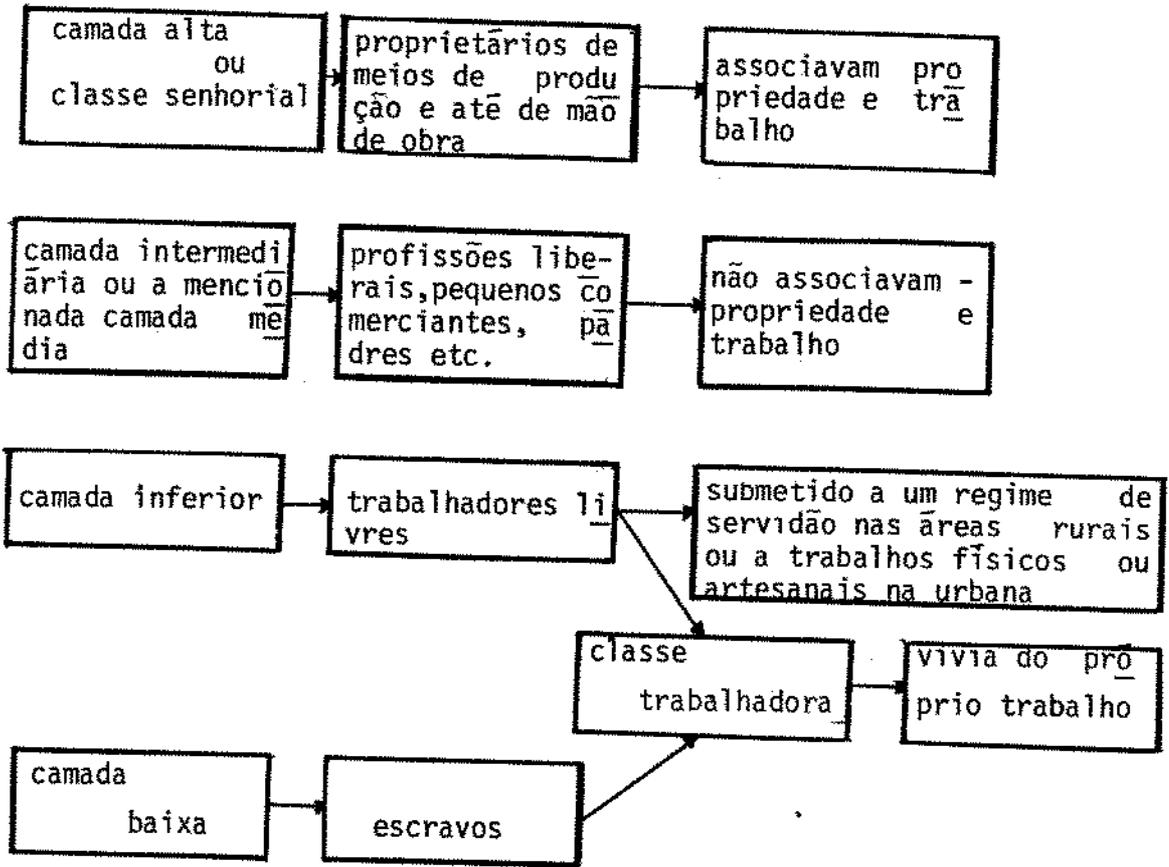
não passavam de simples complementação das extensões rurais (242). Em virtude disso, a população urbana integra-se no sistema de clientela em busca de proteção e dependendo dos favores que o senhor podia oferecer. Assim fundamentada neste sistema de paternalismo, possibilita a ampliação do domínio rural ao urbano, reforçando a dependência dos grupos urbanos em relação aos proprietários rurais (243).

---

(242) A pequena população urbana que se dedicava a ofícios e artes era composta de artífices e pequenos comerciantes. Esta ao invés de se opor às oligarquias, incorpora-se a elas através do sistema de clientela, ampliando suas bases. Viotti da Costa. Ob. cit., p. 193; Melo Pupo. Ob. cit., p. 117.

(243) Os proprietários rurais gozavam de independência absoluta em seus domínios, estendendo, como no passado, o seu poder às aglomerações urbanas, cuja população passava a integrar sua clientela. Viotti da Costa. Ob. cit., p. 184.

Sob estas condições, podemos admitir a composição social campineira nos moldes do seguinte esquema (244).



(244) Sodré. Ob. cit., p. 184.

## 2.2. As transformações sociais e o desenvolvimento urbano campineiro.

Como vimos no item 2.1., a composição populacional campineira refletia o caráter econômico de sua sociedade de base agrária e escravocrata. Ao refletir a composição econômica organizada em grandes latifúndios auto-suficientes, evidenciava uma economia fundamentada na lavoura de subsistência para a qual o produto vendido (açúcar) era apenas um excedente da produção (245).

Se, por um lado, a sociedade campineira não se alterou fundamentalmente com a expansão econômica a partir da segunda metade do século XIX, por outro, passa a dar maior importância à "produção para o mercado" em detrimento da lavoura de subsistência (246). O café assume, então, o papel de produto-base da atividade produtiva ocupando

---

(245) Singer. Ob. cit., p. 36.

(246) Permanecendo a economia nos mesmos moldes, acentua-se na dependência agrícola baseada na agricultura e submetida às flutuações dos mercados consumidores. Viotti da Costa. Ob. cit., p. 206.

o lugar que anteriormente pertencia ao açúcar (247). Esta inversão no setor econômico reflete, no social, uma profunda mudança na composição populacional campineira.

Diante disso, e para melhor visualizar as transformações ocorridas na estrutura social campineira a partir da segunda metade do século XIX, torna-se necessário analisar primeiramente que a economia adquire no município enquanto produção para o mercado. Esta análise torna-se indispensável em virtude das classes sociais campineiras refletirem a base econômica em expansão (248). Deve mos ressaltar que concomitante a esta expansão econômica, processa-se enorme transformação na sociedade: rompe-se a auto-suficiência dos grandes latifúndios. Este rompimento vai estimular o desenvolvimento do mercado interno que, por sua

---

(247) Tal inversão foi possibilitada por elementos favoráveis que passaram a atuar sobre a produção a partir da segunda metade do século XIX. A sociedade brasileira baseada na produção cafeeira, que permitia a integração do país no comércio mundial é, simultaneamente favorecida por vários outros fatores como capitais circulantes, antes empregados no tráfico negreiro, ampliãção das rendas públicas em decorrência do aumento da taxa alfandegária possibilitando liberdade de ação monetária, pelo capital estrangeiro que volta a atuar favorecendo o equilíbrio da balança comercial. Prado Junior. História Econômica do Brasil. Ob. cit, pp.169/194.

(248) As classes sociais ao aumentarem e assumirem contornos mais nítidos evidenciam o aspecto próprio que sua economia em expansão passa a apresentar.

vez, permite uma maior distribuição de riqueza, marcando as sim o início do desenvolvimento urbano campineiro (249).

O município de Campinas, como vimos no capítulo II, apesar de iniciar o projeto de sua ex pansão econômica voltada para a rubiãcea a partir da década de 30, somente na segunda metade do século XIX lança os ali cerces básicos de seu desenvolvimento, com o abandono na dé cada de 50, da cultura de açúcar, que seria substituída pela do café (250).

A partir do penúltimo quartel do século XIX, a sociedade campineira, embora mantendo a es trutura do sistema de produção fundamentada na conjugação da propriedade territorial com a propriedade servil (251), ado ta um modelo mercantilista, cuja produção alicerçada na gran

---

(249) O rompimento da auto-suficiência do latifúndio campineiro vai ocorrer na segunda metade do século XIX. Este acontecimento vai ampliar as condições do mercado in terno brasileiro que, por sua vez, estimula o desenvolvimento do processo urbano. Viotti da Costa. Ob. cit., pp. 181 e 206.

(250) Clarim. Jornal de Campinas, nº 0, outubro de 1975, p. 3 in Arquivo Edgard Leoenroth do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

(251) A sociedade campineira da segunda metade do século XIX dá continuidade ao sistema agrário e escravocrata fun damentado na grande lavoura. As transformações ocorr idas neste período não alteram fundamentalmente a orien tação da economia, mas contribuem para a formação de um incipiente mercado interno que estimula a urbaniz ação. Viotti da Costa. Ob. cit., p. 206.

de lavoura em expansão, ganha a esfera da circulação (252) associando a atividade agrícola à mercantil (253). Com esta associação, o café passa a ser o fulcro da atividade produtiva da região já que sua comercialização estava no mesmo nível de importância que sua produção (254). Assim, a grande lavoura campineira, à medida que se expande, gera recursos para financiar seu próprio desenvolvimento com capital oriundo sobretudo da atividade eminentemente agrícola (255). Isto é traduzido por Nelson W. Sodré nos seguintes termos: "*a medida que se libera e se desenvolve ganha a esfera da circulação e a integra na produção*" (256). Verificamos assim que as fases

---

(252) Somente a partir da segunda metade do século XIX foi permitido o acesso do produtor à esfera de circulação. No período colonial esta estava a cargo da metrópole portuguesa e, na primeira metade do século, as forças externas já que o comércio e as transações financeiras estavam em mãos estrangeiras. Sodré. Ob. cit., p. 140 ; Prado Junior. História Econômica do Brasil. Ob. cit., p. 136.

(253) "Desde o começo a economia cafeeira formou-se por uma vanguarda composta de homens com experiência comercial. Em toda etapa de gestação os interesses da produção e do comércio estiveram entrelaçados. A nova classe dirigente formou-se numa luta que se estende em uma ampla frente: aquisição de terras, recrutamento de mão de obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica". Sodré. Ob. cit., p. 151.

(254) Sodré. Ob. cit., p. 140.

(255) Prado Junior. História Econômica do Brasil. Ob. cit., p. 194.

(256) Sodré. Ob. cit., p. 155.

açucareira e cafeeira, embora tendo por base a agricultura, a segunda não reproduz os aspectos sociais derivados da primeira. Isto se verifica, essencialmente, em virtude de a expansão cafeeira realizar-se com recursos, em sua maioria, internos, que evidenciam relações capitalistas de produção em contraste com a estrutura de produção colonial (257).

Este caráter original que a expansão cafeeira adquire na segunda metade do século XIX induz a sociedade campineira a dar maior importância à produção para o mercado, em detrimento da lavoura de subsistência que era a unidade fundamental dos grandes proprietários de açúcar existentes no município da primeira metade do século XIX.

Diante desta caracterização econômica, a grande lavoura campineira, enquanto atividade agrícola ligada à atividade mercantil, vai estimular a transferência de capital da zona rural para a urbana onde se encontravam as fases decisivas de sua comercialização. Sendo o café um produto destinado a conquistar um mercado, exigia, para atingir esse objetivo, a criação de uma infra-estrutura

---

(257) A estrutura colonial de produção não possuía a esfera de circulação e conseqüentemente não integrava a atividade agrícola à mercantil. Sustentava-se num regime feudal ou semi-feudal onde as relações capitalistas inexistiam. Sodré. Ob. cit., pp. 155 e 182.

constituída de armazém para estocagem, rede viária para a sua distribuição, etc. (258). Através desta infra-estrutura, o fazendeiro poderia alcançar o meio urbano e acompanhar as fases de comercialização do seu produto, já que os negócios eram praticamente restritos à zona urbana (259).

O deslocamento dos fazendeiros da zona rural para a urbana dá início a uma nova era da sociedade campineira caracterizada pela tendência à promoção de melhores condições de vida no centro urbano (260). Juntamente com este fato, inicia-se, na região, a imigração "subvencionada" que, a partir de 1870, tenta suprir a ausência de mão-de-obra reclamada pela expansão cafeeira. Esta realidade conduz o fazendeiro campineiro a resistir com menos energia à influência urbana (261) onde novas classes, como a

---

(258) Com a expansão cafeeira vieram as necessidades de uma rede urbana que então foi se formando para a estocagem transporte e mesmo comercialização do produto cafeeiro, Clarim. Jornal citado, nº 0, p. 3.

(259) Singer. Ob. cit., p. 36.

(260) Viotti da Costa. Ob. cit., p. 197.

(261) As fazendas de café deixam de ser pequeno mundo do fazendeiro campineiro para tornar-se apenas o seu meio de vida, sua fonte de renda e riqueza.

dos colonos e artífices, passam a exercer as mais variadas atividades em artes e ofícios (262). Na sociedade campineira o contingente imigratório contribuiu, por um lado, para o desenvolvimento urbano, enquanto prática eficaz de atividade nova na cidade (263) e, de outro, com a ampliação do setor assalariado que propiciou o desenvolvimento relativo do mercado interno brasileiro (264). Estes fatos, por sua vez, vão estimular o processo urbano-comercial campineiro.

Outro fator, proveniente do caráter econômico da grande lavoura e que propiciou o desenvolvimento urbano e estimulou o mercado interno, deriva da incompatibilidade existente da lavoura de subsistência com a

---

(262) Muitos colonos e artífices imigrantes abandonavam a lavoura para exercer ofícios na cidade. José Amêndola. "O Comércio de Campinas" in Monografia Histórica do Município de Campinas. Ob. cit., p. 514.

(263) As novas atividades desenvolvidas pelos imigrantes que se localizavam em Campinas dividiam-se em atividades manuais, artísticas, culturais ou desportivas, pois, na primeira metade do século XIX os trabalhadores eram, em sua maioria escravos que não conheciam ofício algum. Estes imigrantes não tinham preconceito contra o trabalho manual e, desta forma, passam a controlar de maneira crescente o artesanato e o comércio. Viótti da Costa. Ob. cit., p. 196; Amêndola. "O Comércio de Campinas" in Monografia Histórica do Município de Campinas. Ob. cit., p. 514.

(264) Os trabalhadores livres recebiam uma parte da remuneração em dinheiro. Do ponto de vista que nos interessa aqui, isto significa que o trabalhador agrícola passa a integrar em parte a classe dos consumidores de produtos importados, vindo, deste modo, a estimular ao então incipiente mercado interno. Singer. Ob. cit., p. 43.

grande lavoura campineira (265). A conversão das fazendas de açúcar em fazendas de café com as limitações que esta cultura impõe à produção de gêneros alimentícios provoca o encarecimento destes que, de produzidos em solo próprio, passam a ser artigos importados. Isto transforma o centro urbano campineiro (266) em distribuidor de tais produtos, adquirindo uma função própria que o caracterizaria (267).

Estas circunstâncias e mais o desenvolvimento das comunicações, sobretudo das vias férreas, além de acentuar no município a relação de dependência da zona rural sobre a urbana, propicia a transformação

---

(265) A grande lavoura campineira não permite "ao mesmo tempo a cultura de gêneros alimentícios [feijão, milho, etc.], salvo no começo, quando novo, mas quando crescido, nada mais pode plantar". Buarque de Holanda. Ob. cit., p. 130.

(266) O comércio campineiro vinha se desenvolvendo progressivamente para nos anos de 1879-80 marcar a vida social campineira a sua máxima expansão. Foi com a estrada de ferro que o comércio se intensificou mais ainda mantendo um caminhar ascensional até o ano de 1889. Henrique de Barcellos. Artigo citado in Amaral. A cidade de Campinas em 1901. Ob. cit., p. 39; Anais do Museu Paulista. Tomo citado, p. 103.

(267) Os efeitos urbanizadores do café fazem-se sentir em núcleos e não somente em São Paulo, embora as cidades do interior, como Campinas, desempenhassem mais a função de distribuidoras de produtos importados do que de centro de comercialização de café. Singer. Ob. cit., pp. 32 e 33.

da mentalidade tradicional, contraria a empreendimentos em presariais (268).

O fazendeiro paulista, em particular o campineiro, ao tentar substituir o escravo pelo trabalhador livre, ao aperfeiçoar os métodos de beneficiamento, ao associar-se a empresas industriais, ao investir em ferrovias e organizações bancárias converte-se numa espécie de empresário (269). Possuidor de visão progressista associa-se a empreendimentos empresariais propiciando a não incompatibilidade entre industriais e os representantes dos setores agrários. É a partir de 70, que esta mentalidade se desenvolve em Campinas e seus reflexos são reproduzidos na realização das estradas de ferro Paulista (1872) e Mogiana (1875), pois, estas além de nascerem da boa vontade e esforço dos paulistas, foram construídas com capitais nacionais, paulistas e inclusive campineiro (270). A inauguração destas estradas de

---

(268) A mentalidade tradicional associava-se à mentalidade da elite no poder que, na primeira metade do século XIX, beneficiando-se da produção agrícola procurava manter intacta a estrutura tradicional de produção revelando-se pouco simpáticos a empresas industriais. Viotti da Costa. Ob.cit., p. 185.

(269) O fazendeiro campineiro à medida que se converte numa espécie de empresário passa a aceitar melhor a mentalidade empresarial. Viotti da Costa. Ob.cit., p.201; Henrique de Barcellos. "Campinas Atual" in A Cidade de Campinas em 1901. Campinas, Typografia Casa do Livro Azul 1900, p. 37.

(270) Amaral. A Cidade de Campinas em 1901. Ob. cit., pp.241 a 250; Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas, Campinas: Typografia Casa Mascotte 1912, p. 19; Simonsen. Ob. cit., p. 199.

de ferro evidenciam de antemão o espírito empresarial campineiro e favorecem a urbanização da cidade em decorrência da instalação de grandes oficinas para seus serviços, que ocupavam centenas de operários (271). Reforçando esta posição encontramos, por esta época, a atuação de imigrantes, técnicos e artesãos que estimulam o desenvolvimento urbano-empresarial campineiro, pois, passam a instalar fundições e fábricas de máquinas agrícolas, oficinas de conserto de veículos, etc (272). É a partir da década de 70 ou, mais precisamente, depois da inauguração da estrada de ferro Paulista (1872) que Campinas desperta e expande-se em empresas de toda a espécie (273). É nesta década que surgem as primeiras estradas de ferro ligando o núcleo campineiro a outras regiões (274) e estabelecimentos industriais como Companhia Mc Hardy (1875), Lidgerwood Manufacturing C. Limited, Pedro A. Anderson (1871),

(271) Estas oficinas centravam a reparação e reforma de locomotivas, carros e vagões; fabricavam pontes de ferro para as ferrovias. Amaral. A Cidade de Campinas em 1901. Ob. cit., p. 250.

(272) Silvino Godói. "A Indústria em Campinas" in Monografia Histórica do Município de Campinas. Ob. cit., pp. 525 a 527,

(273) Henrique de Barcellos. Artigo citado in Leopoldo Amaral. A Cidade de Campinas em 1901. Ob. Cit., p. 39.

(274) Octavio. Apontamentos Históricos e Estatísticos de Campinas. Ob. cit., p. 12; Henrique Barcellos. Artigo citado in Leopoldo Amaral. A Cidade de Campinas em 1901. Ob. cit., p. 37 a 40.

Tipografia Casa do Livro Azul (1876)(275). Portanto, a mentalidade vigente na sociedade propicia não sō o desenvolvimento de indūstrias, mas também uma vasta gama de empreendimentos empresariais (276).

A região de Campinas, como acabamos de analisar, já manifesta em seu seio os elementos que constituem o alicerce de uma economia urbana: o comércio e a indūstria (277). Ao apresentar um certo desenvolvimento comercial e modestas tentativas no tocante a empreendimentos industriais, a sociedade campineira, a partir da dēcada de 70, rompe definitivamente com aquela estreita auto-suficiēcia dos latifūndios que, na primeira metade do sēculo XIX, fizera na ārea urbana um seu apēndice. Em virtude disso, es

---

(275) Amaral. A Cidade de Campinas em 1901. Ob. cit., p.348.  
Tauney. Pequena História do Café. Ob. cit., p. 243.

(276) "Se o movimento industrial de Campinas não se pode equiparar ao de Capital, temos já conseguido para a cidade de Campinas um lugar invejável entre as cidades industriais do Império, pois, entre as suas fábricas se destacam muitas de notavel importância como soe a contecer com as machinas, fundição, meias, sabão, farinha de trigo, massas, camisas, café moído, sal refinado, etc". "A Indústria em São Paulo" in Gazeta de Campinas, etiqueta 121, n°4040, 20 de julho de 1887.

(277) Se na primeira metade do sēculo XIX a ausência de elementos como o comércio e a indūstria deram à sociedade brasileira um caráter inteiramente rural, na segunda metade deste mesmo sēculo serão estes elementos que irão alicerçar a vida cidadina de algumas regiões, inclusive a campineira. Caracterizando-se como categorias distintas da grande exploração latifundiária ou da exploração primária do solo, esses elementos afirmar-se-ão como fatores constitutivos da economia urbana brasileira. Prado Junior. Evolução Política do Brasil e outros estudos. Ob.cit., p. 22.

timula o desenvolvimento do mercado interno brasileiro (278) e promove inúmeros melhoramentos urbanos ampliando consideravelmente os serviços públicos da região, como veremos a seguir (279).

A sociedade campineira, já então o mais possante centro agrícola do Estado, inicia o seu período de desenvolvimento material condicionado pelo espírito de associação reinante (280). Os melhoramentos urbanos são refletidos no aperfeiçoamento dos sistemas de iluminação a gás inaugurado em 1875, calçamento e abastecimento de

---

[278] A criação do mercado interno brasileiro resultou de fatores, ocorridos na segunda metade do século XIX, como a substituição do trabalho escravo pelo livre, a urbanização e principalmente, da expansão do setor do mercado externo em detrimento do de subsistência. Este último fator, que determina a economia enquanto "produção para o mercado", proporciona uma mudança no consumo nacional diminuindo os produtos de subsistência e aumentando os produtos importados. Diante deste quadro a sociedade campineira se destaca como elemento distribuidor de produtos importados, contribuindo, em parte para o desenvolvimento do mercado interno brasileiro. Singer. Ob. cit., pp. 32 a 45.

[279] À medida que os fazendeiros campineiros mudam-se para a cidade cresce a tendência em promover melhoramentos urbanos. É a partir da década de 70 que se acentua o progressivo caminhar da cidade de Campinas, pois, até então tudo era muito rudimentar. Henrique Barcellos. Artigo citado in Leopoldo Amaral. A Cidade de Campinas em 1901. Ob. cit., p. 38.

[280] Henrique de Barcellos. Artigo citado in Leopoldo Amaral. A Cidade de Campinas em 1901. Ob. cit., p. 37.

água inaugurado em 1891 (281). Aperfeiçoaram-se os transportes urbanos com a inauguração das linhas de bonde de tração animal em 1881, que vieram beneficiar a cidade até o século atual (282). A estes acontecimentos, soma-se a inauguração em 1876 da Santa Casa de Misericórdia para enfermos pobres, em 1879 do Hospital da Beneficência Portuguesa e em 1873 já se encontrava em funcionamento o Banco Mauã & Companhia, em quanto caixa filial, e o Banco Agrícola e Comercial de Campinas (283). Nesta mesma década, a imprensa tende a multiplicar seus jornais fazendo surgir a folha semanal "mocidade" em 1874, o "Diário de Campinas" em 1875 e a "Gazeta de Campinas", que começa a ser publicada diariamente em 1876 (284). O interesse pelas diversões públicas torna-se crescente. O município recebe, em 1874, a visita da primeira Companhia Lírica e em 1877 surge a associação interessada em instalar o Hipódromo Campineiro para distração e divertir

[281] Amaral. A Cidade de Campinas em 1901. Ob. cit., pp. 38 e 265.

[282] As linhas de bonde de tração animal foram realizadas pela Companhia Campineira de Carris de Ferro criada em 1878. Amaral. A Cidade de Campinas em 1901. Ob. cit. pp. 40 e 262; Octavio. Apontamentos Históricos e Estatísticos de Campinas. Ob. cit., 1907, p. 23; Viotti da Costa. Ob. cit., p. 197.

[283] Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. Almanak da Província de São Paulo. São Paulo: Typografia Americana, 1873, p. 325; Notícias Bibliográfica e Histórica da PUCC. Campinas, ano 5, nº 48, agosto de 1973, pp. 319 e 320.

[284] Henrique de Barcellos. Artigo citado in Leopoldo Amaral. A Cidade de Campinas em 1901. Ob. cit., p. 38.

mento da sua elite social (285).

No âmago de toda essa exploração de desenvolvimento, volta-se a sociedade para os problemas educacionais. Estes, como motivo central deste trabalho serão tratados no capítulo seguinte, contudo, para não quebrar a linha traçada para este capítulo, teceremos apenas considerações sobre o tema. No tocante a problemas educacionais, é a década de 70 que se abre de forma brilhante, evidenciando inauguração de grandes colégios como "internacional" em 1873 e "Culto à Ciência" em 1874 (286). Estes acontecimentos, juntamente com a atuação de personagens e instituições filantrópicas campineira - que fundam escolas, associações artísticas e musicais - oferecem estímulos ao desenvolvimento cultural da região evidenciando para o final da década grande número de instituições particulares (287). Em resumo, pode-se determinar o processo urbanizador campineiro como um elemento dinâmico que fora condicionado, primeiramente

(285) Amaral, A Cidade de Campinas em 1091. Ob. cit., pp.149 171 e 209.

(286) João Lourenço Rodrigues, "Subsídios para a História do Ensino em Campinas" in Monografia Histórica do Município de Campinas. Ob. cit., pp. 402 e 403; Carlos Francisco de Paula, Monografia Histórica Culto à Ciência. Campinas: 1946, p. 13.

(287) Octavio e Melillo, Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1912, pp. 74 a 84.

te, pela expansão do mercado internacional e pelo desenvolvimento da economia de exportação ou de mercado voltada para a área urbana. Este caráter econômico faz da região campineira um palco de conciliação entre interesses rurais e mercantis, estimulando, conseqüentemente, um aumento demográfico significativo. Se em 1860 já apresentava uma população citadina de 5 a 6.000 habitantes e em 1872 o número populacional atinge 10.000 almas (289). É esta crescente população, que passa a residir na cidade e nela gastar uma parte de suas rendas, que estimula o desenvolvimento urbano-comercial campineiro de mentalidade adepta a empreendimentos empresariais enquanto resultado de maior atividade produtiva na cidade (290). Em virtude disso, temos, por um lado, o aumento da sociabilidade em detrimento da disciplina rígida do patriarcalismo rural, da primeira metade do século XIX, que segregava no lar a mulher de classe média e alta (291) e, de outra, a crescen

---

[288] Anais do Museu Paulista. Tomo citado, p. 103.

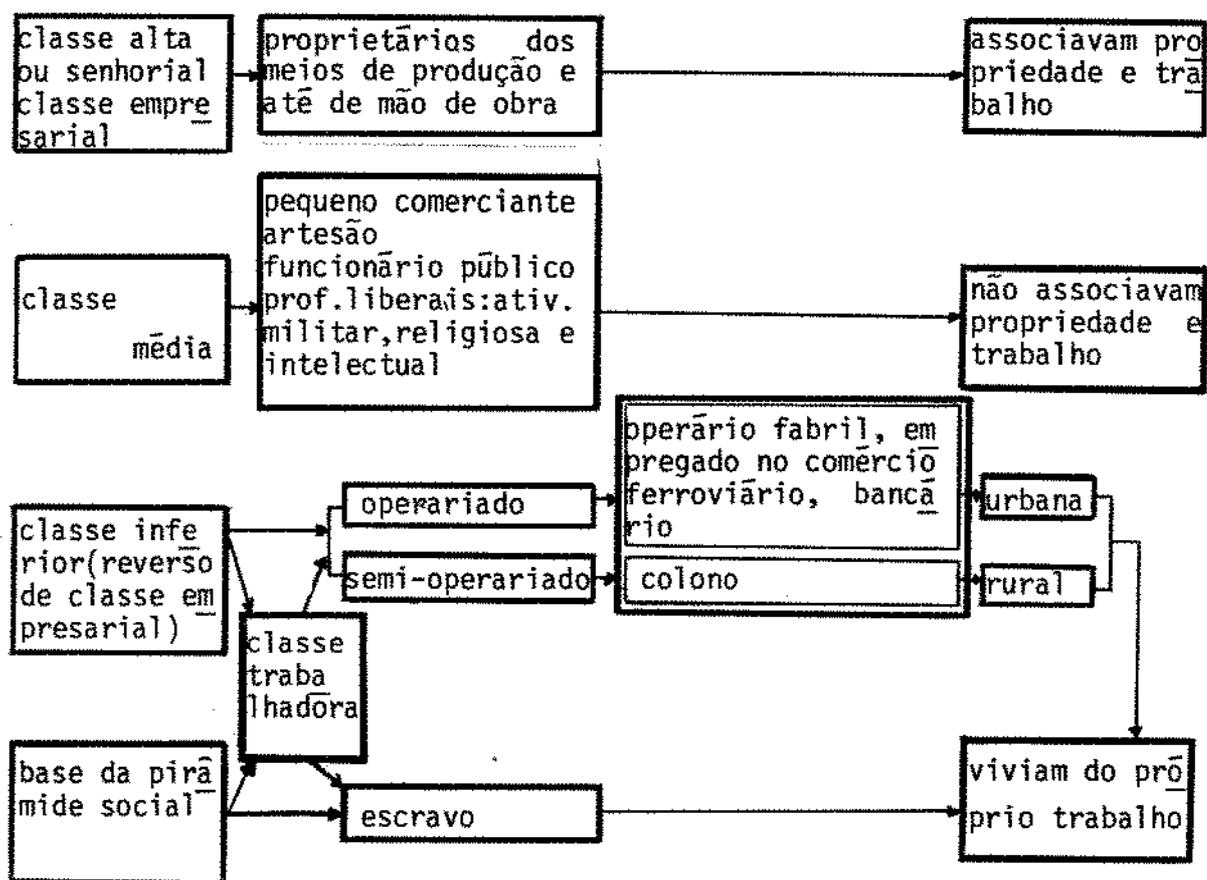
[289] Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1912, p. 127.

[290] As atividades produtoras podem ser resumidas em empreendimentos comercial, artesanal, fabril e de serviços. Ferreira Lima. Ob. cit., p. 272.

[291] Viotti da Costa. Ob. cit., p. 198.

te diversificação ocupacional que determina uma maior delimitação de classes - com contorno mais nítido - conferindo um caráter mais complexo à estrutura social campineira.

Com o aparecimento no centro urbano campineiro de uma nova classe, a empresarial, a estrutura social pode ser esquematizada da seguinte forma (292).



(292) Ferreira Lima. Ob. cit., pp. 272 a 273; Sodré. Ob. cit. pp. 183 e 184; Viotti da Costa. Ob. cit., p. 306, citação 19.

A classe alta ou senhorial passa, na segunda metade do século XIX, a representar a nova classe empresarial. Abrangendo industriais, comerciantes, banqueiros, acionistas de estrada de ferro e etc, os proprietários rurais ligados à exportação se convertem também em empresários e, não raro, investem em terras (293). Enquanto a classe alta se evidencia, os setores médios urbanos, ou a classe média propriamente dita, continua dentro de um regime de clientela, que muito se assemelha aos descrito anteriormente no item 2.1. deste capítulo. Continua a depender não só do apoio da classe oligárquica, mas, também assimila os seus valores mais progressistas. Assim sendo, e apesar de possuir simpatia pelos desprotegidos, sente-se incapaz de aproximar das massas rurais e urbanas (operariado) (294). Quanto ao operariado urbano e rural, compõe um tipo de classe social que denominamos "inferior", pois, evidencia-se como reverso da classe alta ou empresarial. Apesar de integrar-se à classe trabalhadora, não figura na base da

---

(293) Viotti da Costa. Ob. cit., p. 201.

(294) Viotti da Costa. Idem, pp. 201 a 204.

pirâmide social que, por sua vez, é composta de escravos representando ainda, em fins da década de 80 uma cifra de 24,2% da população (295).

3. Retrospecto do desenvolvimento político campineiro: A estrutura política numa sociedade agrária de exportação fundada na grande lavoura.

3.1. A evolução política da região e as aspirações progressistas de seu povo.

A Província de São Paulo, nas últimas décadas do século XVIII, encontrava-se sob uma opressiva autoridade metropolitana. Esta autoridade vinha se manifestando desde princípios do mesmo século (296) e

(295) De uma população de 41.253 habitantes existentes no município campineiro em 1887, 9.986 eram escravos. Tauxem. História do Café no Brasil Imperial. Ob. cit., pp. 337 a 338.

(296) A Província de São Paulo até fins do século XVII fizera quase esquecer a existência do governo lusitano. Este cenário, porém, será modificado por um novo sistema político administrativo metropolitano que, no decorrer do século XVIII, se define por uma maior penetração econômica da metrópole portuguesa decadente. Prado Junior. Evolução Política do Brasil e outros estudos. Ob. cit., pp. 40 e 41.

evidenciava-se na onipotência dos governadores que passaram a atuar com maior força política em detrimento da autoridade conquistada pelos proprietários rurais dos primeiros séculos de colonização (297). Apesar deste quadro político opressor, a província é beneficiada pela intenção colonizadora portuguesa, que, desejosa de reunir moradores esparsos, estimula a formação de núcleos populacionais como embrião de futuras vilas (298). Conseqüentemente, a Província de São Paulo, em fins do século XVIII, reflete a atuação política colonizadora metropolitana evidenciada na influência e determinação do governo de D. Luíz Antônio de Souza Botelho Mourão mais conhecido como Morgado de Mateus (299) cuja gestão englobou o período de 1765 a 1775. A fundação por este capitão-general, de vilas e povoados dava cumprimento à provisão de 27 de maio de 1774 onde era proposta a fundação, no

(297) Os governadores paulistas, no decorrer do século XVIII, não se evidenciam mais como humildes representantes da Corôa que se curvam ante as câmaras (administrações municipais) prontos a atender seus desejos e usando da maior diplomacia para não melindrar os colonos todo-poderosos. As câmaras municipais, por sua vez, são despojadas de todas as prerrogativas que possuíam e a elas se substitui a onipotência dos governadores. Prado Junior. Evolução Política do Brasil. Ob. cit. p. 30, 40.

(298) Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1914, p. 21.

(299) Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico, 1914, p. 18; Benedito Barbosa Pupo. À Margem da História de Campinas. Campinas, Tipografia Mattos 1976, pp. 12 a 14.

oeste paulista, da freguesia e distrito de Campinas (300). Para realização deste evento o governo civil paulista, contava com o concurso de Francisco Barreto Leme que, fora nomeado oficialmente para "*formar a povoação na paragem chamada Campinas do Mato Grosso, Districto de Jundiáhy, em sitio onde se axa melhor comodidade*" (301). Com esta incumbência, Barreto Leme propôs a doação de terras para a formação do povoado (302) contribuindo para a instalação do distrito e freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas em 14 de julho de 1774.

A região de Campinas, dois anos antes de sua fundação, ou mais precisamente em 1772, não passava de uma simples extensão agrícola de Jundiá. Seus habitantes viviam em roças distantes umas das outras e a terra era a única fonte de subsistência (303). De natureza inteiramente rural, a região nada apresentava de urbano que a

(300) Octavio. Apontamentos Históricos e Estatísticos de Campinas. Ob. cit., 1907, p. 21.

(301) Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1914, p. 20.

(302) Octavio e Melillo, Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1914, p. 16.

(303) Pupo. À Margem da História de Campinas. Ob. cit., p.11.

pudesse classificar como povoado, pois nem sequer possuía uma capela que suprisse as necessidades do culto religioso ou que servisse como ponto de reunião para aquela gente que vivia em casas tão distantes umas das outras (304). A instalação do distrito e freguesia em 14 de julho de 1774, subordinada a jurisdição de Jundiaí, contribuiu para a formação do povoado (305) com a criação de uma humilde capela - primeira igreja interina - onde foi realizada a primeira missa na região que assumiu assim o caráter de paróquia (306).

Ao receber a classificação de distrito e freguesia em 1774, a região de Campinas inicia sua história política. Que este acontecimento desencadeou o processo político campineiro podemos constatar pelas transformações econômicas ocorridas na região, já que todo proces

[304] Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1914, p. 16.

[305] Em 14 de julho de 1774 existia na região de Campinas, 61 famílias com um total de 357 pessoas. Esta realidade oferecia condições à formação do povoado. Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1912, p. 18.

[306] Em 7 de maio de 1774, D. Frei Manuel da Ressurreição, bispo de São Paulo, despachava uma autorização determinando a realização de capela provisória na região de Campinas, até concluir-se a Matriz definitiva. Em 14 de julho do mesmo ano, os moradores reuniram-se na dita capela, fato este que assinalaria a instalação da freguesia e a fundação oficial da cidade. Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1914, p. 16; Pupo: A Margem da História de Campinas. Ob. cit., p. 14.

so político à medida que "se desenvolve segue passo a passo sua transformação econômica"(307). Assim como a composição social campineira, analisada no item 2.1., evidencia em sua estrutura as transformações econômicas ocorridas na região a sua evolução política à medida que se desenvolve, acompanha o mesmo processo.

A evolução política campineira manifesta seu desenvolvimento antes mesmo do fim do século XVIII passando da lavoura canavieira à produção do açúcar (308). Diante destes fatos, os moradores campineiros dirigiram ao governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça uma petição solicitando a promoção da freguesia em vila (309). Esta atitude muito contribuiu para o ocorrido em 14

---

(307) Prado Junior. Evolução Política do Brasil e outros estudos. Ob. cit., p. 41.

(308) Em 1797 as rendas públicas da freguesia de Campinas atingia RS50\$000. Possuindo mais de 400 casas, com 2.107 pessoas e muitos "homens bons" para o exercício dos cargos da República, já se podia pretender a emancipação política, desmembrada de Jundiá. Octavio. Aparentamentos Históricos e Estatísticos de Campinas. Ob.cit., 1907, p.5; Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1912, p. 18; Pupo. A Margem da História de Campinas. Ob. cit., p. 15.

(309) Documento do vigário da freguesia, Joaquim José Gomes, juntamente com os moradores da freguesia, pedindo a ereção do distrito em vila. Publicação Oficial de Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Ob.cit., volume citado, p. 3.

de dezembro de 1797, quando a região é elevada à categoria de vila, passando assim a município com o antigo nome de freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas mudando para vila de São Carlos (310). Tal promoção, indubitavelmente política, adveio do desenvolvimento de sua indústria açucareira nos últimos anos do século XVIII.

Com a elevação a município, a região institucionaliza seus poderes públicos e estabelece condições legais para a implantação da vila, como a criação de uma Câmara ou Senado da Câmara, ou seja, o núcleo da vida político-administrativa da região (311). Em cumprimento a es

---

(310) Sob a autoridade política metropolitana, representada pelo governo da capitão-general Antonio Manuel de Mello e Castro e Mendonça (1797-1802), em 16 de novembro de 1797 baixou-se uma portaria que elevaria a freguesia e distrito de Campinas à Vila de São Carlos em 14 de dezembro de 1797, pois, a região já apresentava elementos capazes para os cargos da república. Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1914, pp. 30 e 31.

(311) A região campineira ao receber o estatuto de vila, assume, ao mesmo tempo, sua própria jurisdição independente da Vila de Jundiá. Instintivamente passa a exigir a composição de um Conselho composto de Juizes ordinários, vereadores, procuradores, para ocupar os respectivos cargos da república. O Capitão-mor, que representava o órgão executivo e policial militar, era escolhido em lista triplíce pelo governador da província. Octavio. Apontamentos Históricos e Estatísticos de Campinas. Ob. cit., 1907, pp.5 e 6; Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatísticos de Campinas. Ob.cit., 1914, p. 46.

sas determinações, o ouvidor-geral da província - Dr. Caetano Luiz de Barros Monteiro - presidiu a primeira eleição de Juizes e vereadores da região e promoveu o levantamento da vila e do pelorinho, a demarcação dos paços do Conselho e cadeia, a declaração do rōcio e a fixação dos limites ou termo do novo município (312). Assim, sō em 1797, o município de Campinas, então Vila de São Carlos, inicia sua vida política independente da jurisdição de Jundiaí, evidenciando que o seu antigo status e freguesia e distrito já não eram condizentes com o desenvolvimento economico que se encontrava a região (313).

Nas três primeiras décadas do século XIX, a Vila de São Carlos alicerça sua economia na indústria açucareira iniciada em fins do século XVIII. Com os benefícios derivados da vinda da família real, em 1808, (314) aliados ao incentivo do mercado internacional, o município

(312) "Documentos sobre a fundação da Vila de São Carlos" in Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1914, pp. 30 a 37.

(313) Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Ob. cit., volume citado, p. 3.

(314) A vinda da família real para o Brasil, trouxe grande benefício para a colônia brasileira, pois, abolindo o regime metropolitano sobre o comércio, estimula o mesmo, devido encontrar-se favorecido pelo mercado internacional.

apresentava na época da Independência, crescimento urbano nos moldes que analisamos no item 2.1. Diante desse quadro, e sob o regime de um país autônomo, o município vai refletir a evolução política do país, introduzindo alteração na composição dos seus poderes públicos, já que a lei de 19 de outubro de 1828 extinguiu os Conselhos e criou as Câmaras municipais (315).

Quando na época de 40 a Vila de São Carlos volta sua atenção para o plantio da rubiãcea, sentia-se, ainda os reflexos positivos que a cultura do açúcar proporcionara. Estas condições muito contribuíram para que a Vila de São Carlos adquirisse em pouco tempo uma posição política compatível com a sua situação econômica. Isso se evidencia, na prática pela lei provincial de 5 de fevereiro de 1842 que elevou a região à categoria de cidade, adquirindo a denominação de Campinas. Devemos ressaltar que tal evolução não exigiu sequer meio século (316).

---

(315) Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1914, p. 46.

(316) O decreto nº5 do presidente da província de São Paulo Barão de Mont'Alegre, eleva a Vila de São Carlos à categoria de cidade. Assim diz o seu artigo 1º: " Ficam elevadas à categoria de cidade, com a mesma denominação as villas de Taubatê, Itú, Sorocaba, Coritiba, Paranaguá e a de São Carlos com o título de Cidade de Campinas". Amaral. A Cidade de Campinas em 1901. Ob. cit., p. 240.

O ano de 1842, além de assinalar a época em que o município é elevado à categoria de cidade, registra também a realização de um acontecimento que caracterizou o aspecto evolutivo da política campineira. Tal fato, devido a atitude reacionária de grupos que detinham o poder, caracterizou-se por uma luta civil liberal, que marcou de maneira expressiva a história política da cidade (317). Para melhor compreendermos esta passagem, devemos fazer um retrospecto do período que abrange o movimento da independência até o início do Segundo Império, pois, foi durante este período, mais precisamente, depois da abdicação de D. Pedro I que o processo evolutivo daquelas forças reacionárias brasileiras se manifesta mais intensamente (318). Como consequência da luta entre forças reacionárias e liberais, surgiu, no município, a sublevação de 1842, conhecida como o

(317) A luta civil, realizada em Campinas em 1842, foi um movimento liberal contra as imposições doutrinárias reacionárias existentes no início do período denominado "Regresso". Octavio. Apontamentos Históricos e Estatísticos de Campinas. Ob. cit., 1907, p. 24.; Amaral. A Cidade de Campinas em 1901. Ob. cit., p. 33.

(318) O início do Segundo Império já evidenciava a vitória dos reacionários sobre os restauradores e liberais. Desta forma, o poder, definitivamente, se consolidou nas mãos de grupos políticos conservadores.

movimento ou combate de "Venda Grande" (319).

Proclamada a independência do Brasil e organizado o governo monárquico representativo, expresso na Carta Constitucional de 1824, foi formada, por campineiros e paulistas de ideais que comungavam com as aspirações populares, a escolta do progresso, na ordem política (320). As aspirações ou reclamos de um país independente foram pouco a pouco emudecidos pela seqüência dos acontecimentos. De fato, a Assembléia Constituinte de 1823, era dissolvida pelo Primeiro Império o que consolidaria, no decorrer do tempo, o poder dos portugueses - absolutistas - nos negócios públicos do país, afastando, por completo, todas as aspirações legítimas do povo brasileiro (321). É sob esta atmosfera política que analisaremos o posicionamento dos campineiros frente a uma ameaça de recolonização. Em sessão da Câmara de 2 de abril, 1831 "*compareceu o cidadão Francisco Alvares Machado de Vasconcellos e offereceu uma representação que elle como organ de 211 cidadãos deste municipio que assigna*

[319] O movimento denominado combate de "Venda Grande" recebeu tal denominação devido ter sido realizado em um engenho deste mesmo nome, localizado nos arredores de Campinas. Foi neste local, em 7 de junho de 1842 que os liberais campineiros revoltosos encontravam-se reunidos. Octavio. Apontamentos Históricos e Estatísticos de Campinas. Ob. cit., 1907, p. 24.

[320] Amaral. A Cidade de Campinas em 1901. Ob. cit., p.33.

[321] Prado Junior. Evolução Política do Brasil e outros estudos. Ob. cit., pp. 52 a 58.

vam se offereciam por si e com seus bens para a defesa da independencia e monarchia constitucional que se acham em perígo e ameaçados por estrangeiros recolonizadores"(322). Nem o 7 de abril trouxe dias melhores (323): afastado o perigo de recolonização, surge no poder a força política reacionãria e antidemocrática que "abandonando as hesitações do passado entra definitivamente no rumo natural de sua evolução" (324). Houve somente uma fase para o ligeiro ensaio das teorias democráticas no país, período Regencial durante a menoridade de D. Pedro II.. Nesta época, realizaram-se algumas rereformas como, por exemplo, o Ato Adicional de 1834 que fazia uma pequena concessão à democracia (325). Logo após a emancipação do Imperador D. Pedro II, as instituições que se organizaram para preparar as normas de um sistema condizente com as idéias liberais do século, vêem suas aspirações truncadas com a promulgação da lei de 3 de dezembro de 1841, que deterre

---

[322] Amaral. A Cidade de Campinas em 1901. Ob. cit., p. 53.

[323] Com a abdicação de D. Pedro I, o Brasil entra na fase de consolidação do Estado Nacional. Durante esta fase enfrenta lutas contra a ameaça dos restauradores que atuaram até a morte do primeiro imperador, em 1834. É diante desta realidade que surge a força reacionária brasileira desejosa em parar o carro revolucionário. Viotti da Costa. Ob. cit., pp. 119 a 120.

[324] Viotti da Costa. Ob. cit., p. 120.

[325] Prado Junior. Evolução Política do Brasil e outros ensaios. Ob. cit., pp. 69 e 70; Viotti da Costa. Ob. cit., p. 125.

minava a Reforma do Código de Processos e seu regulamento de 31 de Janeiro de 1842, que encerrava o país num estreito círculo de dependência do poder central (326). A lei de Reforma do Código de Processos evidenciava o início do período denominado "Regresso" e esboçava, de antemão, o fortalecimento das doutrinas retrógradas e reacionárias que já tinham sido manifestadas com a criação do Conselho de Estado pela lei de 23 de novembro de 1841 e com a interpretação do Ato Adicional pela lei de 12 de maio de 1840(327).

A promulgação de todas estas leis, no início do período denominado "Regresso", trouxera como consequência a insurgência de São Paulo e Minas contra o Ministério que segurava as rédeas do absolutismo (328). Os conservadores estavam no poder desde 23 de março de 1841, e os liberais de São Paulo, sob o comando do Brigadeiro Rafael Tobias Aguiar, projetaram ocupar a província do Estado com o objetivo de depor o presidente. Campinas, fulcro desse movimento, além de acolher revoltosos organizou forças contra o governo absolutista. Aguardando o momento para a tomada da

---

(326) Prado Junior. Evolução Política do Brasil e outros ensaios. Ob. cit., pp. 78 e 79.

(327) Prado Junior. Idem. pp. 125 e 126.

(328) Amarel. A Cidade de Campinas em 1901. Ob. cit., p.33.

província, os liberais campineiros encontravam-se acoutados no engenho "Venda Grande", quando foram surpreendidos por forças legais ou governamentais que, em combate, liquidaram a ação revolucionária campineira e paulista (329). Esta passagem ilustra bem o espírito liberal e o engajamento político possuído pelos habitantes da região. Apesar de o município entrar na segunda metade do século XIX marcado pela derrota de um combate liberal contra o governo regressista - que havia subjugado nas rodas oficiais a onda democrática e liberal(330)-não deixará de evidenciar o seu espírito progressista (331) em questões políticas, enquanto reflexo das transformações econômicas ocorridas no decorrer do Segundo Império (332).

### 3.2. A configuração dos partidos políticos e o seu desenvolvimento no âmbito da sociedade.

Como vimos no item 3.1., as primeiras aspirações políticas campineiras não foram ao en

(329) Amaral. A Cidade de Campinas em 1901. Ob.cit., p. 33; Mello Pupo. Ob. cit., pp. 126 a 129.

(330) Prado Junior. Evolução Política do Brasil e outros estudos. Ob. cit., p. 78.

(331) Viotti da Costa. Ob. cit., p. 318.

(332) Octavio. Apontamentos Históricos e Estatísticos de Campinas. Ob. cit., 1907, p. 25.

contro da excessiva centralização que caracterizou a Maioridade de D. Pedro II. A administração Imperial, dominada por uma aristocracia que se formou a partir da prosperidade econômica do Vale do Paraíba (333), na primeira metade do século XIX, não se afinava com as iniciais pretensões políticas da região de Campinas.

Se já na década de 40 as pretensões políticas da região campineira não se afinavam com a realidade política imperial vigente, como tivemos oportunidade de constatar no item 3.1., as divergências foram se aprofundando no decorrer do Segundo Império. Como consequência, surgem as mudanças econômicas e sociais externadas pelo clima político vigente na região (334).

---

(333) A prosperidade econômica do Vale do Paraíba deu origem a uma aristocracia conservadora: Barões do Café. Foi esta aristocracia, por sua vez, que passou a controlar direta e indiretamente a vida econômica, social e política do país após a Maioridade de D. Pedro II, ou seja, durante o decorrer do Segundo Império. Cf. Viotti da Costa, Ob. cit., p. 311.

(334) As transformações econômicas e sociais, ocorridas na região de Campinas, foram impulsionadas pelo caráter comercial da expansão cafeeira. Estas, se evidenciam: no surgimento de ferrovias em processos mais aperfeiçoados de beneficiamento do café, no surgimento de pequenas empresas, na substituição do braço escravo pelo livre, etc. Cf. Viotti da Costa. Idem, pp. 305 a 318.

As transformações econômicas e sociais, ocorridas no Segundo Império, vão afetar o oeste da Província de São Paulo, ou seja, terras campineiras. Assim sendo, o município campineiro evidencia a formação de um espírito ativo e empreendedor, voltado às inovações e experiências e inteiramente adepto da aceitação de novas idéias. Esta situação, como vimos, conduz a sociedade campineira a configurar a formação de um espírito mais progressista (335) que divergia inteiramente do espírito conservador-retrógrado e antiprogressista da política imperial (336).

Diante deste clima político descrito acima, surge a desigualdade entre a linha política imperial e a progressista campineira. A região, ao se converter no centro cafeicultor mais dinâmico da província, sente-se prejudicada em seus interesses, sendo suas iniciativas sistematicamente cerceadas pela excessiva centralização

---

(335) A linha política conservadora, do Segundo Império, estimulou o desenvolvimento contínuo do elemento progressista que, ligado ao espírito de empresa tornou-se ávido de reforma e cujo interesse ia de encontro com as transformações econômicas do país. Cf. Prado Junior. Evolução Política do Brasil e outros estudos. Ob. cit., pp. 83 a 86.

(336) O espírito conservador-retrógrado, que representava os interesses ligados à reação anti-progressista, evidenciava a formação política imperial encastelada no poder - em uma série de instituições políticas - que a cada passo freava a marcha do país. Cf. Viotti da Costa. Ob. cit., p. 311; Prado Junior. Evolução política do Brasil e outros estudos. Ob. cit., p. 88.

imperial (337). Conseqüentemente, o espírito centralizador imperial estimula o desenvolvimento do espírito progressista campineiro que, coerente com as transformações econômicas e sociais de sua sociedade, marca, em parte, a linha política do Segundo Império.

Para compreendermos a configuração dos partidos políticos e o seu desenvolvimento no âmbito da sociedade campineira, devemos analisar a situação política provincial paulista, pois serão suas influências que irão delinear o espírito político campineiro.

A província de São Paulo, no decorrer do Segundo Império, alcança a liderança da exportação brasileira pois a expansão cafeeira para o oeste paulista e o enfraquecimento econômico das oligarquias do Vale do Paraíba substanciam tal condição. Juntamente com este domínio econômico, evidencia-se o desejo de adquirir maior liberdade de mando frente ao poder centralizador, pois, sua representação política era na verdade, relativamente pequena(338).

---

[337] Amaral. A Cidade de Campinas em 1901. Ob. cit., p. 43.

[338] A excessiva centralização imperial, substanciada na oligarquia do Vale do Paraíba, não permitia maior representação política dos paulistas, pois, o Senado era vitalício e o Conselho de Estado pela natural imobilidade freava o caminhar evolutivo do país. Cf. Viotti da Costa. Ob. cit., p. 312; Prado Junior. Evolução Política do Brasil e outros estudos. Ob. cit., p. 88.

Apresentando prosperidade crescente, estimula e favorece a difusão de idéias com perspectiva de maior ação e domínio, devido sentir-se lesada pelo Governo Imperial. Assim, desejava não só "*obter maior autonomia como imprimir à vida econômica e política da nação as suas próprias diretrizes*" (339). Abraçando com entusiasmo a bandeira da democracia substanciada no Partido Republicano Paulista, criado em 1870 (340), os paulistas evidenciavam o ideal republicano como instrumento na realização de suas aspirações, pois, com a "*República esperavam controlar o poder de maneira mais eficaz*" (341).

Diante dessa realidade provincial, surge Campinas, como a cidade paulista que melhor acolhimento ofereceu às idéias republicanas (342), pois, em 1869, antes mesmo da criação do Partido Republicano, já inaugurava um jornal que se revelou republicano desde o início: "A Gazeta de Campinas" (343). A aspiração republicana de "A

---

(339) Viotti da Costa. Ob. cit., p. 319.

(340) O partido liberal deposto, em 1868, cindiu-se em duas alas: liberais moderados e radicais. Os radicais voltaram-se para a idéia republicana e, em 1870, agruparam-se criando o partido político republicano. Cf. Viotti da Costa. Ob. cit., p. 317; Prado Junior. Evolução Política do Brasil e outros estudos. Ob. cit., p. 88.

(341) Viotti da Costa. Ob. cit., p. 318.

(342) Amarel. Campinas Recordações. Ob. cit., p. 348.

(343) Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1914, p. 59.

Gazeta de Campinas", além de evidenciar-se em artigos de vários liberais radicais (344), que depois se tornaram repúblicanos, marca também o início da propaganda republicana campineira, antes mesmo do célebre manifesto de 3 de dezembro de 1870 (345). Tal jornal atuou no seio campineiro durante 20 anos (1869-89) refletindo os ideais republicanos e o seu iniciador foi Francisco Quirino dos Santos, jornalista e um dos promotores do movimento republicano campineiro. Como órgão de ação campineira, salientou-se como o mais longo e continuado instrumento para a implantação da República (346).

A partir de 1869, a sociedade campineira, enquanto município paulista, irradia assim, os reflexos da propaganda republicana provincial, tornando-se, no decorrer das décadas finais do Império, o foco mais ativo e intenso do ideal republicano brasileiro (347). Tal ideal

---

(344) Artigos como "O Soldado Brasileiro" e o "Governo Imperial" de Jorge Miranda, "Onde está o Governo" de Campos Salles e outros, substanciavam desde o início uma atitude republicana. Cf. Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1914, p. 59.

(345) Octavio e Melillo. Idem, p. 59.

(346) Octavio e Melillo. Idem, p. 60.

(347) O ideal republicano era um instrumento na realização de suas aspirações de mando, pois, encontravam-se reprimidos, em virtude do "excessivo poder centralizador". Cf. ~~Viotti da Costa. Ob. cit., p. 318.~~

era refletido por filhos da terra (348) que evidenciavam suas aspirações substanciadas no princípio de liberdade fraternal e igualitária (349). Ora, como escritores da Gazeta de Campinas, ora, como educadores assumiam a missão de propagadores do novo regime (350).

O partido republicano campineiro constituiu seu diretório local, em 1872 (351). Congregava em seu núcleo representantes dos grupos urbanos - médicos, engenheiros, advogados - e numerosos fazendeiros campineiros que, em sua maioria, eram assinantes do principal jornal republicano da província: "A Província de São Paulo" (352). Apesar de contar em seu diretório com fazendeiros que, não obstante

(348) Os promotores do movimento republicano campineiro foram João Quirino, Francisco Quirino, Jorge Miranda, Francisco Glicério, Campos Salles. Cf. João Alberto Salles. "O Grupo dos Cinco" in Leopoldo Amaral, A Cidade de Campinas em 1901. Ob. cit., p. 45.

(349) Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1914, p. 59.

(350) Américo Brasiliense e Rangel Pestana republicanos paulistas radicais, vieram para Campinas em início de 1870. Assumiram de imediato a função de educadores dos Colégios São João e Internacional. Como educadores reservaram a missão de afeiçoar o espírito da mocidade campineira frente ao ideal republicano. Cf. Octavio e Melillo. Idem., p. 59.

(351) Amaral. Campinas Recordações. Ob. cit., p. 345.

(352) Viotti da Costa. Ob. cit., p. 318; Amaral. Campinas Recordações. Ob. cit., pp. 106 e 348.

algumas experiências com o trabalho livre, continuavam na sua maioria dependendo do trabalho escravo, o partido republicano campineiro não se eximiu da tarefa de propagar e desenvolver a idéia de liberdade, pregando as doutrinas sobre a questão abolicionista (353). Segundo Raymundo Faoro, a não existência de atritos fundamentais entre abolicionistas e republicanos, e este poderia ser o caso campineiro, advinha da convivência da mão-de-obra servil com o trabalho livre. Esta convivência evidencia um caráter anti-econômico do escravo, "*impróprio para a retração nos momentos de crise, com o capital fixo e imobilizado perturbando a racionalidade da empresa*"(354). O município campineiro vinha irradiando suas forças em prol do movimento político republicano desde a década de 70. Em 5 de Janeiro de 1882 evidenciou claramente, um marco evolutivo de sua propaganda devido a uma homenagem prestada aos deputados provinciais do Partido Republicano. Além disso, este significativo acontecimento realizado em Campinas, induziu o republicano Dr. Martinho

---

(353)Os dirigentes do partido republicano paulista faziam questão em frisar que a causa abolicionista não era questão do partido republicano. Esta posição visava o interesse em preservar as simpatias do meio rural. Apesar desta posição, o partido republicano campineiro, malgrado aos adversários da emancipação, não deixou de desenvolver a idéia abolicionista. Cf. Viotti da Costa. Ob. cit., p. 318; Amaral. Campinas Recordações. Ob. cit., p. 148.

(354)Faoro. Ob. cit., p. 457.

Prado Junior a salientar que a cidade campineira "*havia se tornado o centro principal do republicanismo brasileiro*" (355) que alicerçou suas bases no triunfo de 15 de novembro de 1889.

---

(355) Amaral. Campinas Recordações. Ob. cit., p. 60.

CAPÍTULO IV

AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-POLÍTICO-ECONÔMICAS DA REGIÃO  
DE CAMPINAS E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO

INTRODUÇÃO:O Desenvolvimento sócio-político-econômico e a sua influência na expansão escolar campineira.

Se na primeira metade do século XIX, a sociedade campineira já apresentava um certo desinteresse pela educação popular (356), a partir de meados do mesmo século a instrução pública tornou-se definitivamente condenada até o final do Império em virtude de uma mudança ocorrida na Constituição no ano de 1834. Esta mudança deu-se nos termos do Ato Adicional que ao determinar a descentralização do ensino, iria propiciar a omissão dos Poderes Geral e Provincial no campo da instrução pública. Enquanto as províncias carentes de recursos financei

---

(356) Apesar da Constituição de 1824 estabelecer um regime monárquico, constitucional e representativo determinando um regime de representação popular e estimulando o desenvolvimento de um movimento educacional em prol da instrução pública, na realidade os frutos desta manifestação foram muito restritos. Cf. Azevedo, A Cultura Brasileira, Ob. cit., p. 328.

ros, técnicos e humanos não podiam arcar com o ônus do setor educacional, o Poder Central omitiu-se totalmente através de uma falsa interpretação do Ato, apelando para a descentralização que este determinava. Na verdade o texto do Ato não impedia a ação do Poder Central em benefício das províncias (357).

A origem de toda esta insensibilidade para com o trato do problema educacional da população encontrava-se na própria estrutura sócio-político-econômica campineira. Esta, como parte do todo imperial, manteve-se como na Colônia. Sob os moldes de uma economia agrícola e monocultural mantinha, até a década de 60, mais de 50% da população em regime de escravidão. Sob esta estrutura, o ensino oficial campineiro só poderia ter sido deficiente já que a ênfase recaía no ensino superior (profissões liberais) frequentado por elementos das classes dirigentes (358).

Apesar deste lamentável panorama no tocante a instrução pública, a população campineira, a partir de meados do século XIX, impulsionada pela expansão econômica cafeeira que propiciou o desenvolvimento urbano em

---

(357) Haider, Ob. cit., p. 30; Azevedo, A Cultura Brasileira. Ob. cit., p. 329.

(358) Azevedo, A Cultura Brasileira. Ob. cit., p. 335.

detrimento do rural, tende pouco a pouco para uma mentalidade mais progressista (359). Assim associando-se às inovações e experiências tornou-se aberta a veiculação de novas idéias. O fazendeiro outrora voltado apenas para sua propriedade, passa a empregar seus recursos extra-muros tornando uma espécie de empresário. Nesse novo estágio de idéias anti-conservadoras que permitiam a compreensão da representação popular estabelecida na Constituição de 1824 passaram a nortear seus pensamentos. Em outras palavras, o povo campineiro embuído por tendências mais progressistas, compreendeu-se que pouco deveria esperar do governo e voltou suas atenções para a iniciativa particular. O deficiente ensino oficial deu ensejo a que se abrisse caminho para a iniciativa particular no setor educacional.

Em resumo, foi em virtude do desenvolvimento sócio-político-econômico estruturado na grande lavoura, que a educação campineira pode combater, em termos, a ignorância e difundir a instrução. Em outras palavras, os reflexos dessa nova estrutura sócio-político-econômica sobre a educação propiciaram a proliferação de instituições privadas visando suprir o deficiente número de escolas públicas e permitindo a expansão escolar na região.

---

[359] A tendência progressista acompanhou as transformações econômicas ocorridas no segundo Império. Foi contra a mentalidade conservadora - retrógrada e anti-progressista da política Imperial do segundo Império. Cf. Viotti da Costa. Ob. cit., p. 185.

## 2. A instrução pública em Campinas.

### 2.1. As primeiras instituições escolares campineiras e a situação do ensino público no município até o sexto decênio do século XIX.

Enquanto colônia, o Brasil apresentava no decorrer do século XVIII, evidências de uma política metropolitana opressiva. No setor econômico propriamente dito, isto se traduzia na economia mineira (1700-80); no setor educacional, esta situação manifestava-se através de uma reforma de ensino trazendo de modo subjacente a nova ordem pretendida em Portugal (360).

A reforma pombalina da instrução pública de 1759 (361), ao expulsar os jesuítas do reino português, estende os seus reflexos na Colônia, modificando completamente a orientação educacional no aspecto pedagógico

---

(360) O Brasil enquanto colônia é submetido à política metropolitana e, conseqüentemente, as modificações ocorridas em sua infra-estrutura refletem no campo educacional.

(361) A reforma pombalina tinha por objetivo modernizar a cultura da Metrópole - que se mantinha medieval - com base nas idéias do movimento iluminista que tomou corpo no final do século XVII e caracterizou o século XVIII. Cf. Maria Luiza Santos Ribeiro. História da Educação Brasileira. São Paulo, Editora Cortez & Moraes, 1978, pp. 12 e 16.

gico como no administrativo (362). O ensino colonial, até então alicerçado no sistema jesuítico (363), assume o caráter de ensino público estruturado em aulas régias (364) e passa a ter sua administração centrada na Metrôpole (365). Portanto, sob a influência da reforma, o ensino colonial é desarticulado e as províncias ficam sem qualquer sistema escolar, sobretudo o elementar (366). Esta realidade, além de

[362] Antes da reforma educacional pombalina o financiamento, a administração e as diretrizes pedagógicas da educação colonial estavam nas mãos dos jesuítas sob as prescrições do "Ratum Studiorum", que educava o cristão a serviço da ordem religiosa. Após a reforma, o ensino tornou-se ensino público propriamente dito, ou seja, aquele não só financiado e administrado pelo Estado, como também, com o objetivo de formar o cidadão. Cf. Manfredo Berger. Educação e Dependência. Porto Alegre. Difel, 1976, p. 165; Santos Ribeiro. Ob. cit., p. 15.

[363] A vinda dos primeiros jesuítas em 1549, pode ser considerada como o início da educação escolar no Brasil. Cf. Berger. Ob. cit., p. 164.

[364] O sistema jesuítico foi substituído por aulas isoladas, denominadas régias. Eram constituídas por matérias fragmentárias e dispersas e não possuíam classificação de alunos nem graduação de ensino ou planejamento didático. Cf. Azevedo. Cultura Brasileira. Ob. cit., p. 321.

[365] Com a administração centrada na Metrôpole o controle e fiscalização do ensino colonial tornou-se ineficaz. A reforma pombalina não visava diretamente a Colônia e por isso não levou em consideração a situação e as dificuldades específicas desta. Cf. Berger. Ob. cit., p. 166.

[366] As medidas adotadas por Pombal além de desarticular o sistema jesuítico - voltado para o ensino médio - não instituí qualquer medida quanto ao ensino elementar até então inexistente na Colônia, pois este nível de ensino estava reservado à família. Cf. Oliveira Lima. Ob. cit., p. 104, Santos Ribeiro. Ob. cit., p. 13.

refletir o desinteresse da Metrôpole em equipar a Colônia com um sistema educacional eficiente, reflete também a ausência de meios para fiscalizar e orientar as escolas régias aqui existentes (367).

Pelo panorama apresentado acima, facilmente podemos constatar que a reforma pombalina não podia gerar grandes frutos à educação nas províncias. Conseqüentemente, a reforma deixou as escolas régias primárias do início do século XIX em estado lastimável (368). Esta realidade advém tanto da falta de um sistema de cadeiras necessárias à instrução pública como da prática escolar ser exercida por homens ignorantes e, naturalmente, sem qualquer noção de pedagogia (369). Este quadro do ensino público com todas as deficiências aqui apresentadas é o que vamos encontrar no município de Campinas.

---

[367] A fiscalização e nomeação de professores eram realizadas pelos governadores das províncias enquanto representantes da autoridade metropolitana. Porém, as atribuições que estes recebiam pelas cartas régias não sanavam o precário esquema de aulas isoladas sem qualquer plano sistemático de estudo, com uma administração centrada na Metrôpole. Cf. Bastos Silva. Ob. cit. p. 187; Tito Lívio Ferreira. História da Educação Lu sobrasileira. São Paulo. Edição Saraiva, 1966, p.223; Berger. Ob. cit., p. 166.

[368] "Em carta do Príncipe do Brasil e Regente do Reino de Portugal, D. João, futuro D. João VI, escrita no Palácio de Queluz, em Lisboa, ao Governador de São Paulo Antonio Mancel de Melo Castro e Mendonça (1797-1802), o monarca fala do estado lastimável em que se encontravam as escolas menores em todas as Capitâneas do Estado do Brasil. Lívio Ferreira. Ob. cit., p.223.

[369] Primitivo Moacir. A Instrução Pública no Estado de São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1942, p.6; Bastos Silva. Ob. cit., p. 188.

A região de Campinas viveu os primeiros anos do século XIX praticamente sem qualquer assistência educacional régia. De acordo com um atestado de 1819, da Câmara Municipal somente a partir de 1816 funcionou no município uma escola pública, comumente chamada régia e ministrada pelo padre Bernardo José da Silva (370). Apesar desta omissão pública, o ensino em Campinas, neste período, foi exercido e mantido por sacerdotes (371). Conseqüentemente, estes, além de serem os responsáveis pelas primeiras escolas campineiras situadas no núcleo urbano, na época, apêndice do mundo rural (372) propiciam também o início da educação popular, atendendo a população pobre da Vila (373). Em nível de

---

(370) Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1912, p. 74.

(371) Entre os que exerceram a profissão de mestre escola em Campinas, nos primeiros anos do século XIX, encontramos padre Feijó no ano de 1912. Sua contribuição realizou-se antes mesmo de tornar-se sacerdote, pois, abriu uma escola de primeiras letras em 1802 ou 3. Cf. Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1912, p. 74.; João Lourenço Rodrigues "Subsídios para a História do Ensino em Campinas" in Monografia Histórica do Município de Campinas. Ob. cit. p. 389 e 390; "Viagem a São Paulo 1868 outubro" in Gazeta de Campinas. Etiqueta 93, n.º 348, 17 de abril de 1873 p. 1 e 2.

(372) Apesar da sociedade campineira basear-se na auto-suficiência dos latifúndios evidenciando uma economia de subsistência não deixa de iniciar o desenvolvimento de sua área urbana como apêndice do mundo rural.

(373) Campinas, possuidora de uma relação sócio-econômica de senhores e escravos de base agrária exportadora, não deixa de iniciar a educação popular em seu núcleo urbano. O ensino dos filhos de proprietários de terra - o habitual ensino aos moços - era realizado nos engenhos e em colégios de fora. Mello Pupo. Ob. cit., pp. 117 e 118.

instrumentalização técnica, o ensino nestas escolas assume um caráter incipiente e restrito quanto a objetivos e conteúdo. Apesar de restringir-se apenas à leitura, escrita e cálculo, já era o bastante para atender as atividades dos artesãos e comerciantes campineiros (374).

Logo após a instituição do regime monárquico, constitucional e representativo, irradia-se no Brasil um movimento educacional que visava a favorecer o ensino popular ou ensino público até então ineficaz. Deste movimento, resulta a lei de 15 de outubro de 1827 (375) que, pela primeira vez no Brasil, determina a criação de escolas de primeiras letras "em todas as cidades, villas e logares mais populosos" (376). Em seu artigo 1º, prescrevia a proliferação de escolas de primeiras letras em todo o país e em seu artigo 11º a criação de escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas (377).

---

(374) Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1912, p. 75.

(375) Os outros resultados alcançados pelo movimento educacional foram: lei de 20 de outubro de 1823, que aboliu os privilégios do Estado para dar instrução, inscrevendo o princípio de liberdade do ensino sem restrições e Título VIII, artigo 179, nº 32 da Constituição de 1824, que garante a instrução primária gratuita a todos os cidadãos. Cf. Barcellos. Ob. cit., p. 270; Azevedo. A Cultura Brasileira. Ob. cit., p. 328.

(376) Lei de 15 de outubro de 1827. Cf. Oliveira Lima. Ob. cit. p. 105.

(377) Oliveira Lima. Ob. cit., p. 106.

Apesar de coerente com a situação de um país autônomo, a posição otimista, que envolve a lei de 1827 evidencia, na realidade, a incapacidade do governo de organizar a educação popular (378). O Município campineiro vai refletir claramente esta realidade nove anos após a promulgação da lei de 1827, apresentando, nesta altura, um ensino sob as mesmas bases em que a Independência o encontrara. Sem apresentar qualquer vestígio de aplicabilidade da lei em favor da educação pública elementar, Campinas mantém no seu quadro institucional em 1836 apenas uma escola régia - escola pública masculina com 45 alunos (379) - sob as tradições do período colonial (380). Com este número irrisório de escolas públicas para atender a necessidade da popula

---

(378) A execução desta lei fracassa inicialmente pela falta de meios técnicos e financeiros. Cf. Berger. Ob. cit., p. 167; Azevedo. A Cultura Brasileira. Ob. cit., p. 328.

(379) No ano de 1836 existia em Campinas apenas uma escola elementar pública masculina, pois a feminina só foi criada em 1844 sob a atuação do governo da Província de São Paulo. Cf. Müller. São Paulo em 1836. Ob. cit., p. 264; Octavio e Melillo, Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1912 p. 75; Julio Maria no. Campinas de Ontem e Anteontem. Editora Maranata. 1970, p. 22; "Instrução Pública" in Gazeta de Campinas etiqueta 82, 8 de dezembro de 1869.

(380) "A escola pública era casa sem ar e luz, menino sem livros, livros sem métodos, escola sem disciplina era a penitenciária do menino e o ganha-pão do mestre". Lourenço Rodrigues. Artigo citado in Monografia Histórica de Campinas. Ob. cit., p. 395.

ção, a região apresenta um insignificante número de elementos alfabetizados. Com uma população de 6.689 habitantes, onde 3.917 eram escravos e 2.772 eram livres, apenas 205 pessoas sabiam ler e escrever, ou seja, somente 1,3% da população livre era alfabetizada (381).

Com este panorama, Campinas demonstra a não realização dos objetivos que alicerçavam a lei de 1827 (382), pois a meta prioritária desta envolvia a criação de escolas de primeiras letras masculinas e femininas em vilas e cidades mais populosas. Toda esta situação demonstra a incompatibilidade de conciliação entre os ideais da legislação e a realidade sócio-econômica da sociedade campineira. Como parte de todo Imperial, esta se mantém, como na Colônia, organizada sobre uma economia agrícola e patriarcal baseada na auto-suficiência dos latifúndios, com mais de 50% da população sob regime de escravidão. Assim, apresentava total desinteresse pela educação popular (383). Com tal base econômica só poderia evidenciar completa insensibilidade para com o trato do problema educacional da população (384). Em resumo, o fracasso da educação pública elementar em Campinas, e no resto do país, deveu-se ao fato de o Governo Impe

[381] Artigo citado in Correio Popular: 11 de julho de 1978, p. 2; Möller. São Paulo em 1836. Ob.cit., p.58.

[382] A única atuação do Governo Imperial no campo da instrução pública desde a Independência se resumiu na lei de 15 de outubro de 1827.

[383] Azevedo. A Cultura Brasileira. Ob. cit., p. 335.

[384] Bastos Silva. Ob. cit., p. 194.

rial não ser capaz de organizá-la neste tipo de sociedade. A lei de 1827, segundo Lauro de Oliveira Lima, foi mais "uma permissão ou o levantamento de uma proibição" (385) do ensino elementar no Brasil do que aquilo que realmente traduzia.

Através de uma mudança na Constituição no ano de 1834, foram tomadas decisões administrativas que atingiram profundamente a educação pública na província paulista. Com a instituição do Ato Adicional, o ensino campineiro ficou sob a responsabilidade da Província de São Paulo que, por sua vez, assumiu o compromisso de criar e manter escolas primárias e secundárias no município. Enquanto esta atribuição é dada à Assembléia Provincial, o governo central passa a ocupar-se exclusivamente com o ensino superior em todo o país e com o sistema escolar no Distrito Federal (386).

Diante dessa nova orientação que, em teoria, se coadunava perfeitamente com o espírito liberal e descentralizador do Ato (387) a instrução pública

---

(385) Oliveira Lima. Ob. cit., p. 104.

(386) Azevedo. A Cultura Brasileira. Ob. cit., p. 329.

(387) A competência atribuída às assembleias provinciais permitia que estas atendessem as condições e necessidades locais. Cf. Bastos Silva. Ob. cit., p. 194.

campineira, se até então era ineficaz, torna-se definitivamente condenada a permanecer assim até o final do império. Se a Província de São Paulo não se encontrava preparada para assumir o encargo e nem dispunha de recursos financeiros, técnicos e humanos para assumi-los (388), o governo geral por sua vez, exime-se totalmente do encargo de criar estabelecimentos de nível primário e secundário no município, deixando a cargo da província estes ramos de instrução (389).

Apesar deste panorama lamentável no tocante a instrução pública, a sociedade campineira apresenta um espírito progressista. De fato, a Constituição de 1824 estabelece um regime de representação popular. Ora tal representação não se pode instituir na prática sem que o povo possa participar, ou seja, sem que ele possua algum grau de escolaridade. Com a total omissão dos governos imperial e provincial no setor educacional, três anos após a promulgação do Ato Adicional, em 1837, a população campineira resolve comunicar ao governo da Província de São Paulo o estado de abandono em que se achavam os alunos de sua única escola régia(390). Além dessa situação de abandono, havia também a queixa

---

(388) Haider. Ob.cit., p. 30.

(389) De acordo com o Ato Adicional, o Governo Central não estava proibido de criar estabelecimentos primários e secundários nos municípios das províncias mas, na prática, abstem-se totalmente desta função. Cf. Haider. Ob.cit., p. 18.

(390) Julio Mariano. Ob. cit., p. 19.

de que os alunos não apresentavam nível de adiantamento compatível com o seu tempo de escolaridade (391). Esta realidade é refletida no depoimento de A. Maria de Moura, que em 1839 salienta a ineficaz inspeção às escolas existentes da província paulista (392). Praticamente sem fiscalização e orientação, esses estabelecimentos não poderiam oferecer um ensino eficiente.

Quando Campinas já havia adquirido classificação de cidade em virtude do progresso e riqueza econômicos propiciados pela lavoura açucareira, o Governo da Província de São Paulo decide encarar mais seriamente o problema do ensino. Em 1845, faz tentativas para melhorar a inspeção da instrução pública na província e, além disso, cria uma escola normal primária para preparar mestres que até então não tinham se habilitado (393). Esse ato provincial é comunicado a Campinas através de uma circular enviada à edilidade local que enfatizava a necessidade de maior fiscalização do ensino público existente no município (394). Além dessa preocupação quanto à fiscalização

---

(391) Julio Mariano. Ob. cit., pp. 20 e 22.

(392) Primitivo Moacir. Ob. cit., pp. 42 e 43.

(393) Primitivo Moacir. Ob. cit., pp. 43 e 45.

(394) Julio Mariano. Ob. cit., p. 23.

do ensino, o Governo da Província cria nesta mesma década, no município de Campinas, a primeira escola pública feminina (1844)(395) e a primeira cadeira pública secundária masculina de latim e francês (1845)(396). Estas medidas, contudo, não chegam a modificar o estado em que se encontrava a instrução pública campineira, que deixava a desejar tanto em qualidade de ensino quanto em quantidade de escolas com poucas instalações escolares e com tantas deficiências no tocante a métodos e compêndios (397) que chega a justificar o pronunciamento do presidente da província que, em 1849, qualifica o ensino público paulista com total *"ausência de métodos, carência de compêndios e de prédios escolares"* (398).

Na década de 50, a Província de São Paulo contava no campo da instrução pública com 169 escolas primárias e 24 cadeiras de latim e francês(399). Pertenciam ao município de Campinas apenas duas escolas públicas primárias, sendo uma masculina e uma feminina, e uma cadeira pública secundária de latim e francês criada em 1845,

---

(395) A autorização para a criação de escola pública para meninas encontra-se no art.11º da lei de 15 de outubro de 1827. O Governo Imperial nada fazendo, Campinas é beneficiada em 1844 com esta instituição por iniciativa do governo da Província paulista.

(396) Julio Mariano. Ob. cit., p. 24.

(397) Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1912, pp. 75 e 82.

(398) Primitivo Moacir. Ob. cit., p. 46.

(399) Primitivo Moacir. Ob. cit., p. 46.

pelo governo da província. Este quadro atravessa toda a década de 60, como pode ser constatado por um exame dos dados fornecidos abaixo pelos mapas de estabelecimentos existentes na região nos anos de 1857, 1862 (400) e 1869 (401).

1857			
3 escolas públicas: 2 masc. 1 fem.	}	2 primárias (1 masc.-1 fem.)	.... 46 alunos
		1 secundária (masc.)	.... 10 alunos
			56 alunos

1862			
3 escolas públicas: 2 masc. 1 fem.	}	2 primárias (1 masc.-1 fem.)	..... 98 alunos
		1 secundária (masc.)	..... 13 alunos
			111 alunos

1869			
3 escolas públicas: 2 masc. 1 fem.	}	2 primárias	total
		1 secundária	137 alunos
			(100 masc. 37 fem.)

(400) Mappa dos estabelecimentos de instrução primaria e secundária do Districto de Campinas. Arquivo do Estado de São Paulo, lata 11, n.º de ordem 5036, referente aos anos 1857 e 62.

(401) "Estatística de 1869" in Gazeta de Campinas. Etiqueta 82 14 de novembro de 1869; Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1912, p. 80.

Pelo que pudemos perceber, o que ocorreu foi apenas um aumento relativo de alunos. Permanece o não atendimento das necessidades escolares do município por parte dos governos provincial e imperial. Se este se eximiu da obrigação alegando o exercício da descentralização do ensino que, por sua vez, não o impossibilitava de atuar, aquele não obteve condições e meios adequados para atender aquelas necessidades (402). Diante desta realidade, nenhum distrito no território paulista, como Campinas, soube compreender melhor o sentido e a importância da educação e, mais que compreender, dedicar-se ao seu desenvolvimento por meio de instituições particulares. Na década de 60 lança-se já na difusão do ensino particular para suprir o deficiente atendimento do ensino público existente.

---

(402) Campinas destacava-se pelo seu porte na balança de impostos e assim via-se cerceada pelas exigências da contribuição geral substanciada na partilha provisória da lei de 31 de outubro de 1835. Em 1871 "Campinas paga anualmente de impostos geraes, nada menos do que 900:000\$000 e de impostos provinciaes nada menos de 400:000\$000. A produção do café do município é estimada em um milhão de arrobas". "O que é Campinas" in Gazeta de Campinas, etiqueta 83, 2 de março de 1871.

3. O início do período denominado "Ilustração Brasileira" e sua configuração na sociedade campineira.

3.1. O surgimento dos primeiros internatos na década de 60 em decorrência do deficiente atendimento da instrução pública campineira.

Apesar de o governo em sua "fala do trono" de 1877 observar que o ensino nas províncias apresentava progresso sensível (403), os relatórios sobre a instrução pública da Província de São Paulo de 1866 e 74 constatavam que este ramo de serviço se encontrava em "lamentável estado de abatimento" (404). Na realidade, os acontecimentos além de não estarem de acordo com o ponto de vista governamental, evidenciam, de longa data, o péssimo estado da instrução pública na província paulista.

Em 1866, a Província de São

(403) "Fala do trono e a Instrução Pública" in A Gazeta de Campinas, 11 de fevereiro de 1877, etiqueta 189, n.º 980.

(404) Diogo de Mendonça Pinto. Relatório sobre a Instrução Pública da Província de São Paulo em 1866. São Paulo. Typografia Imparcial de J.R. de Azevedo Marques, 1867, p. 5; Francisco Aurélio de Souza Carvalho. Relatório sobre o Estado da Instrução Pública da Província de São Paulo no anno de 1874. São Paulo. Typografia do "Diário", 1875, p. 10 .

Paulo já reconhecia unanimemente a precariedade do ensino (405) e que, desde a instituição do Ato Adicional de 1834, vários elementos vinham corroendo sua estrutura no campo das escolas públicas. Aquela reforma constitucional, ao institucionalizar a descentralização do ensino, rompe com a possibilidade de uma linha ou diretriz comum ao sistema educacional e, conseqüentemente, a instrução pública passa a refletir a situação econômica de cada província (406). Para compreendermos esta realidade, devemos traçar um breve retrospecto a partir do Ato Adicional porque será em virtude do quadro crítico da instrução pública na década de 60 que as atenções se voltam para o desenvolvimento do ensino particular.

Na prática, a ação cumulativa determinada pelo Ato Adicional que possibilitava a criação nas províncias de dois sistemas paralelos de ensino (provincial e geral) não se manifestou, conforme abordamos

---

(405) Primitivo Moacir. *Ob. cit.*, p. 49.

(406) A reforma de 1834 em vez de estabelecer medidas para um sistema de ensino público, senão uniforme e centralizado, ao menos subordinado a diretrizes comuns, o agravou mais ainda pelo fato de não estabelecer pontes ou articulações entre os níveis de ensino deixando-o inorganizado, anárquico e desagregado, pois havia grande diversidade nas leis provinciais relativas a instrução. Cf. Azevedo. *A Cultura Brasileira*. *Ob. cit.* p. 331; Berger. *Ob. cit.*, p. 168; "Relatório do Ministro do Império" in *Gazeta de Campinas*, 1º de agosto, 1872.

no item 1.1 (407). Em contrapartida, gerou uma pseudodes centralização do ensino em virtude do governo geral não aceitar os exames dos liceus provinciais para o ingresso nas faculdades que lhe eram subordinadas(408). Esta realidade tra duz, por um lado, a omissão do poder geral do direito e obri gação de criar estabelecimentos de ensino primário e secun dário nas províncias (409) e, de outro, a atuação em rejei tar os exames dos liceus provinciais transformando-os em en sino preparatórios para as academias (410). Em resumo, se di retamente a atitude do poder geral foi de total omissão quan to à criação de estabelecimentos de ensino na província, in diretamente manteve nestas o controle do ensino secundário. Conseqüentemente o ensino público passa a refletir a situa ção de cada província que, por sua vez, enfrentando dificul

---

(407) A atribuição dos poderes geral e provincial no campo da instrução pública segundo o Ato Adicional era cumu lativa, porém, na prática não se criaram por leis gê rais qualquer estabelecimento de ensino primário e se cundário nas províncias. Cf. Haider. Ob. cit., pp.18 e 19.

(408) A pseudo-descentralização do ensino gerada pelo Ato Adicional manifestou-se no controle indireto que o go verno central possuía sobre o ensino secundário, que reproduzia em seu currículo as disciplinas fixadas pe lo Centro para os exames de ingresso nas Academias. Cf. Haider. Ob. cit., p. 19; Azevedo. A Cultura Brasileira Ob. cit., p. 345.

(409) Haider. Ob. cit., p. 19.

(410) O ensino provincial transformou-se em preparatório pa ra as academias por reproduzir em seu currículo o con junto de disciplinas fixadas pelo Centro. Cf. Haider. Ob. cit., pp.19,22 e 23; Bastos Silva. Ob. cit., p.202; "Instrução Pública" in Gazeta de Campinas, nº 2825, 23 de junho de 1883, p. 1.

dades financeiras nem sempre subsidiavam seus próprios serviços administrativos em virtude da insuficiente arrecadação de impostos (411). Esta situação permanece no decorrer do Segundo Império e o elemento responsável pela continuação desse processo foi o movimento de reação iniciado três anos após a promulgação do Ato Adicional de 1834. Esta política de caráter centralizador, além de não atuar na área educacional das províncias durante o Regresso (412), deixa o auto-suficiência econômica das mesmas apenas na letra da lei(413) . Fatores de ordem cultural e econômica justificavam este comportamento que se traduzia na falta de entusiasmo pela difusu

---

[411] Oliveira Lima. Ob.cit.,p. 110; Haider. Ob. cit.,pp. 24 e 30; Azevedo. A Cultura Brasileira.Ob.cit.,p. 345.

[412] O movimento de reação de 1837 visava disciplinar o caos que se instalou nas assembleias locais após a reforma constitucional de 1834. Sob o pretexto de autonomia das províncias, as assembleias locais exorbitaram suas funções, invadindo áreas da competência do poder central. Contudo, no tocante a educação as medidas centralizadoras não tinham um caráter drástico, embora existissem dificuldades à ação legisladora das Assembleias Provinciais. Nesse campo o poder central eximia-se de qualquer ação protextando a descentralização do ensino existente no espírito da legislação de 1834. Cf. Haider, Ob.cit., pp. 23 e 24.

[413] O Ato Adicional de 1834 no seu § 5º art.10 conferia autonomia econômica às províncias. Contudo a lei de 31 de outubro de 1835 viria determinar uma partilha altamente desfavorável às províncias. Esta partilha em primeira instância teria caráter provisório e seu objetivo era recompôr o país de péssima situação financeira, na qual se encontrava. Contudo com o passar do tempo ela viria a ser definitiva. Cf. Haider. Ob. cit.,p.41.

são de ensino e na mesquinhez dos meios financeiros voltados para o mesmo (414). As raízes desses males encontravam-se na própria estrutura sócio-econômica, agrária e escravocrata, que se manteve no decorrer do Segundo Império. Sob esta estrutura, a ênfase recaía no ensino superior (profissões liberais) pois para ele se dirigiam os rapazes das classes dirigentes (415). Permanecia a educação popular praticamente em completo abandono (416). Se o ensino popular era escasso e era para as escolas superiores que se voltavam todas as atenções, o prestígio do ensino secundário aumentou em virtude do caráter de seus cursos, simples preparação para o ensino superior. Toma ele então grande impulso, não por ação dos governos imperial e provincial, mas por iniciativa particular para atender a clientela vinda das classes mais privilegiadas (417).

---

[414] "Contra a participação do Poder Central no desenvolvimento do ensino nas províncias levantou-se, entretanto, a oposição aparentemente paradoxal de elementos mais radicais da ala conservadora. Na verdade o receio de ver desfalcados os cofres gerais levava-os a apelar para o Ato Adicional e os constituía defensores da autonomia provincial no campo do ensino primário e secundário". Haider. Ob. cit., p. 35.

[415] Azevedo. A Cultura Brasileira. Ob. cit., p. 335.

[416] Azevedo. A Cultura Brasileira. Ob. cit., p. 334; Bastos Silva. Ob. cit., p. 194.

~~[417] Azevedo. A Cultura Brasileira. Ob. cit., p. 344.~~

Este panorama que acabamos de descrever para justificar o lamentável estado de instrução pública na década de 60 justifica, ao mesmo tempo, o caminho para a desoficialização do ensino (418). As instituições particulares, independentes da ação do governo imperial e provincial, encontram caminho aberto para desenvolver-se não só pelo fato de a instrução primária e secundária provincial encontrar-se estrangulada pelos orçamentos locais, mas também pela equiparação de seus cursos para matrícula nas academias subordinadas ao poder central (419). A proliferação das instituições particulares vem suprir as deficiências do ensino oficial, reconhecida por todos e experimentam de 1860 a 90 um período de apogeu do ensino secundário particular(420).

No decorrer do Segundo Império, nenhuma província como São Paulo e nenhum município do território paulista como Campinas souberam compreender tão bem as vantagens da instrução particular e, mais que compreende-las, dedicar-se a elas (421). Ao iniciar a década de 60

---

(418) Haider. Ob. cit., p. 30.

(419) As instituições particulares possuíam os mesmos direitos que as instituições oficiais ou liceus provinciais quanto a habilitação de alunos para as academias subordinadas ao poder central. Cf. Azevedo. A Cultura Brasileira. Ob. cit., p. 345.

(420) Azevedo. Ob. cit., pp. 345 e 346.

(421) Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1912, p.74; "Instrução Popular" in Gazeta de Campinas, etiqueta 107, n° 942, 19 de janeiro de 1877, p. 1.

Campinas já se preocupa com o insignificante número de escolas públicas existentes para o seu desenvolvimento populacional. Com uma população estimada em 21.000 habitantes (14.000 escravos e 7.000 livres) dos quais 5 a 6.000 viviam na área citadina (422), Campinas possuía apenas três escolas públicas, duas eram primárias e uma secundária (423). Em 1836 existia uma escola pública para uma população de 2.722 habitantes, enquanto que na década de 60 havia apenas três escolas públicas para uma população de 7.000 habitantes. Constituída de uma população onde mais de 50% eram escravos, não é totalmente inexplicável o abandono em que se encontrava a educação popular. Este fato, porém não estava de acordo com o espírito do povo campineiro. Este, embuído por tendências mais progressistas, compenetrou-se de que pouco deveria esperar do governo e voltou suas atenções para a iniciativa particular (424).

---

(422) Anais do Museu Paulista. Tomo citado, p. 103.

(423) Ainda em 1872 existiam apenas três professores de primeiras letras em Campinas, pagos pela Província com sala de aula em péssimo estado. Cf. F. Quirino dos Santos. "Instrução Pública" in Gazeta de Campinas, etiqueta 88, 22 de setembro de 1872, p. 1; Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1912, p. 60.

(424) Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1912, p. 74.

O cenário educacional campineiro, apesar de já apresentar algumas escolas particulares anteriores à década de 60, é, a partir daí, que realmente começa a modificar-se com o surgimento dos primeiros internatos particulares. Estes estabelecimentos começam a surgir na área citadina e rural do município pois, até então, as escolas privadas existentes, não possuíam este caráter institucional (425). Instalados em sedes próprias, estes internatos foram especialmente construídos para esse fim e apresentavam um bom nível de ensino (426).

Dos primeiros internatos para o sexo feminino fundados em Campinas na década de 60, destacam-se os seguintes: o Colégio Cezarino ou Perseverança, fundado em 1860 (427) e o Colégio Carolina Florence fundado em 1863 e inaugurado em 1866 (428). Para o sexo mascu

---

(425) Notícia Bibliográfica e Histórica da PUCC. Ob. cit., n° citado, pp. 313 e 314.

(426) Antes destes primeiros internatos os meninos campineiros eram enviados para o colégio de São João do Lajeado (Sorocaba) que, quanto ao rigor disciplinar se equiparava ao Colégio Caraça de Minas Gerais. Cf. Lourenço Rodrigues. Artigo citado in Monografia Histórica do Município de Campinas. Ob. cit., p. 397.

(427) "Collegio para o sexo feminino" in Gazeta de Campinas etiqueta 82, 31 de março de 1870, p.3; Amarel. Campinas Recordações. Ob. cit., p. 42.

(428) Gazeta de Campinas, etiqueta 93, n° 316, 19 de dezembro de 1873, p. 1; "Collegio Florence" in Gazeta de Campinas, etiqueta 111, n° 1503, 19 de dezembro de 1878.

lino, o mais conceituado da época foi o Colégio São João Batista, inaugurado em 1868, situado a duas léguas da cidade (429). As matérias ensinadas nesses colégios destinavam-se à educação primária e secundária e eram as seguintes: leitura, escrita, cálculo, gramáticas inglesa e francesa, geografia, história pátria, geometria, álgebra, música e desenho (430). Além desses internatos, foram fundadas outras escolas e externatos particulares e dentre eles temos notícia da escola alemã, que chegou até nossos dias com o nome de Escola Rio Branco, foi fundada e mantida inicialmente pela sociedade alemã de Instrução e Leitura, primeira associação formada em Campinas em prol da instrução, em 1863 (431).

Resumindo, de 1845 a 1869 Campinas manteve em seu quadro estatístico apenas três escolas públicas com salas de aulas em péssimo estado (432) mas, a partir de 60, como ressaltamos este escasso atendimento oficial

[429] "Collegio São João Baptista" in Gazeta de Campinas, etiqueta 95, nº448, 9 de abril de 1874, p.6.

(430) "Collegio Florence" in Gazeta de Campinas, etiqueta 111, nº1503, 19 de dezembro de 1878, p.3; "Collegio João Baptista" in Gazeta de Campinas, etiqueta 88, 6 de Janeiro de 1872, p.3; Notícia Bibliográfica e Histórica da PUCC. Ob. cit., nº citado, p. 313.

(431) A sociedade Alemã de "Instrução e Leitura" foi fundada em 1863 e presume-se que neste mesmo ano tenha fundado a escola Alemã. Amaral. A Cidade de Campinas em 1901. Ob. cit., p.292; Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1914, p.141; "Útilíssima instituição" in Gazeta de Campinas, etiqueta 88, 7 de dezembro de 1871, p.2; Notícia Bibliográfica e Histórica da PUCC. Ob. cit., nº citado, p.314.

(432) Mariano. Ob.cit., pp.20 a 24; "Estatística de 1869" in Gazeta de Campinas, artigo citado, p. 2.

é suprido pelo esforço campineiro em prol da instrução particular que já vinha se desenvolvendo lentamente nas décadas anteriores no município. O quadro a seguir mostrará detalhadamente o incremento de instituições particulares frente ao insignificante número de escolas públicas.

1857 (433)	
3 esc.públ. { 2masc. 1fem.	{ 2 primárias 1 secundária { 56 alunos
7 esc.priv. { 6masc. 1fem.	{ 6 primárias 1 secundária { 195 alunos
} 251 alunos	

1862 (434)	
3 esc.públ. { 2masc. 1fem.	{ 2 primárias 1 secundária { 111 alunos
7 esc.priv. { 4masc. 3fem.	{ 5 primárias 2 secundárias { 320 alunos
} 431 alunos	

1869 (435)	
3 esc.públ. { 2masc. 1fem.	{ 137 alunos
11 esc.priv. { 8 esc. 3 colégios	{ 6 masc. 5 fem. { 407 alunos
} 544 alunos	

(433) Mappa dos estabelecimentos de instrução primária e secundária do Districto de Campinas referente ao ano de 1857. Documento citado, n° de ordem citado.

(434) Mappa dos estabelecimentos de instrução primária e secundária do Districto de Campinas referente ao ano de 1862. Documento citado, n° de ordem citado.

(435) "Estatística de 1869" in Gazeta de Campinas. Art. citado, p.2; Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1912, p.80.

Pòdemos observar que, durante a década de 60 o número de escolas públicas não sofre altera o. Em contrapartida, o das escolas particulares cresce e, conseqüentemente, aumenta o  ndice de alfabetiza o. Se em 1862 o município campineiro apresentava apenas sete escolas particulares, no ano de 1869 vai apresentar um aumento de quatro estabelecimentos, ou seja, um acréscimo médio de uma escola particular a cada dois anos.

A desoficializa o do ensino campineiro na década de 60 não apresenta grande controle e fiscaliza o. Apesar da legisla o provincial refletir teoricamente as idéias da Reforma Couto Ferraz (1854) quanto   fiscaliza o e controle desse ramo de instru o, na prática o ensino particular campineiro se mant m livre da supervisão do poder público em virtude da inoperância de fiscaliza o e da crença de que a total liberdade de abrir escolas favorecia a expansão do ensino particular (436). Conseqüentemente esta liberdade de ensino que já se praticava de fato no município tornou-se de direito em 1868 em virtude do disposto no

---

(436) A reforma de ensino Couto Ferraz (1854) realizada na Corte não frutificou nas províncias apesar de terem estas aderido em suas legisla es as idéias capitais de reforma. Quanto ao controle das atividades da iniciativa particular ficou apenas, na letra da lei. Cf. Haider Ob. cit., pp. 174, 175 e 178.

art. 15 da lei provincial de nº 54 de 15 de abril (437). Assim o município campineiro além de estabelecer legalmente o que se entendia por descentralização neste ramo de serviço público, evidenciou o princípio de liberdade que substanciava teoricamente uma Monarquia Constitucional Representativa (438) e favoreceu a iniciativa dos próprios moradores em atender o precário ensino às classes populares até então desfavorecidas pelo não atendimento de suas reivindicações por parte do Poder Central (439). Em resumo, este panorama campineiro que acabamos de descrever revela, de antemão, um dos principais posicionamentos do programa da ala liberal radical de 1869 que, sem meias medidas, fixa entre seus objetivos a necessidade do ensino livre (440).

(437) A inoperância de fiscalização acabou por instituir a liberdade de ensino na província paulista, enquanto na Corte isto vai se dar apenas com a Reforma de Leôncio de Carvalho em 1879. Cf. Souza Carvalho. Relatório sobre o estudo da Instrução Pública da Província de São Paulo. Ob. cit., 1875, p. 9 e 10; Haidar. Ob. cit., pp. 188 e 189.

(438) "Instrução Popular" in Gazeta de Campinas. Art. citado p.1.

(439) Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1912, p.25.

(440) A ala liberal radical ativa desde 1866 e armada de seu próprio jornal "Opinião Liberal", identifica o liberalismo com a democracia (Rangel Pestana, Luis Monteiro, etc.) e fixa seus objetivos no programa liberal de 1869: como descentralização, ensino livre, polícia eletiva, abolição da Guarda Nacional, etc. Cf. Faoro. Ob. cit., pp. 447 e 448; Haidar. Ob. cit., p.179.

3.2. Os anos 70. Os grandes colégios campineiros e a proliferação da instrução por instituições filantrópicas.

Se durante a década de 60 a instrução pública brasileira, e em particular a campineira, se manteve em estado lastimável como vimos no item 2.1., a partir de 1870 continua refletindo este mesmo estado crítico acrescido de um clima inteiramente desanimador. Tal realidade passou a preocupar todas as "confissões políticas, conscientes do papel fundamental da escola na elevação do nível intelectual e moral da nação" (441) com base na crença de que a educação era a chave para a resolução dos problemas fundamentais do país (442).

O estado desanimador da instrução pública e a credibilidade que a educação passa a alcançar na década de 70 propicia uma atmosfera de exigências e reclamações contra a não atuação dos poderes gerais

---

(441) Partilhavam estas preocupações até mesmo aqueles que em nome de princípios liberais ou apoiados na filosofia positivista reconheciam não ter chegado a hora de prescindir do auxílio do poder geral para o melhoramento do ensino. Cf. Haidar. Ob. cit., pp.33 e 34.

(442) Santos Ribeiro. Ob. cit., p. 43.

no setor educacional (443). Tal situação passa a exigir o concurso dos poderes gerais na vitalização da iniciativa provincial, ou seja, *"a participação efetiva dos poderes gerais no desenvolvimento do ensino em todo o país foi, a partir de então, insistentemente reclamada até mesmo pelos mais fervorosas defensores das franquias locais"* (444).

Todo este panorama vem justificar a execução dos mais importantes projetos de reforma da instrução pública apresentados nas décadas de 70 e 80 (445) e o apoio ao argumento do Ministro Rodolfo Dantas que em 1882 afirmou: *"o Estado não tem o direito de ser indiferente ao cultivo da inteligência popular"* (446). Acrescenta-se a estes fatos a ampliação de perspectiva intelectual sofrida pela nação, o que vai caracterizar um das fases mais

---

(443) A partir de 1870 a instrução passa a ter o papel fundamental na elevação do nível intelectual e moral da nação. Cf. Haider. Ob. cit., p.33.

(444) Haider. Idem, idem.

(445) Os projetos de reforma da instrução pública apresentados em 1874 por João Alfredo e em 1882 por Almeida Oliveira postulavam a participação do Centro no desenvolvimento do ensino em todo o país. Esta participação segundo os projetos se traduzia na criação de estabelecimentos provinciais custeados no todo ou em parte, pelo governo central ou auxílio financeiro às escolas criadas pelos poderes provinciais e iniciativa privada. Cf. Haider. Ob. cit., pp. 35,43 e 44.

(446) O argumento do Ministro Rodolfo Dantas sustenta que as posições descentralizadoras do Ato Adicional não reprimiam a atuação do Poder Geral na distribuição da instrução popular às províncias. Cf. Haider. Ob.cit., pp. 33 e 34; Azevedo. A Cultura Brasileira. Ob. cit., p. 352.

importantes da história cultural do Brasil (447). Esta fase é denominada por Roque Spencer Maciel de Barros de "Ilustração Brasileira" (448) e substancia-se numa corrente que advoga novas idéias de fundo liberal e cientificista: o positivismo (449). Ao tomar corpo, estas idéias tornam-se elementos responsáveis pela elevação do nível educacional do país (450) propiciando, pela primeira vez, uma crítica às insti

---

(447) Cruz Costa. Panorama da História da Filosofia no Brasil. São Paulo, Editora Cultrix, 1959, p. 40.

(448) É a partir da década de 70 que um amplo movimento de idéias começou a agitar o Império e que poderíamos chamar de Ilustração Brasileira. "A nossa ilustração guardou a crença absoluta no poder das idéias; a confiança total na ciência e a certeza de que a educação intelectual é o único caminho legítimo para melhorar os homens". Roque Spencer Maciel de Barros. A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1959, pp. 22 e 23.

(449) Das novas idéias do século - darwinismo, spencerianismo, materialismo, positivismo, etc. - a mais importante foi a representada pelos positivistas. Desde 1870 "as novas idéias exigiam uma forma de governo mais consetânea com as aspirações de liberdade; mais "moderna" em relação ao espírito "científico". Maciel de Barros. *Ob. cit.*, p. 21.

(450) Inspirando-se em autores "populares" europeus do século XIX, os brasileiros criam um movimento "ilustrado". As crenças básicas do liberalismo e do cientificismo, tomam conta da inteligência brasileira induzindo-a a realizar a atualização histórica. Desejam ilustrar o país, iluminá-lo pela ciência e pela cultura. Propõem-se a "fazer das escolas "focos de luz", donde haveria de sair uma nação transformada". Cf. Maciel de Barros *Ob. cit.*, pp. 22 e 25.

tuições vigentes (451). É uma fase de propostas, de reformas de quase todas as instituições, reformas estas que não surgiam de uma realidade brasileira, mas da "ação educativa da lei, da escola, da imprensa, do livro" (452). Para que possamos compreender este despertar intelectual depois de 1870, devemos relacioná-lo com o desenvolvimento econômico ocorrido no país a partir da segunda metade do século XIX. A consolidação desse desenvolvimento econômico vem propiciar a passagem de uma sociedade exportadora com base rural-agrícola, para urbana-agrícola-comercial como vimos no item 2.2. do capítulo I e "manifesta-se de imediato com o contato mais intenso com a Europa, fonte fornecedora, não só de novos maquinários e instrumentos, que importávamos, mas também das novas

[451] No dizer de Silvio Romero "até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, católica e aclética, a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas, o menor ataque sério por qualquer classe do povo, a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo prático dos grandes proprietários, a mais indireta opugnação". Maciel de Barros. Ob. cit., p. 30.

[452] A compreensão da perspectiva de que existia um processo histórico único e as principais diferenças entre as nações eram de "fase" e não de "natureza", explicava e legitimava o caminhar de idéias muito antes dos fatos no Brasil. Esperava-se que da forma do ensino, do aperfeiçoamento da instrução, surgisse uma mentalidade nova integrada nas exigências do tempo, pois, a meta visada era elevar o país ao "nível do século". Cf. Maciel de Barros. Ob. cit., pp. 24, 25 e 26.

idéias que passaram a circular no acanhado meio intelectual (453). Portanto, estas novas idéias têm ligação com as modificações econômicas que se introduziram na estrutura do país. "A cessação do tráfico negreiro, e logo, a decadência das lavouras tradicionais do norte iriam mudar a orientação política, social e econômica do país" (454) e "a esta ampliação de perspectiva econômica vai ser paralela uma ampliação de perspectiva intelectual" (455).

Diante desse quadro que acabamos de expor podemos afirmar que o período denominado "Ilustração Brasileira" revelou grande preocupação com o estado em que a instrução pública se encontrava. Este espírito encontrou grande ressonância na Província de São Paulo que, "compreendendo que sem instrução são impossíveis os adiantamentos e a civilização, os filhos d'esta província ahí levantam, a todo o momento, estabelecimentos de educação, que são immediatamente providos de excellentes professores" (456). O município paulista que muito bem refletiu esta realidade

---

(453) Casemiro dos Reis Filho. Modernização da Cultura Brasileira. Exemplar mimeografado, s/d, p. 1.

(454) Cruz Costa. Ob. cit., p. 40.

(455) Cruz Costa. Idem, idem.

(456) "Instrução Popular" in Gazeta de Campinas. Artigo citado, p. 1.

foi o campineiro, ou seja, o município campineiro realmente pôs em prática a crença na educação como o único caminho para melhorar os homens, como veremos a seguir.

A instituição do ensino livre, de acordo com o art. 15 da lei provincial nº 54 de 15 de abril de 1868 (457), em virtude do lastimável estado em que se encontrava a instrução no município, vem, legalmente abrir caminho da desoficialização do ensino na região de Campinas a partir de 1870.

O ensino privado, que já vinha se desenvolvendo lentamente, como vimos no item 2.1, torna-se particularmente intenso a partir da década de 70. Esta modalidade de ensino, além de constituir-se em poderosa alavanca para a elevação do nível da população, vem suavizar a carência de meios provinciais e a indiferença dos poderes gerais quanto ao cultivo da inteligência popular (458). Em resumo, a educação, ao adquirir papel fundamental na elevação do nível intelectual e moral da sociedade(459),

---

(457) Souza Carvalho. Relatório da Instrução Pública da Província de São Paulo, do anno de 1874. Ob. cit., 1875, pp. 9 e 10.

(458) Haider. Ob. cit., pp. 33 e 34.

(459) Haider. Ob. cit., p. 33.

permite que as instituições particulares campineiras granjeiem prestígio no âmbito da sociedade, já que "as escolas públicas encontravam-se em completo desleixo e abandono por parte do Inspetor Geral ou do Governador Provincial" (460).

O município campineiro, a partir de 1870, empreende uma campanha visando à educação do povo. "Não se contenta com a riqueza, e fertilidade do seu solo; quer mais, quer a riqueza do espírito; cede ao benéfico influxo da generosa propaganda e funda por associações o ensino popular" (461) considerado a "base primordial e único fundamento sólido de uma boa organização social" (462). Multiplicam-se as escolas privadas campineiras em benefício da instrução popular e grande é o número de homens abastados - muitos fazendeiros de café - que consagram parte de seus capitais e de seu tempo a obras de caridade e à fundação de escolas (463). Podemos dizer que foi

[460] "Eschola Publica" in Gazeta de Campinas, etiqueta 88 10 de dezembro de 1871, pp. 2 e 3.

[461] "A Promotora da Instrucção" in Gazeta de Campinas, etiqueta 83, novembro de 1870, pp. 1 e 2.

[462] "Promotora da Instrucção" in Gazeta de Campinas, etiqueta 93, nº 323, 16 de Janeiro de 1873, p. 2.

[463] "O Ensino Obrigatório" in Gazeta de Campinas, etiqueta 88, 1º de agosto de 1872, p. 1.

graças ao desenvolvimento sócio-político-econômico da região que este empreendimento defendido pela "Ilustração Brasileira" pôde, em parte, ser concretizado.

Dos colégios e escolas criados em Campinas a partir de 1870, destacam-se os seguintes entre outros: Colégio Conceição (1871) para o sexo masculino que possuía internato e externato; Colégio da Glória (1871), destinado ao sexo feminino, que possuía internato e externato; Colégio São João (1871) que possuía internato e externato. Além destas instituições, evidenciam-se os grandes colégios que realmente caracterizaram a abertura do ensino particular ocorrida na década de 70: o "Internacional" e o "Culto à Ciência" (464).

Os colégios "Internacional" e "Culto à Ciência" destacam-se como grandes colégios em virtude das peculiaridades que cada um evidencia. O Colégio "Internacional" trouxe para a sociedade campineira novas técnicas, fazendo assim com que o ensino campineiro sofresse uma renovação. O método adotado divergia do caráter conservador

---

[464] "Colégio Internacional" in Gazeta de Campinas, etiqueta 93, nº 370, 3 de julho de 1873, p. 4; "Discurso pela inauguração do Collegio Culto à Sciencia" in Gazeta de Campinas, etiqueta 95, nº 428, 15 de Janeiro de 1874, p. 1.

e fiel às tradições do ensino clássico (465). O Colégio "Culto à Ciência", por sua vez, foi fundado pelo "empenho desinteressado dos particulares no campo da educação" (466). Uma associação composta de cidadãos beneméritos representada por fazendeiros, industriais, comerciantes e bacharéis e que, em sua maioria, eram positivistas e maçons (467), não visando a quaisquer lucros pecuniários, constituiu-se para dotar a cidade de Campinas de um estabelecimento de instrução primária e secundária (468). É importante ressaltar que esta Sociedade de nome "Culto à Ciência", foi organizada em 1869 mas, somente em 1873 é que passou definitivamente a atuar. Tal interregno deveu-se a circunstâncias adversas que sobrevieram

---

(465) O colégio Internacional transmitia instrução dada pelo método das escolas dos Estados Unidos. "A teoria, as regras abstractas que nas nossas escolas são, de preferência encutidas no espirito infantil dos meninos nas escolas dos E.U. são repudiadas como nocivas à instrução. La, ao em vez, a pratica, a observação, a concretização foram a base do ensino. A theoria vem de pois!" "Collegio em Campinas" in Gazeta de Campinas, etiqueta 88, 30 de novembro de 1871, p.1; "Collegio" in Gazeta de Campinas, etiqueta 88, 7 de dezembro de 1871 p. 1.

(466) Haider. Ob. cit., p. 195.

(467) Carlos F. de Paula. Culto à Ciência. Monografia Histórica. Campinas, 1946. p.7; José Carlos Semedo da Costa "Da Filosofia à Escola" in Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, numero especial comemorativo do 75º aniversário da fundação do Centro de Ciências, Letras e Artes. Campinas. Empresa Gráfica e Editora Palmeiras Ltda, 1976, pp. 109 a 111.

(468) Haider. Ob. cit., p. 195.

e prejudicaram a lavoura do município agrícola campineiro (469). O Colégio "Culto à Ciência" além de refletir o seu próprio nome um dos princípios de nossa Ilustração - confiança total na ciência - evidencia também outros princípios positivistas como a não influência religiosa no ensino e a visão de que no ensino particular estava a solução para o problema educacional (470).

Os dois grandes colégios a que nos referimos adotavam o princípio de liberdade de consciência em matéria de religião já no decorrer da década de 70 (471). Certamente tal atitude estava legalmente substantiada na lei provincial de 1868 (art.15, nº 54) (472) "que estabeleceu que o ensino primário e secundário era absolutamente livre na província e portanto exemplo de toda a intervenção do governo" (473). A abolição da obrigatoriedade do

---

(469) A associação "Culto à Ciência" embora embuída dos melhores ideais não deixa de refletir claramente a situação sócio-econômica do município. F. de Paula. Ob.cit. p.9.

(470) Semedo da Costa. "Da Filosofia à Escola" in Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes. Ob. cit.,p.110.

(471) "O Collegio dos Srs.Morton e Lane" in Gazeta de Campinas, etiqueta 88, 17 de dezembro de 1871,p.1. Amaral: "Culto à Sciencia" in Campinas Recordações.Ob. cit.,p. 50.

(472) Souza Carvalho. Relatorio sobre o estado da Instrucção da Província de São Paulo no anno de 1874. Ob. cit.,pp 9 e 10.

(473) Artigo citado in Gazeta de Capinas, 17 de dezembro de 1871, p. 1.

ensino religioso sō foi instituída com os decretos de 19 e 20 de abril de 1878 e 1879 de Leōncio de Carvalho (474). Por tanto, a legislaçāo da província antecipou-se ā do Poder Central.

Ao lado dos estabelecimentos particulares com fins comerciais e dos grandes colēgios que compuseram a paisagem educacional campineira, foram criadas escolas totalmente gratuitas mantidas por associaçōes beneficentes. Vārias destas, criadas pelas associaçōes particulares ofereciam cursos noturnos e tinham como objetivo alfabetizar e instruir profissionalmente adultos.

Das associaçōes campineiras que contribuĩram ou que realmente trabalharam em prol da instruçāo com espĩrito filantrōpico, podemos destacar as seguintes: Sociedade Alemā de Instruçāo e Leitura (1863), Sociedade Culto ā Ciēncia (1869), Promotora da Instruçāo (1870), a alemā Deutsche Schule (1879) e a Germania (475). A finalidade desses grupos nāo era somente manter e desenvolver a

[474] Azevedo. A Cultura Brasileira. Ob. cit., p. 352.

[475] Amarel. "Escola Allemā" in A Cidade de Campinas, em 1901. Ob. cit., p. 293; "Instruçāo" in Gazeta de Campinas, etiqueta 93, n.º 357, 18 de maio de 1873, p. 2; "Escola Allemā" in Gazeta de Campinas, etiqueta 95, n.º 489, p. 2; "A Promotora da Instruçāo" in Gazeta de Campinas, etiqueta 83, novembro de 1870, pp. 1 e 2; "Escolas Alemās" in Gazeta de Campinas, etiqueta 83, 29 de agosto de 1876, p. 2.

instrução, mas criar também escolas totalmente gratuitas. A sociedade Promotora da Instrução criou em Campinas escolas noturnas gratuitas e oferecia instrução profissional para adultos (476). A aula noturna, tal como foi instituída, tinha por meta conciliar o trabalho com a educação. *"De dia trabalham para ocorrer as dificuldades do corpo e à noite não repousam antes de curar das necessidades do espírito"* (477).

Além dessas associações beneficentes, não poderíamos deixar de frisar o trabalho de uma instituição filantrópica como a Maçonaria. As lojas Maçônicas de Campinas foram verdadeiros núcleos instrutivos, pois com fins humanitários, muito concorreram para a difusão de novas idéias entre o povo campineiro (478). Todas as três lojas maçônicas campineiras (479) muito contribuíram para a educação popular e o bem da instrução na década de 70, crian

---

(476) "Artigo citado" in Gazeta de Campinas de novembro de 1870, etiqueta 83, pp. 1 e 2; "Promotora da Instrução" in Gazeta de Campinas, etiqueta 83, 23 de de 1871, p. 2.

(477) "Artigo citado" in Gazeta de Campinas, etiqueta 83, novembro de 1870, pp: 1 e 2.

(478) "Aula Nocturna" in Gazeta de Campinas, etiqueta 98, nº 557, 16 de maio de 1875, p.2.

(479) As lojas maçônicas existentes em Campinas eram. Loja Fidelidade, Regeneração III e Independência (1867). "Loja Maçônica Fidelidade" in Gazeta de Campinas, etiqueta 93, nº 321, 5 de Janeiro de 1873, p.4; "Aula Nocturna" in Gazeta de Campinas, etiqueta 111, nº 1422, 13 de setembro de 1878, p.2; "Loja Maçônica Independência" in Gazeta de Campinas, etiqueta 95, nº 541, 19 de abril de 1874, p.2.

do e mantendo escolas noturnas de ensino primário totalmen  
te gratuitas para a classe pobre da cidade (480). A Loja In  
dependência, com a sua aula noturna gratuita de primeiras  
 letras criada em 1875 e mantida por cavalheiros maçons cam  
pineiros, possuía em 1878 o total de 214 alunos matricula  
dos sendo 191 livres e 32 escravos (481).

Em resumo, podemos dizer que  
 Campinas evidenciou no decorrer de 70 o seu espírito afim  
 com a Ilustração Brasileira, ou seja, tentando suprir as fa  
lhas do deficiente ensino público, criando escolas particu  
lares. Enquanto o ensino público campineiro reflete a omis  
são do poder geral e provincial e a indiferença pelo ensi  
no popular evidenciando o caráter agrário e escravocrata da  
 sociedade, o incremento de escolas particulares campineiras  
 a partir de 1870, reflete as condições sócio-econômicas fa  
voráveis e o interesse da sociedade pela educação e pela es  
cola. Foi em virtude do desenvolvimento sócio-econômico, es  
truturado na grande lavoura, que Campinas pôde evidenciar o  
 seu espírito progressista. Combatendo, em termos, a ignorân

[480] "Artigo citado" in Gazeta de Campinas, etiqueta 93, n<sup>o</sup>  
 321, 5 de Janeiro de 1873, p.4; "Loja Independência"  
 in Gazeta de Campinas, etiqueta 83, 11 de dezembro de  
 1870, p.2; Artigo citado in Gazeta de Campinas, eti  
 queta 111, n<sup>o</sup> 1422, 13 de setembro de 1878, p.2.

[481] Artigo citado in Gazeta de Campinas, etiqueta 83, 11  
 de dezembro de 1870, p. 2.

cia e difundindo a instrução, criou várias escolas particulares e muitas delas gratuitas que atendiam diretamente as necessidades da população pobre. O quadro a seguir mostrará o incremento de instituições privadas frente ao deficiente número de escolas públicas entre 1869-79.

1869 (482)

3 escolas públicas	{ 2 masc. 1 fem.		{ 137 alunos	total
11 escolas privadas	{ 8 esc. 3 col.	sendo	{ 6 masc. 5 fem.	{ 407 alunos
				544 alunos

1879 (483)

6 escolas públicas	{ 3 masc. 3 fem.		{ 342 alunos	
18 inst. privadas	3 esc. gratuitas	{ 1 fem. 2 masc.	{ 266 alunos	
	4 colégios	{ 1 masc. 1 ambos sex. 2 fem.	{ 642 alunos	Total
	2 col. exter.	{ 1 fem. 1 ambos sex.		1257 alunos
	9 esc. partic.	{ 3 fem. 6 masc.		

(482) "Estatística" in Gazeta de Campinas, etiqueta 82, 14 de novembro de 1869, p. 2.

(483) "Instrução Pública em Campinas: Escolas Públicas, Escolas gratuitas particulares, Colégios Particulares" in Arquivo do Estado de São Paulo, lata 11, nº de ordem 5032.

### 3.3 A fecunda década de 80: As escolas gratuitas consagra das ao povo.

Se na década de 70 a mentalidade brasileira e, em particular, a compineira, tomou consciência "do papel fundamental da escola na elevação do nível intelectual e moral da nação" (484) a década de 80 vai dar continuidade a esta fecunda realidade.

A crença na educação enquanto chave dos problemas fundamentais do país patrocinou, por um lado, argumentos e projetos de reforma (485) e, por outro lado, alicerçou o desenvolvimento da instrução por meio de instituições particulares, como vimos no item 2.2. Conseqüentemente, esta realidade advém do estado desanimador em que se encontrava o ensino público entre nós. O Estado se mantinha totalmente indiferente ao cultivo da inteligência popular, ou seja, entre a participação do Poder Central no desenvolvimento do ensino nas províncias, havia elementos conservadores, que receosos de ver desfalcados os cofres gerais, apelavam para o Ato Adicional defendendo a autonomia provincial no campo do ensino primário e secundário (486).

(484) Haider. Ob. cit., pp. 33 e 34.

(485) Haider. Idem, pp. 35, 43 e 44.

(486) Haider. Ob. cit., p. 35.

Durante toda a década de 80, a situação do ensino público paulista permanece caótica e como afirmou o Conde de Três Rios em 1882: "*o modo por que era administrado heria o amor próprio do paulista*"(487). Tal posicionamento vem justificar o argumento do presidente conselheiro João Alfredo que em 1886 escrevia: "*E uma lamentável verdade, assinalada por meus antecessores, os vícios e defei*tos da organização do ensino público"(488).

Apesar deste lamentável estado da instrução pública, o município paulista campineiro vem contribuindo desde a década de 70 para o desenvolvimento do ensino popular através de escolas ou instituições particulares de ensino. Esta região pôs em prática a crença na educação como único meio de progresso de uma civilização. Se a partir de 70, os campineiros tomaram consciência do valor da escola e muito contribuíram para o ensino popular, durante a década de 80 vão dar, como dissemos anteriormente, prosseguimento a tão relevante tarefa. O espírito inovador do povo campineiro continuou a manifestar-se tanto por meio de associações como por atitudes individuais espontâneas destinadas a desenvolver a instrução nas classes populares. Assim, a dē

---

(487) Primitivo Moacir. Ob. cit., p. 56.

(488) Primitivo Moacir. Ob. cit., p. 59.

cada de 80 prestou serviços valiosos à causa da instrução pública campineira como veremos a seguir.

A inauguração de "Escola do Povo" (1880) (489) assinala o início da década de 80 e como o próprio nome indica destinava-se ao ensino primário, gratuito para meninos pobres ou para filhos de elementos da camada popular (490). Tal evento deveu-se a um abastado fazendeiro de café campineiro o Comendador Joaquim Ferreira Penteado, que justifica tal atitude com a seguinte frase: "*nunca aprendi nada e vi a falta que isto me fez para a minha vida. Outros que aprendam, já que eu não aproveitei*" (491). Em 17 de maio do mesmo ano, iniciam-se as aulas da referida instituição com apreciável número de alunos pobres, em sua maioria (492).

Subjacente à atitude do Comendador Joaquim Ferreira Penteado, podemos perceber a situação sócio-econômica do município. Só ela poderia permitir o movimento verificado em prol da instrução popular, através de entidades particulares. Atitudes como a do referido Comenda

---

(489) A "Escola do Povo" mais tarde recebeu o nome de Escola Ferreira Penteado, isto é, o nome de seu fundador, Lourenço Rodrigues. Artigo citado in Monografia Histórica do Município de Campinas. Ob. cit., pp.407 a 408.

(490) Amaral. Campinas Recordações. Ob. cit., p. 96.

(491) Lourenço Rodrigues. Artigo citado in Monografia Histórica do Município de Campinas. Ob. cit., p. 407.

(492) Amaral. Campinas Recordações. Ob. cit., p.101.

dor puderam manter excelentes escolas de nível primário até o final do Império (493).

Seguindo a atitude do fundador da "Escola do Povo", inaugura-se em 1881 outra escola primária gratuita para os sexos masculinos e feminino com a finalidade de atender as crianças pobres campineiras. Esta escola surgiu da ação de uma sociedade denominada "Monumento Correa de Mello", composta de pessoas de destaque da sociedade campineira (494). Esta instituição pretendia prestar benefícios ao povo através de uma escola que denominou "Correa de Mello" (495). Assim a 2 de maio de 1881 a escola era inaugurada e as classes contavam com número regular de alunos de ambos os sexos (496). Inicialmente mantida pela associação e por rendas que outras associações coletavam (497), passou a ser paulatinamente subvencionada pelo Coronel Joaquim Quirino dos Santos. Este assumiu a tarefa de

(493) Em 1893 os herdeiros do Comendador Joaquim Ferreira Penteado fizeram doação do edifício à Câmara Municipal. Amaral. Campinas Recordações. Ob. cit., p.101.

(494) Em memória à Correa de Mello que faleceu em 1877 (famoso botânico) a sociedade campineira se associou fundando uma escola em sua homenagem. Lourenço Rodrigues. Artigo citado in Monografia Histórica do Município de Campinas. Ob. cit, p. 409.; Amaral. Campinas Recordações. Ob. cit., p. 256.

(495) Amaral. Campinas Recordações. Ob. cit., p.255

(496) Amaral. Idem, p. 259

(497) "Escola Correa de Mello" in Gazeta de Campinas, etiqueta 112, nº1633, 30 de maio de 1879, p. 2.

mantê-la até 1888 quando, por motivos de saúde e de grandes revezes de sua fortuna, viu-se obrigado a deixar a nobre missão (498). A partir daí, o edifício foi doado à municipalidade e em 1897 passou para o Estado (499).

Seguindo exemplo paterno, os filhos do Comendador Joaquim Ferreira Penteado continuaram na tarefa de construir e manter escolas nos moldes daquela fundada em 1880. Surgem então em Campinas, mais duas escolas: Colégio Ferreira de Camargo e Escola Ferreira Filho que foram mantidas pelos fundadores até a queda da Monarquia(500).

Todas estas escolas fundadas para a população pobre evidenciam a indiferença do Estado para com a instrução popular campineira. A sociedade campineira, embora escravocrata e agrária, não deixa de irradiar sua crença na educação e além dessas instituições que citamos, acima criaram-se outros cursos e aulas mantidos por associações. Constatamos assim o quanto a instrução particular campineira contribuiu para suprir as deficiências da sua instrução pública.

(498) "Escola Correa de Mello" in Gazeta de Campinas, n°2977, 23 de dezembro de 1883, p.2; Amaral. "Correa de Mello" in A Cidade de Campinas em 1901. Ob. cit., p. 291.

(499) Amaral. "Escola Correa de Mello" in Campinas Recordações. Ob. cit., p. 260; Amaral. "Novo Grupo" in A Cidade de de Campinas em 1901. Ob. cit., p. 289.

(500) Lourenço Rodrigues. Artigo citado in Monografia Histórica do Município de Campinas. Ob. cit., pp.410 e 411.

O ensino particular campineiro de primeiras letras oferecia a instrução primária superior ou complementar. Enquanto o ensino público de primeiras letras limitava-se à leitura, a escrita, aos rudimentos da aritmética e da história sagrada, as instituições particulares incluïam também em seus currículos noções de história e geografia pátrias (501). A "Escola do Povo", por exemplo, *"além das primeiras letras, ministrava aos alunos mais adiantados o ensino do português, aritmética, geografia e história pátrias e até mesmo um pouco de francês"* (502).

Para concluir, podemos afirmar que na década de 80 como uma continuação da de 70, frutificaram várias instituições escolares não oficiais de ensino primário gratuito. Os elementos mais influentes na sociedade campineira não mais satisfeitos com o desenvolvimento econômico da região, voltam-se para o desenvolvimento cultural a partir da década de 70. Contribuem então para com a educação popular favorecendo a expansão escolar do município sob a forma de instituições particulares.

---

(501) Haider. Ob. cit., p. 199; Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1912, p. 75.

(502) Lourenço Rodrigues. Artigo citado in Monografia do Município de Campinas. Ob. cit., p. 407.

4. A influência sôcio-político-econômica e cultural campineira refletida em uma instituição educacional particular: o Colégio Culto à Ciência.

Quando o Colégio Culto à Ciência foi idealizado pela associação do mesmo nome, por volta do terceiro quartel do século XIX, a sociedade campineira já manifestava sua pujança sôcio-econômica assentada na lavoura cafeeira (503). A sociedade de base urbana-agrícola-comercial, alicerçada no café, irradiava nessa ocasião um clima político-cultural progressista e ilustrado, ou seja, refletia os ideais republicanos e conferia maior credibilidade à educação e à ciência como solução para todos os seus problemas.

Foi em meio a esta atmosfera sôcio-político-econômica e cultural que o colégio Culto à Ciência se tornou realidade em 1873, com o lançamento da pedra fundamental. Com o esforço altruístico dos cento e vinte e seis elementos que compunham a sociedade Culto à Ciên

(503) Se a composição social reflete o caráter econômico da sociedade, como vimos em 2.2. do III capítulo, a riqueza econômica vai gerar uma correspondente ascensão social.

cia (504), um ano depois o Colégio já estava em funcionamento.

A Sociedade Culto à Ciência sentia necessidade de fundar em Campinas um estabelecimento para educação da mocidade no qual se desenvolvesse desde o ensino primário até matéria de nível superior, numa atmosfera que visava tanto ao desenvolvimento físico, como ao moral e intelectual (505). Assim a referida sociedade expunha seus princípios através de um manifesto lançado em 1869 *"Convencidos de quanto é sensível nesta cidade a falta de um estabelecimento que se destine ao ensino primário e secundário, regularmente montado, de modo a poder realizar com o aperfeiçoamento possível a educação moral e intelectual dos alunos; convencidos de que esta falta, dificultando a educação dos filhos deste município, embaraça de modo extraordinário o seu progresso moral e assim neutraliza os grandes elementos de propriedade que já possui; convencidos finalmente, e que já é tempo de providenciar decisivamente sobre uma tão palpitante quanto urgente necessidade"*(506).0

(504) "Culto à Ciência" in Gazeta de Campinas, etiqueta 101 nº 662, 23 de janeiro de 1876, p.1.

(505) Francisco Quirino dos Santos. "Culto à Ciência" in Gazeta de Campinas, etiqueta 82, 18 de novembro de 1869.

(506) Notícia Bibliográfica e Histórica da PUCC. Ob. cit., , nº citado, p. 315; F. de Paula. Ob. cit., p. 7 e 8.

estabelecimento não visava lucros financeiros para a associação conforme determinava o art. 2º dos seus estatutos. *"que os socios não tinham direito a lucro algum pecuniario , sob qualquer denominação, ficando os bens sociaes e seus rendimentos unica e exclusivamente destinados ao fim da instrução"* (507). Portanto, qualquer importância obtida pela instituição deveria reverter em benefício do próprio estabelecimento de ensino e nunca para qualquer de seus membros. Foi nestes moldes que em 13 de abril de 1873 o Colégio foi fundado para entrar em funcionamento em 12 de janeiro do ano seguinte. O município campineiro deu, deste forma, um exemplo para todo o país: a fundação de um estabelecimento que se *"ergue no seio dos proprios habitantes para cuidar de si e por si mesmo da instrução publica - o immenso ideal dos povos na actualidade - levantando um magnífico edificio"* (508). Tal ato foi elogiado pela presidência da Província de São Paulo que, em breves palavras, a ele se referiu: *"convenido, como estou, de que a dedicação ao bem e ao progresso do país é o unico movel da sociedade, louvo estes relevantissimos serviços prestados especialmente à instrução, até agora tão desprezada, serviços que revelam o alto grãu de phi*

[507] *"Culto á Sciencia"* in Gazeta de Campinas, etiqueta 101, n.º 662, 23 de janeiro de 1876, p. 1.

[508] *"Culto á Sciencia"* in Gazeta de Campinas, etiqueta 95, n.º 422, 1.º de janeiro de 1874, p. 2.

*lanthropia e espirito publico desse municipio*" (509). No ano de 1874 o ministério do Império fez reproduzir no Diário Oficial os estatutos da Sociedade Culto à Ciência e os enviou aos presidentes das províncias com uma circular, pela qual apresentava a iniciativa da população de Campinas como um modelo e um exemplo dignos de serem imitados (510).

Toda esta brilhante realização foi fruto da pujança da cultura cafeeira que alicerçava a economia da região, o que tornou possível a concretização dos ideais dos fazendeiros, comerciantes, industriais e bacharéis que se congregaram para dotar o município campineiro de um estabelecimento de instrução que servisse à educação dos seus filhos "e se tornasse, com os melhoramentos sucessivos que se propunham a dar-lhe, foco de luzes para a província de São Paulo" (511). Conseqüentemente, podemos dizer, que a fundação do Colégio Culto à Ciência reflete claramente a situação sócio-econômica do município. Em favor deste argumento, citamos a solução de continuidade que o projeto so

(509) "Offício da presidência da provincia ao secretario da associação Culto à Sciencia" in Gazeta de Campinas, etiqueta 95, nº 491, 13 de dezembro de 1874, p.2.

(510) Campos Salles. "Culto à Sciencia" in Gazeta de Campinas, etiqueta 101, nº 662, 23 de janeiro de 1876, p. 1.

(511) "Culto à Sciencia" in Gazeta de Campinas, nº 2747, 20 de março de 1883, p. 1.

freu no final de 1869 em virtude de geadas que dizimaram os cafezais campineiros nos anos de 1870 e 71 (512).

Três anos depois, quando dias melhores se fizeram para a agricultura, a associação volta a readquirir o ardor dos primeiros tempos, traduzido na fundação do Colégio em abril de 1873 e sua conclusão em novembro do mesmo ano (513). Portanto, o desenvolvimento da cidade de Campinas estribado na riqueza do café constituiu a substância para a consolidação e o progresso do Colégio cuja atividade só foi amainada com a epidemia de febre amarela que assalou a região no final do Império (514).

A associação que fundou o Colégio Culto à Ciência era um núcleo formado de fazendeiros, industriais, comerciantes e homens graduados nas ciências, uma reunião de diferentes classes sociais que se congregaram com um objetivo comum: o proveito de todos (515). Esta asso

(512) Joaquim Bonifácio do Amaral. "Secção Particular" in Gazeta de Campinas, etiqueta 93, nº 312,5 de dezembro de 1872, p.1.; "Culto à Sciencia" in Gazeta de Campinas, etiqueta 101, nº 662, 23 de janeiro de 1876, p. 1.

(513) "Culto à Sciencia" in Gazeta de Campinas, etiqueta 101 nº662, 23 de janeiro de 1876, p.1.

(514) "Centenário do Colégio Culto à Ciência" in Correio Popular. Campinas, 14 de abril de 1973.

(515) "Instrução Publica" in Gazeta de Campinas, nº 7,21 de novembro de 1869, p.1.

ciação, segundo pesquisa levada a efeito por José Carlos Semedo da Costa e Agostinho da Costa de Oliveira, surgiu do clima ideológico criado pela filosofia positivista. Em outras palavras, a filosofia positivista, que passou a dirigir o pensamento brasileiro foi a responsável pela formação da Associação. De acordo com os mesmos pesquisadores, os elementos que a compunham pertenciam ainda à Maçonaria (516). Fazendo uma retrospectiva de alguns membros que fizeram parte das diretorias da Sociedade Culto à Ciência encontramos:

Antonio Pompeu de Camargo (grau 33)

Joaquim Bonifácio do Amaral (V. de Indaiatuba) (grau 9)

Joaquim Egydio de Souza Aranha (grau 12)

Joaquim Quirino dos Santos (grau 9)

Jorge H. Krug (grau 3)

Jorge Miranda (grau 33)

Manoel Ferraz de Campos Salles (grau 33)

Américo Brasiliense (grau 33)

Bento Quirino dos Santos (grau 33)

Francisco Quirino dos Santos (grau 33)

---

[516] Os pesquisadores José Carlos Semedo da Costa e Agostinho da Costa de Oliveira nos remetem as seguintes fontes: Livros de Atas da Loja Independência do 1º ao 7º (1868 a 1884); Livro de Registro de Matrícula da Loja Maçônica Independência (1868 a 1903) e Livro de Comprovação e Purificação da Loja Maçônica Independência nº 1 (1869 a 1885).

Francisco Glicério (grau 33), todos maçons (517) e a maior parte deles ardorosos defensores da república. Dentre eles, destacavam-se Jorge Miranda, Américo Brasiliense, Francisco Glicério, Campos Salles, Francisco Quirino dos Santos (518), o fundador do jornal liberal "Gazeta de Campinas" todos promotores do movimento republicano campineiro. Desta forma, os maçons, possuidores de um espírito positivista e republicano, salientam-se na sociedade campineira como um grupo único lutando em prol dos preceitos progressistas de uma civilização moderna.

Se foi o clima ideológico positivista o responsável pela criação da Sociedade Culto à Ciência e, conseqüentemente, do Colégio e se esta era composta por elementos maçons, podemos concluir que, a Maçonaria cultivava a filosofia positivista proclamando a autonomia da razão e a liberdade de pensamento e de consciência. Além de terem como lema "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" (519) os nomes da Associação e do Colégio indicavam as intenções maço

(517) José Carlos Semedo da Costa e Agostinho da Costa de Oliveira. Uma Filosofia Justifica a Sociedade Culto à Ciência. Documento datilografado existente no arquivo de Colégio Culto à Ciência e apresentado no 1º Congresso de História Regional de São Paulo e 3º Encontro Nacional de Professores de História ocorrido em 1972 na PUCC. Não Publicado s/d. pp. 7 e 15.

(518) João Alberto Salles. "O Grupo dos Cinco" in Amaral. A Cidade de Campinas em 1901. Ob. cit., p. 45; Octavio e Melillo. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Ob. cit., 1914, p. 59.

(519) A maçonaria reuniu em si todas as opiniões filosóficas políticas e sociais tendo a razão por guia, pois, que riam os maçons por em prática a sublime divisa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Semedo da Costa e Costa de Oliveira. Uma filosofia justifica a Sociedade Culto à Ciência. Documento citado, p. 6

nicas.

A Sociedade Culto à Ciência realmente pôs em prática seus propósitos positivistas. O Colégio Culto à Ciência além de não adotar a religião como matéria integrante do currículo, consagrou a liberdade e laicidade do ensino como solução para o problema educacional (520). Assim a instituição Culto à Ciência ao defender a laicidade e liberdade da instrução consagrou um ensino sem o monopólio estatal mais ligado à autonomia da razão e liberdade de consciência e de pensamento.

A Associação Culto à Ciência ao evidenciar seu espírito positivista divulga, ao mesmo tempo, os ideais republicanos, já que a filosofia educacional republicana assumia o dogma da liberdade de ensino ou ensino livre (521). Desta forma, os maçons republicanos campineiros realizaram um dos objetivos do programa liberal radical de 1869 fundando uma casa de ensino independente do monopólio estatal. Portanto, podemos concluir que os fundadores do Colégio Culto à Ciência evidenciaram um espírito positivista, republicano e filantrópico. ao fundar uma instituição educacional que possuía o ensino religioso separado do secular, o ensino livre enquanto solução para o problema

---

[520] Amaral. Campinas Recordações. Ob. cit., p. 50

[521] Haider. Ob. cit., p. 179.

educacional e a gratuidade escolar para os alunos pobres de acordo com o art. 34 dos estatutos do Colégio.(522)

O que acabamos de expor mostra que o Colégio Culto à Ciência não foi apenas fruto da realidade sócio-econômica da região. A referida instituição reflete também a influência sócio-política e cultural da sociedade que se traduz na influência sobre a elite campineira da filosofia positivista e do movimento republicano. O Colégio Culto à Ciência teve, pois, sua origem alicerçada na influência sócio-político-econômica e cultural da sociedade campineira. Foi da interação e integração desses elementos no âmbito da coletividade que surgiu a instituição idealizada pela Sociedade Culto à Ciência. Teve portanto, o Colégio Culto à Ciência a sua origem na necessidade que o meio sentia da melhoria e expansão dos seus níveis de instrução (523). E foi a consciência dessa necessidade acrescida dos ideais e postulados do pensamento positivista e do progressivo desenvolvimento dos primeiros sentimentos que reuniram elementos como Campos Salles, Jorge Miranda, Joaquim Quirino dos Santos em torno da idéia lançada por Antonio Pompeu de Camargo de fundar em Campinas um Colégio nos moldes do Culto à Ciência.

[522] "Culto a Sciencia" in Gazeta de Campinas, etiqueta 101, nº 662, 23 de Janeiro de 1876, p. 1.

[523] Em decorrência do péssimo atendimento oficial da instrução pública e a importância que a escola passa a ter no meio brasileiro, a partir de 70 conduz o povo campineiro a preocupar-se com a expansão de sua instrução em forma de escolas particulares.

### C O N C L U S Ã O:

Da leitura de linhas anteriores constatamos que a preocupação com o setor educacional público campineiro, da Independência até o Ato Adicional de 1834, por parte dos poderes públicos, fora quase nula. Este desinteresse pela educação popular atestou a inocuidade das diretrizes constantes da Constituição de 1824. Esta, ao instituir um regime monárquico, constitucional e representativo estabeleceu um modelo de representação popular, permitiu a eclosão de um movimento em prol da instrução pública logo após a independência política do país.

A situação do ensino público durante os doze primeiros anos de Império tem sua explicação na própria estrutura da sociedade campineira. Com sua estrutura de base agrária e monocultural com mais de 50% de sua população sob regime de escravidão, a sociedade campineira não podia abrigar um movimento significativo em prol da educação pública ou popular. Com as diretrizes estabelecidas pelo Ato Adicional de 1834,

a situação do ensino público campineiro, que já era deficiente, tornou-se definitivamente relegada a uma situação de abandono por parte dos poderes públicos no decorrer do segundo Império. De fato, a partir de 1834 o ensino passou por uma descentralização. Assim, enquanto às províncias coube o ensino de níveis primário e secundário, o ensino na Corte e o ensino superior ficaram sob a alçada do Poder Central. Apesar de o Ato Adicional não impedir a ação do Poder Central sobre o ensino nas províncias, na prática este poder foi completamente omissivo até o final do Império. Justificativa para essa omissão apelavam justamente para a autonomia no setor de ensino conferido às províncias pelo referido Ato. Se pelo menos as províncias tivessem podido dispor de um acervo de recursos que lhes permitisse dispensa da ajuda do Poder Central, o setor educacional não teria chegado ao nível de quase abandono que acima nos referimos. A situação de falência nada mais era de que a coroação de toda uma série de desacertos. Finalmente, contribuindo para todo esse estado de coisas não devemos nos esquecer do aspecto sócio-político-econômico que caracterizava a sociedade. Assim, a solução para o ensino não poderia ser buscada na fonte dos poderes públicos.

Como então iria se processar a expansão escolar campineira, tema central deste trabalho, já que a província paulista não tinha meios e o Po

der Central foi totalmente omissa para com o setor educacional?

Apesar desse lamentável quadro no tocante a instrução pública, a população campineira, a partir de 1870, impulsionada pela expansão econômica cafeeira que propiciou o desenvolvimento urbano em detrimento do rural, adquire uma mentalidade mais progressista pela adoção de novas idéias que iriam alijerçar o período da Ilustração Brasileira. Já com parâmetros novos, anti-conservadores e anti-regressistas, a crença de que a escola e o ensino eram os meios mais adequados para resolução dos problemas do país, era um dos pilares da nova ordem social. Com esta nova visão do papel da escola e sem o apoio do Governo Central como resolver o problema da expansão da rede de ensino? A realidade sócio-político-econômica e cultural reinante na região, a partir da década de 70 apontou para a solução: a expansão da rede escolar alicerçada no ensino livre, nos moldes legais. Este fato, tornou-se realidade na Província de São Paulo em 1869.

Em síntese, podemos concluir que foram as transformações econômicas e sociais ocorridas na segunda metade do século XIX, em decorrência da expansão cafeeira, que possibilitaram o despertar político e intelectual do campineiro. A nova sociedade induzia suas instituições particulares a patrocinar a expan

são de sua rede escolar.

Nesse contexto pontificaram, como ressaltamos no decorrer deste trabalho, duas instituições modelares uma delas com reflexos até nossos dias: o Colégio Internacional e o Colégio Culto à Ciência.

B I B L I O G R A F I A

A. FONTES PRIMÁRIAS E EQUIVALENTES

AMARAL, Leopoldo. A Cidade de Campinas em 1901. Campinas .  
Typografia Casa do Livro Azul, 1900.

AMARAL, Leopoldo. Campinas Recordações. São Paulo. Secção  
de Obras D' "O Estado de São Paulo", 1927.

ATAS da Câmara Municipal de Campinas (1860-89).

COSTA, José Carlos Semedo e OLIVEIRA, Agostinho da Costa.  
Uma Filosofia Justifica a Sociedade "Culto à Ciência" .  
Arquivo do Colégio Culto à Ciência. Monografia Históri  
ca datilografada e não publicada, s/d.

DADOS sobre a expansão urbana campineira. Departamento de  
Urbanismo da Prefeitura de Campinas(1796-1964).

DADOS estatísticos sobre o município campineiro. Arquivo  
do Estado de São Paulo. Lata 27, Ordem nº 27.

DUARTE, Rafael. Campinas de Outrora. Campinas, 1965.

FIorentino, Aparecida Del. O Processo de Industrialização Campineira: origem e evolução (1850-1930). Monografia Histórica mimeografada. Apresentada no Congresso Histórico em Campinas, 1972.

JORNAL, Gazeta de Campinas (1869-1889). Arquivo do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas.

JORNAL Clarim. Arquivo Edgard Leoenroth. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP (1975).

JORNAL Correio Popular. Campinas (1968 e 1978).

LAPA, AmaraI. Primeiras Notas para uma Bibliografia da História de Campinas. Marília. Separata da Revista Estudos Históricos nºs 5/6, órgão do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília, 1966.

MAPPAS da Produção da Villa de São Carlos. Arquivo do Estado de São Paulo. Lata 27, ordem nº 27.

MAPPAS de Estabelecimento de Instrução Primária e secundária do Districto de Campinas referentes aos annos de 1857,62,68 e 79. Arquivo do Estado de São Paulo, lata 11, ordem nº 5036.

MARIANO, Julio. Campinas de Ontem e Anteontem. Campinas. Editora Maranata, 1970.

MENDES, José de Castro. Efemérides Campineira (1739 a 1960). Campinas. Editora Gráfica palmeiras, 1963.

MICROFILMES sobre a população Campineira da primeira metade do século XIX. Centro de Documentação Informação e microfilmagem do Museu Histórico Municipal de Campinas.

MOURA, Francisco Ignacio Xavier de Assis. Almanach Administrativo, Commercial e Industrial da Província de São Paulo. Editores Proprietários Jorge Seckler & Cia Ltda.

MONOGRAFIA Histórica de Campinas. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.

OCTAVIO, Benedicto e MELILLO, Vicente. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Campinas Typografia Casa Mascotte, 1914.

OCTAVIO, Benedicto e MELILLO, Vicente. Almanach Histórico e Estatístico de Campinas. Campinas. Typografia Casa Mascotte, 1912.

OCTAVIO, Benedicto. Apontamentos Históricos e Estatísticos de Campinas. Campinas. Typografia Casa Mascotte, 1907.

PAULA, Carlos Francisco de. Culto à Ciência. Campinas. 1946.

PIGNATARO, Lúcia Capri. Mudança Estrutural da Família Tradicional Campineira. Tese de Doutorado da PUCC 1970.

PUPPO, Benedicto Barbosa. À Margem da História de Campinas Campinas. Tipografia Mattos, 1976.

PUPPO, Celso Maria de Mello. Campinas seu Berço e Juventude. Campinas. Publicação da Academia Campinense de Letras, 1969.

REVISTA do Centro de Ciência, Letras e Artes de Campinas. Número especial comemorativo de 75º aniversário de fundação do Centro de Ciências, letras e Artes. Campinas, 1976.

B. EDUCAÇÃO

AZEVEDO, Fernando de. A Cultura Brasileira. São Paulo. Editora Nacional, 2ª edição, 1944.

BARCELLOS, Milton. Evolução Constitucional do Brasil. Rio de Janeiro. Empresa Nacional. Oficina do Calabouço, 1933.

BARROS, Roque Spëncer Maciel de. A Ilustração Brasileira e a Idēia de Universidade. São Paulo. Universidade de São Paulo; Faculdade de Filosofia, Ciēncias e Letras, 1959.

BERGER, Manfredo. Educação e Dependência. Porto Alegre. Editora Difel, 1976.

CARVALHO, Francisco Aurēlio de Souza. Relatorio sobre o Estado da Instrucção Publica da Provincia de São Paulo no anno de 1874. São Paulo Typografia do "Diario", 1875.

CARVALHO, Francisco Aurēlio de Souza. Relatorio sobre o Estado e necessidades da Instrucção Publica da Provincia de São Paulo no anno de 1884. São Paulo. Typografia King, 1885.

FERREIRA, Tito Livio. História da Educação Luso  
brasileira. São Paulo. Edição Saraiva, 1966.

FILHO, Casemiro dos Reis. Modernização da Cultu  
ra Brasileira. Exemplar mimeografado, s/d.

Haidar, Maria de Lourdes M.. Ensino Secundário  
no Império Brasileiro. São Paulo. Editora Uni  
versidade de São Paulo/Editorial Grijalbo  
Ltda, 1972.

LIMA, Lauro de Oliveira. Estórias da Educação no  
Brasil: de Pombal a Passarinho. Rio de Ja  
neiro. Editora Brasilia, 2ª edição, s/d.

LUZURIAGA, Lourenço. História da Educação e da Pe  
dagogia. São Paulo. Companhia Editorial Nacio  
nal, 1975.

PEREIRA, Luiz e FARACHI Marialice M.. Educação e  
Sociedade. São Paulo, Companhia Editora Nacio  
nal, 1978.

PINTO, Diogo de Mendonça. Relatório sobre a Instrução  
Publica da Provincia de São Paulo em 1866. São Paulo  
Typografia Imparcial, de J.R.de Azevedo Marques, 1867.

PRIMITIVO, Moacyr. A Instrução e o Império (Subsídios para a História da Educação no Brasil). São Paulo. Companhia Editora Nacional; Coleção Brasileira, 3 vol., 1942.

PRIMITIVO, Moacyr. A Instrução Pública no Estado de São Paulo. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1942.

PRIMITIVO Moacyr. A Instrução e as Províncias. São Paulo. Cia Editora Nacional, Vol. 2, 1939.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. História da Educação Brasileira. São Paulo. Editora Cortez & Moraes, 1978.

SILVA, Geraldo Bastos. Educação Secundária. São Paulo. Companhia Editora Nacional. Volume 94, 1969.

TEIXEIRA, Anizio. Educação no Brasil. São Paulo. Editora Nacional, 1957.

C. GERAIS

AZEVEDO, Fernando de. Um trem corre para o Oeste.  
São Paulo. Edições Melhoramentos, s/d.

ANAIS do Museu Paulista. Tomo XI. São Paulo. Imprensa  
Oficial do Estado de São Paulo, 1943.

CAMARGO, J. F. de. Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos.  
São Paulo. USP, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, vol.1.

COSTA, Emilia Viotti da. Da Monarquia à República: Momentos Decisivos. São Paulo. Editorial Grijalbo  
1977.

CARVALHO, Franco, Maria Sylvia de. Homens Livres na Ordem Escravocrata. São Paulo. Editora Ática,  
1976.

COSTA, Cruz. Panorama da História da Filosofia no Brasil. São Paulo. Editora Cultrix,  
1959.

ENSAIOS sobre Café e desenvolvimento econômico.

Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro do café/  
Ministério da indústria e do Comércio, 1973.

EDIÇÃO histórica de Sumarê. São Paulo. Edição Fo  
cus, s/d.

FAORO, Raymundo. Os donos do Poder. Porto Alegre  
Editora Globo, volume 3, 1977.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São  
Paulo. Companhia Editora Nacional, s/d.

HOLANDA, Sergio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio  
de Janeiro. Livraria José Olympio Editora,  
1978.

JUNIOR, Caio Prado. História Econômica do Brasil.  
São Paulo. Editora Brasiliense, 1977.

JUNIOR, Caio Prado. Evolução Política do Brasil  
e outros ensaios. São Paulo. Editora Brasi  
liense, 1975.

JACOB, Gorender. Escravidão Colonial. São Paulo. Edito  
ra Ática, 1978.

- LIMA, Heitor Ferreira. História Política Econômi  
ca e Industrial do Brasil. São Paulo. Compa  
nhia Editora Nacional, 1976.
- LUNÉ, Antonio José Baptista de e FONSECA Paulo  
Delfino da. Almanak da Província de São Paulo.  
São Paulo. Typografia Americana, 1873.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Uma Teoria Científica da  
Cultura. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1970.
- MILLIET, Sergio. Roteiro do Café e outros ensaios  
São Paulo. Coleção do Departamento de Cultura  
1941.
- MOTA, Carlos Guilherme. Brasil em Perspectiva. São  
Paulo. Editora Difel, 1976.
- MÜLLER, Marechal Daniel Pedro. São Paulo em 1836.  
Reedição Litteral "Ensaio d'um Quadro Estatísti  
co da Província de São Paulo em 1838". São  
Paulo. Secção de Obras D'"O Estado de São Pau  
lo", 1923.
- NOTICIA Bibliografica e Histórica da PUCC. Campinas  
ano 5, nº 48, 1973.

NETO, Delfim. O Problema do Café no Brasil. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas; Ministério da Agricultura/SUPLAN, 1979.

PUBLICAÇÃO Oficial de Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo. São Paulo. Typografia da Companhia Industrial de São Paulo, vol. III, 1894.

REVISTA de História. Publicação Trimestral. Ano XI, nº 43.

RODRIGUES, João Lourenço. Pro Aris et Focis. Campinas, 1939.

SILVA, Sergio. Expansão Cafeeira e origens da Indústria no Brasil. São Paulo. Editora Alfa Omega, 1976.

SINGER, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1977.

SOBRINHO, Alves Motta. A Civilização do Café. São Paulo. Editora Brasiliense, 1978.

- SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. São Paulo. Editora Brasiliense, 1973.
- SIMONSEN, Roberto C. Evolução Industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1973.
- SIMONSEN, Roberto C. Histórica Econômica do Brasil (1500-1820). São Paulo. Companhia Editora Nacional/MEC. Coleção Brasiliana, 1977.
- SECKLER, Jorge. Almanach Administrativo, Commercial e Industrial da Provincia de São Paulo. São Paulo. Editores Proprietários Jorge Seckler & Cia, 1886 e 1887.
- TAUNAY, Afonso Escragnolle. Pequena História do Café. Rio de Janeiro. Edição do Departamento Nacional do Café, 1945.
- TAUNAY, Afonso Escragnolle. Subsídios para uma História do Café no Brasil Colonial. Rio de Janeiro, 1935.

TAUNAY, Afonso Escragnolle. História do Café no Brasil Imperial (1872-1889). Rio de Janeiro. Edição do Departamento Nacional do Café, tomo IV e V, 1939.

TAUNAY, Afonso Escragnolle. Pequena História do Café. Rio de Janeiro. Edição do Departamento Nacional do Café, 1945.

TAUNAY, Afonso Escragnolle. Subsídios para uma História do Café no Brasil Colonial. Rio de Janeiro, 1945.

TAUNAY, Afonso Escragnolle. História do Café no Brasil Imperial (1872-1889). Rio de Janeiro. Edição do Departamento Nacional do Café, tomo IV e V, 1939.

TAUNAY, Luiz Goffredo de Escragnolle, Coutry Luiz, Silva Augusto Carlos. Relatório da Propaganda na Europa do Café. (Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Interino dos da Agricultura). Rio de Janeiro. Tipografia Nacional, 1882.

TAUNAY, Afonso Escragnolle. A Propagação da Cultura Cafeeira. São Paulo. Departamento Regional do Café 1934.

TEIXEIRA, Francisco e Dantas José. Estudos de História do Brasil: Império e República. São Paulo Editora Moderna Ltda, vol. II, 1974.

VILLARES, Jorge Dumont. O Café. São Paulo. Instituto do Café do Estado de São Paulo, 2ª vol. 1927.

LEIS CITADAS NA INTRODUÇÃO DO

TRABALHO

## A LEI ÁUREA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

15 DE OUTUBRO DE 1827

### — A LEI ÁUREA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA — 15 DE OUTUBRO DE 1827

Expulsos os Jesuítas em 1759 e não tendo vingado as "aulas régias" pombalinas, ficou a Colônia sem qualquer sistema escolar, sobretudo elementar (os "colégios" jesuítas podiam ser considerados ensino médio). Assim permaneceu com a virada de D. João VI que criou algumas escolas na Corte. Proclamada a Independência, em 1822, não se cuidou de estabelecer um sistema escolar para o novo império (mero recurso, politicamente hábil, de manter uma "provincia ultramarina"). Finalmente, em 1827, em outubro, uma lei da Assembléa Geral Legislativa determina que se criem escolas: as câmaras provinciais propõem a criação das escolas, "dando conta à Assembléa Geral, para final resolução" o que equivale a dizer que a "Lei Áurea da Educação Nacional", de fato, nenhuma escola criou, inaugurando, portanto, um astro nacional de confundir leis e pareceres com a realidade sócio-econômica. A Lei de 1827, realmente, é uma permissão ou o levantamento de uma proibição, como a abertura dos portos e a abolição da escravatura (cancelamento das obrigações dos senhores de escravos para com a manufatura de sua mão-de-obra). Faz, portanto, 150 anos que se permitiu no Brasil o ensino elementar... A lei: "A 15 de outubro de 1827, sendo D. Pedro I, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil", José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde, com grandeza, de São Leopoldo, Ministro do Interior, foi decretada pela Assembléa Geral Legislativa, lei promulgada pelo imperador que mandou "criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império". Essa Carta de Lei foi registrada às fls. 180 do Livro 4.º do registro de cartas, leis e alvarás, da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, em 29 de outubro de 1827, por Albino dos Santos Pereira, publicada na Chancelaria-Mor do Império do Brasil, no Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1827 e registrada na mesma Chancelaria às fls. 86 do livro 1.º de cartas, leis e alvarás, no mesmo dia.

Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827, Parte Primeira, 1878, Tipografia Nacional, Atos do Poder Legislativo, páginas 71-73.

"Lei — de 15 de outubro de 1827.

Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do império.

D. Pedro I, por Graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil; Fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembléa Geral decretou e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá as escolas de primeiras letras que forem necessárias.

Art. 2.º Os Presidentes das provincias, em Conselho e com audiência das respectivas Camaras, enquanto não estiverem em exercicio os Conselhos Geraes, marcarão o numero e localidade das escolas, podendo extinguir as que existem em lugares pouco populosos e remover os Professores de lá para as que se crearem, onde mais aproveitarem, dando conta a Assembléa Geral para final resolução.

Art. 3.º Os Presidentes, em Conselho, taxarão interinamente os ordenados dos Professores, regulando-se de 200\$000 a 500\$000 annuos, com attenção ás circumstancias da população e carestia dos logares, e o farão presente á Assembléa Geral para a approvação.

Art. 4.º As escolas serão do ensino mutuo nas capitães das provincias; e o serão também nas cidades, vilas e logares populosos delias, em que for possível estabelecerem-se.

Art. 5.º Para as escolas do ensino mutuo se applicarão os edificios, que couberem com a sufficientia nos logares delias, arrendando-se com os utensilios necessários a custa da Fazenda Publica e os Professores que não tiverem a necessaria instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e á custa dos seus ordenados nas escolas dos capitães.

Art. 6.º Os Professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimas e proporções, as noções mais geraes de geometria pratica, a grammatica de lingua nacional, e os principios de moral christã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionados á comprehensão dos meninos; preferendo para as leituras a Constituição do Império e a Historia do Brasil.

Art. 7.º Os que pretenderem ser providos nos cadeiras serão examinados publicamente perante os Presidentes, em Conselho, e estes proverão o que for julgado mais digno e darão parte ao Governo para sua legal nomeação.

Art. 8.º Só serão admitidos á opposição e examinados os cidadãos brasileiros que estiverem no gozo de seus direitos civis e politicos, sem nota na regularidade de sua conducta.

Art. 9.º Os Professores actuaes não serão providos nas cadeiras que novamente se crearem, sem exame approvação, na forma do art. 7.º.

Art. 10. Os Presidentes, em Conselho, ficam autorizados a conceder uma gratificação annual que não exceda á terça parte do ordenado, áquelles Professores, que por mais de dois annos de exercicio não interrompido se tiverem distinguido por sua prudencia, desvelos, grande numero e aproveitamento de discipulos.

Art. 11. Haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessario este estabelecimento.

Art. 12. As mestras, siem do declarado no art. 6.º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução de arithmetica só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem á economia domestica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, áquellas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do art. 7.º.

Art. 13. As mestras vencerão os mesmos ordenados e gratificações concedidas aos Mestres.

Art. 14. Os provimentos dos Professores e Mestres serão vitalicios; mas os Presidentes em Conselho, a quem pertence a fiscalização das escolas, os poderão suspender a tó por sentenças serão demittidos, provendo interinamente quem substitua.

Art. 15. Estas escolas serão regidas pelos estatutos actuaes se não se oppozerem a presente lei; os castigos serão os praticados pelo methodo do Lencastre.

Art. 16. Na provincia, onde estiver a Corte, pertence ao Ministro do Império, e que nas outras se incumbem aos Presidentes.

Art. 17. Ficam revogadas todas as leis, alvarás, regimentos, decretos e outras resoluções em contrario.

Mandamos portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negócios do Império a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 15 dias do mez de outubro de 1827, 5.º da Independência e do Império.

IMPERADOR com rubrica e guarda Visconde de S. Leopoldo.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial mandou executar o decreto da Assembléa Geral Legislativa, que houve por bem sancionnar, sobre a criação das escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e logares mais populosos do Império, na forma acima declarada.

Para Vossa Magestade Imperial ver'.

Apud Prof. Alfredo Gomes — Publicado no "Correio Paulistano", em 13 de janeiro de 1949. "Os resultados, porém, dessa lei que fracassou por várias causas [...] não correspondem aos intentos do legislador; o governo (imperial) mostrou-se incapaz de organizar a educação popular no país". Fernando de Azevedo, Cultura Brasileira. Apesar de este fracasso ocorrer trinta e cinco anos depois do descobrimento, há autores que o explicam como resultado do "caráter antecapitativo" de nossas preocupações com educação: a politica colonial nada teve com o problema. — "Quando Jupiter quer perdêr alguém, primeiro tira-lhe a razão" — dizem os romanos. Este fracasso selou mais um século de abandono da educação popular...

# ATO ADICIONAL

12 DE AGOSTO DE 1834

## ACTO ADICIONAL

A Regência permanente, em nome do Imperador o Sr. De Pedro II, faz saber a todos os súbditos do Imperio que a Camara dos Deputados, competentemente autorizada para reformar a Constituição do Imperio, nos termos da Carta de L., de 12 de outubro de 1832, decretou as seguintes mudanças e addições à mesma Constituição:

Lei de 12 de agosto de 1834

Art. 1.º O direito, reconhecido e garantido pelo art. 71 da Constituição, será exercido pelas camaras dos districtos e pelas assembleas, que, substituindo os conselhos geraes, se estabelecerão em todas as provincias, com o titulo de assembleas legislativas provinciaes.

A autoridade da assemblea legislativa da provincia, em que estiver a corte, não comprehendêrã a mesma corte, nem o seu municipio.

Art. 2.º Cada uma das assembleas legislativas provinciaes constará de 36 membros nas provincias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo; de 28 nas do Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Sul; e de 20 em todas as outras. Este numero é alteravel por lei geral.

Art. 3.º O poder legislativo geral poderá decretar a organização de uma segunda camara legislativa para qualquer provincia, a pedido de sua assemblea, podendo esta segunda camara ter maior duração do que a primeira.

Art. 4.º A eleição destas assembleas far-se-ha da mesma maneira que se fizer a dos deputados à assemblea geral legislativa, e pelos mesmos eleitores, mas cada legislatura provincial durará só dois annos, podendo os membros de uma ser reeleitos para as seguintes.

Immediatamente depois de publicada esta reforma proceder-se-ha em cada uma das provincias à eleição dos membros das suas primeiras assembleas legislativas provinciaes, as quaes entrarão logo em exercicio, e durarão até o fim do anno de 1837.

Art. 5.º A sua primeira reunião far-se-ha nos capitães das provincias, e as seguintes nos lugares que forem designados por actos legislativos provinciaes; o lugar, porém, da primeira reunião da assemblea legislativa da provincia, em que estiver a corte, será designado pelo governo.

Art. 6.º A nomeação dos respectivos presidentes, vice-presidentes e secretarios, verificação dos poderes de seus membros, juramento, e sua policia e economia interna, far-se-hão na forma dos seus regulamentos, e interiormente na forma do regimento dos conselhos geraes de provincia.

Art. 7.º Todos os annos haverá sessão, que durará dois mezes, podendo ser prorrogada quando o julgar conveniente o presidente da provincia.

Art. 8.º O presidente da provincia assistirá à instalação da assemblea provincial, que se fará, à excepção da primeira vez, no dia que ella marcar; terá assento igual ao do presidente della e à sua direita; e elle dirigirá à mesma assemblea a sua fallá, instruindo-a do estado dos negocios publicos e das providencias que mais precisar a provincia para seu melhoramento.

Art. 9.º Compete às assembleas legislativas provinciaes propor, discutir e deliberar, na conformidade dos arts. 81, 83, 84, 85, 86, 87 e 88 da Constituição.

Art. 10. Compete às mesmas assembleas legislar:

1.º Sobre a divisão civil, judiciaria e ecclesiastica da respectiva provincia, e mesmo sobre a mudança da sua capital para o lugar que mais convier.

2.º Sobre instrução publica e estabelecimentos proprios a promovê-la, não comprehendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, acadêmicos e outros estabelecimentos e outros quaesquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem creados por lei geral.

3.º Sobre os casos e a forma por que pôde ter lugar a desapropriação por utilidade municipal ou provincial.

4.º Sobre a policia e economia municipal, precedendo propostas das camaras.

5.º Sobre a fixação das despesas municipais e provinciaes, e os impostos para ellas necessarios, quando que estes não prejudiquem as imposições geraes do estado. As camaras poderão propor os meios de occorrer às despesas dos seus municipios.

6.º Sobre a repartição da contribuição directa pelos municipios da provincia, e sobre a fiscalização do emprego das rendas publicas provinciaes e municipaes, e das contas de sua receita e despesa.

As despesas provinciaes serão fixadas sobre orçamento do presidente da provincia, e as municipaes sobre orçamento das respectivas camaras.

7.º Sobre a criação, suppressão e nomeação para os empregos municipaes e provinciaes, e estabelecimentos dos seus ordenados.

São empregos municipaes e provinciaes todos os que existirem nos municipios e provincias, à excepção dos que dizem respeito à arrecadação e dispêndio das rendas geraes, à administração da guerra e marinha, e dos correios geraes; dos cargos de presidente de provincia, bispo, comandante superior da guarda nacional, membro das relações e tribunaes superiores, e empregados das faculdades de medicina, cursos jurídicos e academias, em conformidade da doutrina do § 2.º deste artigo.

8.º Sobre obras publicas, estradas, e navegação no interior da respectiva provincia, que não pertencem à administração geral do estado.

9.º Sobre construção de casas de prisão, trabalho, correção e regimen de ella.

10. Sobre casas de socorros publicos, conventos e quaesquer associações politicas ou religiosas.

11. Sobre os casos e a forma por que poderão os presidentes das provincias nomear, suspender e ainda mesmo demittir os empregados provinciaes.

Art. 11. Tambem compete às assembleas legislativas provinciaes:

1.º Organizar os regulamentos internos sobre as seguintes bases: 1.º, nenhum projecto de lei ou resolução poderá entrar em discussão sem que tenha sido dado para ordem do dia pelo menos 24 horas antes; 2.º, cada projecto de lei ou resolução passará, pelo menos, por tres discussões; 3.º, de uma a outra discussão não poderá haver menor intervalo do que 24 horas.

2.º Fixar, sobre informação de presidente da provincia, a força policial respectiva.

3.º Autorizar as camaras municipaes e o governo provincial para contractar empréstimos com que occorrerão às suas respectivas despesas.

4.º Regular a administração dos bens provinciaes.

Uma lei geral marcará o que são bens provinciaes.

5.º Promover, cumulativamente com a assemblea e o governo geraes, a organização da estatística da provincia, a cathezeas, a civilização dos indigenas, e o estabelecimento de colonias.

6.º Decidir, quando tiver sido pronunciado o presidente da provincia, os queas suas vezes fizer, se o processo deve continuar, e elle ser ou não suspenso no exercicio de suas funções, nos casos em que pelas leis tem lugar a suspensão.

7.º Decretar a suspensão, e ainda mesmo a demissão do magistrado contra quem houver queixa de responsabilidade, sendo elle ouvido, e dando-se-lhe lugar à defesa.

8.º Extercer, cumulativamente com o governo geral, nos casos e pela forma marcados no § 15 do art. 179 da Constituição, o direito que esta concede ao mesmo governo geral.

9.º Velar na guarda da Constituição e das leis na sua provincia, e representar à assemblea e ao governo geraes contra as leis de outras provincias, que offenderem os seus direitos.

Art. 12. As assembleas provinciaes não poderão legislar sobre impostos de importação, nem sobre objectos não comprehendidos nos dous precedentes artigos.

Art. 13. As leis e resoluções das assembleas legislativas provinciaes sobre os objectos especificados nos arts. 10 e 11 serão enviadas directamente ao presidente da provincia, a quem compete sancioná-las.

Excepção-se as leis e resoluções que versarem sobre os objectos comprehendidos no art. 10 §§ 4.º, 5.º e 6.º, na parte relativa à receita e despesa municipal, e § 7.º, na parte relativa aos empregos municipaes, e no art. 11 §§ 1.º, 6.º, 7.º e 9.º, as quaes serão decretadas pelas mesmas assembleas, sem dependência da sanção do presidente.

Art. 14. Se o presidente entender que deve sancionar a lei ou resolução, o fará pela seguinte fórmula, assignada de seu punho: "Sanciono, e publico-se como lei".

Art. 15. Se o presidente julgar que deve negar a sanção, por entender que a lei ou resolução não convem aos interesses da provincia, o fará por esta fórmula: "Voto à assemblea legislativa provincial", expondo debaixo de sua assignatura as razões, em que se fundou. Neste caso será o projecto submettido a nova discussão; e se for adoptado tal qual, ou modificado no sentido das razões pelo presidente allegadas, por dous terços dos votos dos membros da assemblea, será reenviado ao presidente da provincia, que o sancionará. Se não for adoptado, não poderá ser novamente proposto na mesma sessão.

16. Quando, porém, o presidente negar a sanção por entender que o projecto offende os direitos de alguma outra provincia, nos casos declarados no § 8.º do art. 10, ou os tratados feitos com as nações estrangeiras, e a assemblea provincial julgar o contrario por dous terços dos votos, como no artigo precedente, será o projecto, com as razões allegadas pelo presidente da provincia, levado ao conhecimento do governo e assemblea geraes, para esta definitivamente decidir se elle deve ser ou não sancionado.

Art. 17. Não se achando nesse tempo reunida a assemblea geral, e julgando o governo que o projecto deve ser sancionado, poderá manifestar que elle seja provisoriamente executado, até definitivamente se reunir a assemblea geral.

Art. 18. Sancionada a lei ou resolução a qual o presidente publicar pela forma seguinte: "F...., presidente da provincia de...., faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou, e eu sancionei a lei ou resolução seguinte (a integridade da lei nas suas disposições adiante): mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei ou resolução pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém. O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr".

Assignada pelo presidente da provincia a lei ou resolução, e sellada com o sello do Imperio, guarde-se-lhe o original no archivo publico, e envie-se-lhe exemplares della a todas as camaras e tribunaes, e mais lugares da provincia, onde convenha fazer-se publica.

Art. 19. O presidente dará ou negará a sanção no prazo de 10 dias, e, não o fazendo, ficará entendido que a deu.

Neste caso, e quando, tendo-lhe sido recusada a lei, não determina o art. 15, recusar sanciona-la, a assembléa legislativa provincial a mandará publicar com esta declaração, devendo então assigna-la o presidente da mesma assembléa.

Art. 20. O presidente da provincia enviará á assembléa e governo geraes cópias authenticas de todos os actos legislativos provinciales que tiverem sido promulgados, afim de se examinar se offendem á Constituição, os impostos geraes, os direitos de outras provincias ou tratados, casos unicos em que o poder legislativo geral os poderá revogar.

Art. 21. Os membros das assembléas provinciales serão invioláveis pelas opiniões que emitirem no exercicio de suas funções.

Art. 22. Os membros das assembléas provinciales vencerão diariamente, durante o tempo das sessões ordinarias, extraordinarias, e das prorrogações, um subsídio pecuniario marcado pela assembléa provincial na primeira sessão da

legislatura antecedente. Terão tambem, quando mudarem fóra do lugar da sua reunião, uma indemnização annual para as despesas de ida e volta, marcada pelo mesmo modo, e proporcionada á extensão da viagem.

Na primeira legislatura, tanto o subsídio como a indemnização serão marcados pelo presidente da provincia.

Art. 23. Os membros das assembléas provinciales, que forem empregados publicos, não poderão, durante as sessões, exercer o seu emprego, nem accumular ordenados; tendo, porém, opção entre o ordenado do emprego e o subsídio que lhes competir como membros das ditas assembléas.

Art. 24. Além das attribuições que por lei competirem aos presidentes das provincias, compete-lhes tambem:

1.<sup>o</sup> Convocar a nova assembléa provincial, de maneira que possa reunir-se no prazo marcado para suas sessões.

Não a tendo o presidente convocado seis mezes antes deste prazo, será a convocação feita pela camara municipal da capital da provincia.

2.<sup>o</sup> Convocar a nova assembléa provincial extraordinariamente, prorrogá-la e adia-la, quando ussão o exigir o bem da provincia; e, contudo, porém, que em nenhum dos annos deixe de haver sessão.

3.<sup>o</sup> Suspender a publicação das leis provinciales, nos casos e pela forma marcados nos arts. 15 e 16.

4.<sup>o</sup> Expedir ordens, instruções e regulamentos, adequados á boa execução das leis provinciales.

Art. 25. No caso de duvida sobre a intelligencia de algum artigo desta reforma, ao poder legislativo geral compete interpretá-lo.

Art. 26. Se o Imperador não tiver parente algum que reúna as qualidades exigidas no art. 123 da Constituição, será o Imperio governado, durante a sua minoridade, por um Regente electivo e temporario, cujo cargo durará quatro annos, renovando-se para esse fim a eleição de quatro em quatro annos.

Art. 27. Esta eleição será feita pelos electores da respectiva legislatura, os quaes, reunidos nos seus collegios, votarão por escrutinio secreto em seus cidadãos brasileiros, dos quaes, um não será nascido na provincia a que pertencerem os collegios, e nenhum delles será cidadão naturalizado. Apurados os votos, levar-se-hão tres actas do mesmo teor que continhão os nomes de todos os votados e o numero exacto de votos que cada um tiver. Assignadas estas actas pelos electores e selladas, serão enviadas, uma á camara municipal que pertencer ao collegio, outra ao governo geral por intermedio do presidente da provincia, e a terceira directamete ao presidente do senado.

Art. 28. O presidente do senado, tendo recebido as actas de todos os collegios, abri-las-ha em assembléa geral, reunidas ambas as camaras, e fará contar os votos; o cidadão que obtiver a maioria destes, será o Regente. Se houver empate, por terem obtido o mesmo numero de votos dois ou mais cidadãos, entre elles decidirá a sorte.

Art. 29. O governo geral marcará um mesmo dia para esta eleição em todas as provincias do Imperio.

Art. 30. Enquanto o Regente não tomar posse, e na sua falta e impedimentos, governará o ministro de estado do Imperio, e na falta ou impedimento deste, o da justiça.

Art. 31. A actual Regencia governará até que tenha sido eleito e tomado posse o Regente de que trata o art. 26.

Art. 32. Fica suprimido o conselho de estado de que trata o título 5.<sup>o</sup>, capitulo 7.<sup>o</sup>, da Constituição.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução das referidas mudanças e addições pertencer, que as cumprão, e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém.

O secretario de estado dos negocios do Imperio as faça juntar á Constituição, imprimir, promulgar e correr. Palacio do Rio de Janeiro, aos 12 de Agosto de 1834. 1.<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio. — Francisco de Lima e Silva. — João Bráulio Muniz. — Antonio Pinto Chicharro da Gama.

## REFERÊNCIA DE MARIA DE LOURDES M. HAIDAR SOBRE A

### LEI DE 31 DE OUTUBRO DE 1835

(26) O Ato Adicional, § 59 art. 10, conferiu às Assembleias Provinciais o direito de fixar as despesas municipais e provinciais e os impostos para elas necessários, desde que não fossem prejudicadas as imposições gerais do Estado. Poderiam igualmente as Câmaras propor os meios de ocorrer às despesas dos seus municípios. Tornava-se necessário, portanto, fixar com precisão os impostos gerais para que pudessem por sua vez as províncias determinar as fontes da própria receita.

Uma lei geral regulando a matéria não chegou a ser feita e a partilha provisória efetuada pela lei de 31 de outubro de 1835 muito pouco reservou às províncias: contribuições de polícia, décima urbana, legados e horanças, direitos de portagem, direitos de aguardente, impostos de rês em libra de carne, passagens de rios, novos e velhos direitos, próprios provinciais, dizimos, quota do ditimo do café, terças partes dos officios, direitos de chancelaria, impostos das casas de lenço e modas, emolumentos de passaportes e visitas de saúde, imposto sobre sapos e bens do vento. Destas fontes, segundo os testemunhos de Tavares Bastos e Uruguai, eram as seis últimas quase improdutivas; sómente os dizimos do café e do apicar forneciam recursos abundantes. A partilha provisória, desvantajosa para as províncias, explicava-se em função das graves dificuldades financeiras que então preocupavam o país. "Legados pela desordem financeira do primeiro reinado — esclarece Tavares Bastos — *deficits* permanentes afligiam o Estado; a uma deplorável guerra externa sucediam commoções intestinas; acaso podia então o legislador privar o tesouro de recursos que era difícil substituir por novas combinações financeiras? Fazendo uma partilha provisória, ele esperava talvez que o futuro removesse bem depressa o obstáculo momentâneo; pelo contrário, porém, adiando a dificuldade, a reação perpetuou o provisório. A classificação de 1835 prevaleceu quase inteira até hoje, continuando como geral certas verbas de receita que em rigor seriam provinciais." *A Província*, ed. cit., p. 336.

As dificuldades financeiras das províncias não resultaram, entretanto, unicamente, do reduzido quinhão que lhes coube; foi-lhes dificultada também, segundo o testemunho do próprio Uruguai, a cobrança dos magros rendimentos que lhes reservara a partilha de 1835. Dado que o contribuinte não pague voluntariamente o imposto e ponha ao seu pagamento obstáculos que sómente podem ser removidos por meios judiciais ou administrativos, podem as Assembleias Provinciais legislar sobre o modo de os remover, e indicar a autoridade que o há de fazer?

"Pretende-se que a Assembleia provincial não pode determinar qual há de ser o juiz e o processo, porque o ato adicional não lhe confere em parte alguma faculdade especial sobre o objeto. (...) Criado um imposto por uma Assembleia Provincial, terá a administração provincial de esperar, sabe Deus até quando, que a Assembleia Geral, por uma lei complementar, especial, provincial, indique qual a autoridade que há de corrigir o contribuinte recalcitrante, conhecer de suas reclamações, judicial e administrativamente, e por que processo. A Assembleia Provincial depois de criado o imposto para, estaca. *Huc usque venies. Estados Federaes* ..., ed. cit., v. I p. 207-208.

QUADRO ILUSTRATIVO DA SOCIEDADE BRASILEIRA  
DO SÉCULO XIX SALIENTANDO A EXPANSÃO ECONÔ  
MICA IMPERIAL E A EXPANSÃO ESCOLAR PARTICU  
LAR EM DECORRÊNCIA DA DECADENTE INSTRUÇÃO  
PÚBLICA(dados econômicos, sociais, políti-  
cos e educacionais)

	DATAS ECONÔMICAS	DATAS SOCIAIS	DATAS POLÍTICAS	DATAS POLÍTICAS E EDUCACIONAIS
1808	Independência Econômica da Colônia com abertura dos Portos	Aliança entre a classe dominante brasileira e a burguesia europeia (desejo de manter comércio livre)	Vinda da Corte para o Brasil - ocorre o rompimento do Pacto Colonial	
1810	Tratado de 1810 com a Inglaterra (Transplante do proletariado inglês para o Brasil)			
1812/15	Início da Fase de declínio do surto econômico iniciado em fins de XVIII - retração dos mercados internacionais			
1820		Classe dominante passa a se interessar pela autonomia política	Revolução Constitucionalista do Porto e o desejo de recolonizar o Brasil	
1822	crise econômica e financeira (empréstimos ingleses)	Independência política do Brasil é realizada pela classe dominante, configura o país a sua imagem e resiste a qualquer modificação interna	Independência política do Brasil, realizada pelas classes dominantes - Instituição Monarquia	
1823			Dissolução da Ass. Constituinte 1823 - sintoma do absolutismo do Monarca	Lei de 20 de outubro de 1823 - aboliu os privilégios do Estado para dar instrução, inscrevendo o princ. de liberdade de ens. sem restrições
1824		Classe dominante (proprietários rurais) lutam até 1831 - mediante os temores da Recolonização	Outorga a Constituição de 1824 - Constituição centralizada	artigo 179 - nº XXXII - garante a instr. primária gratuita a todos os cidadãos.
1826			D. Pedro renova o Tratado de 1810 com a Inglaterra acrescentando o compromisso de abolir o tráfico em 1830	Lei de 15 out. 1827 - determina criação de escolas de las. letras em todas as cid., vilas e lugares mais pop.; est. mais criação de escolas para meninas
1830	café surge como o 1º produto na pauta de exportação para daí por diante não perder mais destaque			
1831		classe dominante luta contra os restauradores e liberais radicais para manter a estrutura do poder	Abdicação de Pedro I e início do Período Regencial (1831-40)	
1831			Lei de 7 nov./1831 - Tráfico - papel morto	
1834			Ato Adicional de 1834 é promulgado - descentralização do poder central	descentralização do ensino - Províncias passam a atuar sobre a instrução pública - 1a e 2a. (O ensino sup. em todo o territ. ficou a cargo da União)
1838			Governo Brasileiro promulga lei extinguindo o tráfico, porém fica no papel	
1840		classe dominante torna-se regressista	Majoridade de Pedro II e o Período denominado Reação, seguindo a lei de interpretação do Ato	
1844			Tarifa Alves Branco - Ministério da Fazenda	
1845			Lei Bill Aberdeen - Inglaterra - tráfico	
1850	escravo estava saindo mais caro que a produção. Desequilíbrio entre a produção e o valor da mão de obra		Lei Euzébio de Queiroz - proíbe o tráfico definitivamente (Brasil resiste à pressão inglesa até 50)	
1850/60	ascensão do café			Em 1859 o meio de instr. pública era totalmente insuficiente apesar da descent. não excluir a atuação do P.G. quanto ao ensino 1º e 2º.

	DATAS ECONÔMICAS	DATAS HISTÓRICAS COMO CONSEQUÊNCIAS DIRETAS DAS ECONÔMICAS	DATAS SOCIAIS	DATAS POLÍTICAS	DATAS EDUCACIONAIS
1860	Ascensão do Café (decorrente da contínua solicitação dos mercados inter. sobretudo E.U.; mais tarifa Alves Branco de 1844; mais capital do tráfico proibido. - A perc. do café bras. na déc. de 1860-70 representou 45,6%. - A prod. paul. do café se desloca p/ o interior da Província, destacando o desenv. paulatino do 2º cenário cafeeiro (oeste paul.), com uma prod. que representa 16% da produção nac., passando a ser a reg. responsável pela expansão cafeeira.	propiciam ao Brasil, início do desenv. de um insipiente capitalismo - que traz como consequência o desenv. urbano-com. propiciado pelo fin. e comercialização do café (base infra-estrutural p/ o futuro desenv. urbano-industrial).	1860 - substituição da mão de obra escrava pela do imigrante europeu. - problema da mão de obra; - sistema de parceria conduz à introdução de maquinaria na agricultura. - construção de ferrovias. - Comp. Paulista de E. Ferro (1868).	Proprietários do café tornam-se empresários comerciais na produção e consequente necessidade de crédito), passando suas atividades a serem mais urbanas que rurais	Política do Império de D. Pedro II se estabiliza, centrada nos interesses da classe dominante. De acordo com seus objetivos e intentos econ. reestabiliza-se a estrutura econômica do país.
1869					A instrução pública encontrava-se totalmente insuf.
1870	Década de 1870/80 = café brasileiro representou uma percentagem de 55,6%. A produção paulista atingiu 20% em 1870.	- Proprietários cafeeiros abandonam seus métodos pré-capitalistas e adotam contratos salariais. - Nec. de braços para a lavoura conduz a imigração "subvencionada" impulsionada por assalariados. - Comp. Ituana e Sorocabana (E.F.)			- Início de duas crenças no Brasil = européia e N. Americana, protestante. - Início do PERÍODO den. "Ilustração Brasileira". - Em 1870, o est. desanimador da inst. públ. continua. Frente a este est., surgiu preocupação dos esp. esclarecidos, conscientes do papel fund. da esc. na elevação do nível intelec. e moral da Nação. - Projeto de Ref. sobre inst. públ. apresentado ao Governo Central (1870).
1871		Lei do Ventre Livre (início da abolição gradual da escravidão) (28 de setembro de 1871)			Ocorre liberdade de ensino, isto é, licença p/ abertura de aulas e outras inst. de ens. Ocorre crescimento acentuado das inst. part., proliferação de inst. fora da pressão direta do Estado.
1872		Comp. Mogiana e inic. a S.P./Rio (1870)			
1874					Lei de 22 de março de 1874 sobre a obrigatoriedade do ens. (se tornou idêntica à da grat. não se efetivou, permaneceu apenas fixada em lei).
1880	Década de 1880/90 o café brasileiro representou 61,5%. A prod. paul. que atingiu 20% em 1870 passa a atingir em 1880, 40%. Verifica-se o desloc. do surto geográfico das plantações para o Oeste.	A partir de 1880 a imigração torna-se mais massiva, o trabalho escravo vai cedendo lugar ao trabalho assalariado.			Projeto de Reforma sobre a Instrução Pública apresentado ao Governo Central (1880).
1884		Lei sexagenária-abolição progressiva retardou o desenvolvimento do capitalismo, isto é, a introdução do trabalho assalariado, que se intensifica somente depois de 1880			
1889				Proclamação da República	

QUADRO ILUSTRATIVO DA SOCIEDADE CAMPINEIRA  
DO SÉCULO XIX SALIENTANDO SUA EXPANSÃO ECO  
NÔMICA E EDUCACIONAL (dados econômicos, es-  
tatísticos, sociais, políticos e educacio -  
nais)

DADOS SOBRE A SOCIEDADE CAMPINEIRA

	Dados Economicos (receitas e despesas)	Dados Hist. Ligados com a expansão urbana	Dados Estatisticos	Dados Sociais	Dados Politicos	Dados Educacionais
1774			61 famílias com 357 indivíduos		Campinas torna-se freguesia sob a jurisdição do Juiz de Fora	Não obtivemos informação se teve escola régia mantida por professor assalariado
1796			26.350m <sup>2</sup> área urbana			" " " "
1797	renda pública: 50\$000 ind. açucareira-novo elemento econ. em Campinas		2.107 pessoas e 400 casas		Campinas torna-se Vila de São Carlos	" " " "
1798	grandes latifúndios de engenho assumem lugar das pequenas propriedades (sitios)		2.184 habitantes com 784 escravos			" " " "
1801	receita - 167\$540 despesa - 140\$820					
1803						Em 1803 Diogo Antonio Feijó abre uma escola de primeiras letras e latimidade
1812						Em 1812 assume Padre Antonio Diogo Feijó realmente na função de pedagogo e mestre-escola. As primeiras escolas em Campinas consta que foram mantidas por sacerdotes.
1816	a economia era a açucareira mas, a produção de café alcançava 30 arrobas consumidas no próprio local			A vida social do fazendeiro era mais rural		funcionava aqui uma escola de primeiras letras
1818	produção do açúcar introduzido em 1770 era de 100.000 arrobas anuais, com 60 engenhos		6.000 habitantes com 1.000 casas			
1819	100 engenhos produzindo e o café ainda era considerado nesta época como remédio		49.700m <sup>2</sup> de área urbana			Funcionava uma escola de primeiras letras
1820	de 1820 em diante inicia-se a plantação de café, mas a grande maioria ainda centralizava-se no açúcar que se destacou até 1850					
1822			7.369 hab. (brancos, pretos, mul.), sendo 2.389 brancos, 3.434 pretos e 1.546 mulatos.			

	<u>Datas econômicas (receitas e estabelecimentos rurais)</u>	<u>Datas hist. ligadas a expansão econômica</u>	<u>Dados Estatísticos</u>	<u>Datas sociais</u>	<u>Datas Políticas</u>	<u>Datas Educacionais</u>
1830	Nesta época plantava-se açúcar em grande quant., mas com pouco lucro, porque os preços est. baixos e a gran. dist. de Santos era desf. a exportação.	São Carlos de Campinas era insignificante de acordo Tchudi (M. R. História no Brasil)				em 1830 abriu em Campinas uma escola de Música
1832						uma das escolas mais frequentadas era a escola particular de Francisco de Paula Vilarinho
1833			Estatística de 18/03 estabelece 1.047 casas e 6.882 habitantes			
1835	Começava-se a estender as fazendas de café					3 escolas: 1 pública e 2 particulares
1837	1836 - produção era de 8.801 arrobas					instrução pública 1 escola para meninos (M.L.) - 55 alunos
1838						5 escolas particulares compostas de 25 alunos segunda população de 8.882 habitantes e cerca de 800 habitantes
1842	Começava-se a substituir a cana pelo café mas a fabricação de açúcar e aguardente continuava	possuía Campinas 3 ruas ( rua de Cima, Meio e de Baixo ) eram assim denominadas.			Campinas é elevada a Cidade pela lei nº 5 de 1842	
1844	Em 1842 e 1843 já fixaram em Campinas colheiras importantes de Café					Primeira escola pública feminina com 28 alunas (criada neste mesmo ano)
1845		Camp. até meados de XIX era um apêndice da gran. lav. local, onde os faz. faziam incursões nos dom. da prog. da urb. ainda v. não se faziam sentir.				Primeira escola pública de latim e francês com 28 alunos (criada neste mesmo ano)
1850	Foi uma década em Campinas de transformações intensas e violentas. Os fazendeiros começam a abandonar a cultura de açúcar se voltando mais para o café  1851 - haviam 51 engenhos. Havia 76 pes. de café	indústrias começam a se desenvolver e concorrer com a atividade comercial a partir de 50	Proibição do Tráfico impede penetração de escravos. Inicia-se em Campinas o sistema de Partida com imigrantes Em 1852 foi que surgiu em Camp. a idéia de ensinar o trab. livre na lavoura.	inicia o fazendeiro a sua função de empresário: seu capital passa a ser aplicado na produção, financiamento e comercialização do café. Suas atividades passam a ser mais urbanas que rurais.	Lei de proibição do tráfico: Ezequiel de Queiróz. (com esta lei despartou em Visconde de Indaítuba a idéia do Trabalho livre em Campinas (1852).	

	<u>Datas econômicas</u> <u>(receitas e esta</u> <u>belecimentos ru</u> <u>rais</u>	<u>Datas hist. liga</u> <u>das a expansão</u> <u>econômica</u>	<u>Dados Estatís</u> <u>ticos</u>	<u>Datas so</u> <u>ciais</u>	<u>Datas Polí</u> <u>ticas</u>	<u>Datas</u> <u>Educaçãois</u>
1857	1854 - produção estimada de 335.560 arrobas de café.	1857 - Indústrias de chá-pão; máquinas agrícolas. 1858 - fundição e mecânica. Década de 50: penetração de maquinários p/ o preparo do café nas faz. agrícolas. Grande é a influência germânica no Mun. de Campinas, segundo Tschudi (colonos e imigrantes livres introduziram novas indústrias e novos métodos de trabalho).	1854 - População do Município era: 14.201 pessoas das quais 8.190 escravos. Idéia de Colonização. Prença em Campinas; Colônias do braço europeu (1852; 1854; 1855; 1856 colonias portuguesas, alemãs, suíças. Década de 50-60. Campinas recebeu imigração alemã que desenvolveram posteriormente, oficinas e indústrias na cidade. Imigr. em Campinas difícil, devido a uma sociedade escrava.		Idéia emancipacionista difunde-se	<p>ENSINO PRIMÁRIO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1 cadeira de primeiras (masculina com 30 alunos brasileiros)</li> <li>1 cadeira de primeiras letras (feminina com 16 alunas brasileiras)</li> </ul> <p>ENSINO SECUNDÁRIO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1 cadeira de primeiras letras masc. com 32 alunos</li> <li>1 cadeira de 1ª letras masc. 12 alunos</li> <li>1 cadeira de 1ª letras masc. com 38 alunos</li> <li>1 cadeira de primeiras letras masc. com 12 alunos</li> <li>1 cadeira de 1ª letras com 15 alunos</li> <li>1 cadeira de 1ª letras com 36 alunos para o sexo feminino</li> <li>1 cadeira de latim e francês(masc) com 10 alunos</li> <li>1 cadeira de latim, francês e inglês(masculina) com 14 alunos</li> </ul>
1854		Campinas era já um importante entreposto comercial para comarcas remotas da Prov. de S. Paulo. (transporta de Campinas para Santos e vice-versa).	Fazendas de café; Há 14.201 trabalhadores (apenas 28 agrogados livres, 170 colonos estrangeiros, restantes escravos em nº de 8.992). Ensenho: trab. todos escravos em nº 1.306 Total de escravos em Campinas, 7.298.			

	DATAS ECONÔMICAS	DATAS LIGADAS AO DESENVOLVIMENTO ECON.	DATAS ESTATÍSTICAS	DATAS SOCIAIS	DATAS POLÍTICAS	DATAS EDUCACIONAIS
1860	Inicia a expansão cafeeira camp. que só no mun. existiam 189 faz. de café que juntas, exportavam anualmente em termo médio 700000 arrobas. Dos engenhos só restavam 22 produzindo de 55 a 60.000 arrobas de açúcar em pó.		A partir de 60-70 Campinas recebeu imigrantes franceses. População: cidade 5 a 6.000 habitantes Município - 21.000 com 14.000 escravos	Vida Social das Fazendas tende a se urbanisar		Surge o Colégio Cesarino ou de Perseverança (feminino) e mais três escolas particulares
1862	Campinas já se destaca pelo incremento prodigioso da cultura cafeeira que em consequência do aumento da procura do café brasileiro, os fazendeiros campineiros seguem o exemplo dos da prov. do Rio que se dedicaram a esta cultura.	Os Colonos que se desvincilham da parceria e a própria imigração almejavam para Campinas belo futuro, segundo Tachudi.				Instrução Pública em Campinas era possível. Instrução Particular: Com a decadente instrução publica surge para concorrer o ensino particular que inicia sua ascensão a partir de 60 (O liberalismo que volta a adquirir força acredita no poder da INSTRUÇÃO). Surge o 1º internato (particular) Colégio João Batista para o sexo masculino que fecha em 1874. INST. PÚBL. Primário    ENS. PART. Primário 2 cadeiras                    5 cadeiras masc. 1                            masc. 3 fem. 1                              fem. 2 SECUNDÁRIO                    SECUNDÁRIO masc. 1                              2 Total = 10 estab. de ambos os sexos em 1862. - Nesta época o Colégio Floriano Peixoto. - Nesta ano haviam 8 esc. particulares - Funda-se também a Sociedade Alencar de Instrução e Leitura que mantém escolas.
1863						
1867		Funda-se uma oficina Mecânica a vapor e a água. Funda-se a Loja Independência.		Em 1868 abre em Campinas uma banca de advocacia		
1869		Data de 1869 a criação de várias ind. 1869/70 : Colônias do Mun. de Campinas Seta Quedas 1852 (alemã) Dores 1854 Florence 1855 Boa Esperança 1856 Laranjal - 1856 (Subst. do braço na lavoura)	8.000 hab. na cidade com 1.400 casas, 25 ruas grandes, 16 pequenas, 6 praças com edificios, 8 lojas de fazenda, 1 teatro (S. Carlos), etc.			INSTRUÇÃO PUBLICA 3 escolas = 137 alunos INSTRUÇÃO PARTICULAR 8 escolas e 3 colégios = 14 estabelec. com 407 alunos

	Dados Econômicos	Dados Ligados ao desenvolvimento econômico	Dados Estatísticos	Dados sociais	Dados Políticos	Dados Educacionais
1870	<p>Início de maior progresso campineiro. Campinas sofre efeitos de urbanização, desempenhando função de distribuidora de produtos importados. Já a longo tempo.</p> <p>Desde 1870, o café ocupava o 10º lugar na produção do município, estando a cultura do açúcar em regressão.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- estabelecimento industrial, atividade comercial se intensifica e os bancos e casas comissárias reforçam.</li> <li>- Possui já área edificada da Rua do Imperador (Marçal Deodoro) até São José (Visconde do Rio Branco), prosseguindo até o antigo gazometro, hoje Comp. Força e Luz.</li> </ul>	<p>Possuía 13.000 escravos no município.</p> <p>Substituição de mão de obra torna-se cada vez mais necessária.</p> <p>A partir de 70 a imigração italiana adquire supremacia e se intensifica.</p>	<p>A vida social dos fazendeiros foi transferida para a cidade, intensificando-se cada vez mais</p>	<p>Propaganda Republicana</p>	<p>Movimento campineiro para a instrução se intensifica e esta agitação ocorre em favor da difusão do ensino particular.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Organiza-se a Sociedade Promotora da Instrução</li> <li>- INST. PÚBL. : 5 escolas; 3 masc., 2 fem.</li> <li>- INST. PART. : 2 col. para meninas 3 esc. para meninos (na cidade) 1 col. para meninos (fora da cidade)</li> </ul>
1871	<p>produção exportável campineira era de 1.000.000 arrobas</p>	<p>Até 1872 o desenvolvimento material era lento, mas paralelamente a ele foi se desenvolvendo o espírito de associação de ordem intelectual; culto à ciência</p>		<p>Espírito de Associação se desenvolve por iniciativa particular</p>		<p>Em 1871 Campinas possuía 5 escolas públicas sendo duas para o feminino e 3 para o masculino. Instrução Particular: 4 colégios e 7 escolas</p>
1872	<p>o deslocamento da expansão cafeeira é determinado pela construção da ferrovia que assegura o comércio de exportação.</p>	<p>Regres de 1872 - acentua-se o progresso caulinbar desta cidade.</p> <p>Inaugura-se a Comp. Paul. de Estrada de Ferro,</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- la, Reunião da Comp. Mogyana</li> <li>- Funda-se a Com. de Ilum. e gaz.</li> </ul>	<p>10.000 habitantes com 1.668 prédios, 34 ruas, etc.</p> <p>- Dificuldade de imigração alemã - Sistema da Parceria.</p>			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Surge o Col. Internacional (dirigido por protestantes).</li> <li>- dois col. para o sexo masculino.</li> <li>- dois col. para o sexo feminino.</li> </ul>
1873		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Banco Maris &amp; Comp. (Caixa Filial em Campinas)</li> <li>- Banco de Camp. (aprovado estatutos)</li> <li>- 8 tipos de fábricas</li> </ul>	<p>capitalistas = 60</p> <p>proprietários = 158</p> <p>lavradores = 337</p>			<ul style="list-style-type: none"> <li>- INST. PÚBL. PRIMÁRIA: 4 cadeiras ESCOLAS e COLÉGIOS PARTICULARES</li> <li>- Colégios = 6; 1 esc. part. feminina; 7 esc. masculinas.</li> <li>- Em algumas fazendas existiam escolas de las. letras.</li> </ul>
1874			<p>14.202 pessoas (recenseamento de 04 de maio de 1874)</p> <p>13.685 escravos</p>			<p>Funda-se o Col. Culto à Ciência mantido pela Associação do mesmo nome (particular)</p>
1875	<p>Campinas favorece a expansão cafeeira para o Oeste</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Surge a Comp. Mc Hardy (fábrica de máquinas para a lavoura e indústria)</li> <li>- Inaugura-se:</li> <li>- Estrada de Ferro Mogyana que parte de Campinas até Mogi.</li> <li>- Iluminação à gaz (Comp. fundada em 1872 por particulares).</li> </ul>				
1876		<p>Inaugura-se a Santa Casa de Misericórdia</p>				

	DATAS ECONÔMICAS	DATAS LIGADAS AO DESENVOLV. ECONÔMICO	DATAS ESTATÍSTICAS	DATAS SOCIAIS	DATAS POLÍTICAS	DATAS EDUCACIONAIS
1877		Funda-se: Clube da Lavoura e Comércio e a Loja Regeneração III				
1878		Teatro Rink Campineiro, inaugura-se o Hípodromo Campineiro, Hospital da Be- neficiência Portuguesa	2.050.000 áreas urbana			
1879		- Anos de 1879/80 = máxima ex- pansão do comércio até 1889,  - Inaugura-se Bondas (tração ani- mal)	31.397 habitantes			Funda-se a Inst. Avílio dos Orfãos (ensino primário) Funda-se o Col. Josephina Sarmento - Escolas Públicas de ambos os se- xos: nº 6 - Escolas gratuitas particulares, (Inst. filantrópicas) - 3 - Colégios Particulares: 4 - Externatos - 2 - Esc. de Meninas - 3, Esc. de Meninos - 4, Bibliotecas - 3
1881						- Surge a Escola Ferreira Pen- do com a denominação de Escola do Povo (para servir o povo) - Surge a Escola Luís de Camões com a mesma finalidade. - Surge a Escola Correia de Mello que é fechada em 1886.

	DATAS ECONÔMICAS	DATAS LIGADAS AO DESENVOLV. ECONÔMICO	DADOS ESTATÍSTICOS	DATAS SOCIAIS	DATAS POLÍTICAS	DATAS EDUCACIONAIS
1882						Surge o Colégio Ferreira de Camargo com a finalidade de atender o povo (instrução não oficial)
1883		Inaugura-se a Matriz Nova (em 07/12)	V. Indaiatuba traz novo contingente de camponeses em repouso para Campinas			Funda-se um Internato com aulas diurnas
1884		- Agência do Banco : 1 Mercantil da Santos) Licença Municipal: linha telefônica 1884 - Casas Comissárias: 3 - Fábricas haviam 5 tipos Total: 11				INSTR. PÚBLICA: 4 escolas para sexo masculino e 3 p/ feminino de instrução primária, INST. NÃO OFICIAL: 6 INST. PART.: Colégios (7), etc. (1), internatos (1) Funda-se uma biblioteca maçônica Funda-se a Sociedade Italiana Confederada que mantém escolas de Italiano e Português
1886	Campinas produzia 1.500.000 arrobas de café	- Jornais existentes : 3 (O Diário, A Gazeta, O Correio). - Estab. Industrial: 7 tipos Total: 18 - Casas Comissárias : 10 - Importante Comércio	41.253 Habitantes		Fundação do Club Republicano em Campinas	INST. PÚBL. 4 (masc., 8 masc. INST. PÚBL. NÃO OFIC. : 13 (sub-venção por assoc. ou honoreas que desejam divulgar a instr.). ESCOLAS PARTICULARES: 4
1887		- Criada a Estação Agronômica de Camp. (sede do Inst. Agron. do Est. de S. P. - Funda-se a Companhia de água e esgoto que é inaugurada em 1891/92.				INSTRUÇÃO PÚBLICA: 4 (masc., 8 masc. INST. PÚBL. NÃO OFICIAL: 13 escolas, 4 Escolas Particulares
1889		Bancos: - Comercial de S. Paulo - Banco do Brasil - B. Mercantil de Santos - Banco Nacional	42.000 Habitantes	Epidemia da febre amarela (os revazes epidêmicos durou 7 anos) - 1889-97		